



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PETRÓPOLIS/RJ – 2022 (CTEPETR)

*Criada por meio do Requerimento nº 90, de 2022, para
“acompanhar ‘in loco’ a situação do Município de Petrópolis/RJ
em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade”.*

RELATÓRIO FINAL

Presidente: Senador ROMÁRIO

Vice-Presidente: Senador EDUARDO GIRÃO

Relator: Senador CARLOS PORTINHO

Brasília
Maio de 2022



SF/22141.27546-97

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	1
1.1. Contexto.....	1
1.2. Criação e Objetivos da CTEPETR	1
1.3. Composição	2
2. Considerações Preliminares	3
2.1. Caracterização Geográfica do Município de Petrópolis/RJ.....	3
2.2. O Desastre de 15 de fevereiro de 2022.....	4
3. Legislação Aplicável.....	5
3.1. Legislação Federal Específica	5
3.2. Outras Leis Federais Aplicáveis	7
3.2.1. Política habitacional – Leis nº 11.977, de 2009, e nº 14.118, de 2021	7
3.2.2. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 2001	8
3.2.3. Parcelamento do solo urbano – Lei nº 6.766, de 1979	9
3.2.4. Regularização fundiária urbana – Lei nº 13.465, de 2017	9
3.2.5. Código Florestal – Lei nº 12.651, de 2012.....	10
3.2.6. Fornecimento de água e energia elétrica	10
4. Atividades Realizadas	11
5. Principais Achados da Comissão	15
5.1. Prevenção.....	15
5.2. Habitação	23
5.3. Saúde Mental	25
5.4. Recursos Federais	27
6. Recomendações e Encaminhamentos	29
6.1. Recomendações	29
6.1.1. Ao Município de Petrópolis	29



6.1.2. Ao Estado do Rio de Janeiro	36
6.1.3. Ao Governo Federal	38
6.1.4. À Caixa Econômica Federal (CEF).....	41
6.1.5. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	42
6.1.6. À Universidade Federal Fluminense (UFF)	42
6.1.7. Às entidades de classe de arquitetura e engenharia.....	42
6.2. Recomendações de Proposições Legislativas	42
ANEXO 1 Relatório da diligência em Petrópolis (17 de março de 2022) ..	45
ANEXO 2 Relatório da Audiência Pública interativa no Senado Federal para debater prevenção de desastres, estudos geológicos e proteção de encostas no município (21 de março de 2022.).....	64
ANEXO 3 Relatório da Audiência Pública interativa no Senado Federal para debater o tema habitação (24 de março de 2022).....	88
ANEXO 4 Relatório da Audiência Pública interativa no Senado Federal para debater o tema saúde mental (30 de março de 2022)	122
ANEXO 5 Relatório da Audiência Pública interativa na Câmara Municipal de Petrópolis para debater o tema diagnóstico, impacto na cadeia construtiva e repasses de recursos (4 de abril de 2022)	135
ANEXO 6 Contratos referentes ao Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres para o município de Petrópolis	179
ANEXO 7 Prestação de Contas da Comissão	181



1. APRESENTAÇÃO

1.1. CONTEXTO

Em 15 de fevereiro de 2022, uma forte chuva atingiu o Município de Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. O temporal de aproximadamente 260 mm em duas horas deixou 233 mortos, 4 desaparecidos, um rastro de destruição em vários pontos do município, a economia local debilitada e a comunidade traumatizada. A caracterização do desastre será objeto do item 2 deste Relatório.

1.2. CRIAÇÃO E OBJETIVOS DA CTEPETR

Para “acompanhar “in loco” a situação do Município de Petrópolis/RJ em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade”, o Senado Federal criou, por meio do Requerimento nº 90, de 2022, uma Comissão Temporária Externa com prazo de funcionamento de trinta dias.

A Comissão, de caráter propositivo, tem por objetivos específicos avaliar o desastre e propor encaminhamentos segundo quatro eixos fundamentais:

- **Prevenção:** o que pode ser feito para reduzir riscos e minimizar impactos de futuros deslizamentos de encostas, enchentes e alagamentos;
- **Habitação:** sendo a política habitacional um elemento fundamental para a prevenção de desastres, o que pode ser feito para prover moradia, em especial habitação de interesse social, para prevenir e reverter a ocupação de áreas de risco;



- **Saúde mental:** diante do impacto da tragédia, não apenas sobre aqueles diretamente atingidos, mas sobre toda a população do município, o que pode ser feito para produzir alívio psicológico às pessoas;
- **Recursos federais:** ante a necessidade de uma resposta integrada de todas as esferas de governo, o que pode ser feito para identificar com precisão e clareza os recursos federais aplicados na resposta ao desastre e os recursos necessários para garantir a reconstrução da cidade, de modo a conferir maior transparência ao uso do dinheiro público.

Esses quatro eixos de trabalho estão refletidos na estruturação do item 5 deste Relatório, dedicado à apresentação dos principais achados da Comissão.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 249, de 2022, pelo Plenário do Senado Federal em 12 de abril de 2022, o prazo de funcionamento da Comissão foi estendido em 30 dias; até 12 de maio de 2022, portanto.

1.3. COMPOSIÇÃO

Conforme o Requerimento nº 90, de 2022, que criou a CTEPETR, a Comissão é composta pelos seguintes nove Senadores e Senadoras, sendo sete titulares e dois suplentes:

1. Senador Romário (PL/RJ) – Presidente
2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) – Vice-Presidente
3. Senador Carlos Portinho (PL/RJ) – Relator
4. Senador Carlos Viana (MDB/MG) – Titular



5. Senador Esperidião Amin (PP/SC) – Titular
6. Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF) – Titular
7. Senador Wellington Fagundes (PL/MT) – Titular
8. Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) – Suplente
9. Senador Jean Paul Prates (PT/RN) – Suplente

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

2.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS/RJ

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Petrópolis, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, possui uma área de 791,144 km² e tem população estimada de 307.144 habitantes (dados de 2021). Situado na Serra do Mar, a 68 km da capital do estado e a uma altitude média de 840 m, tem população predominantemente urbana e economia baseada, principalmente, no turismo, na indústria têxtil e no comércio.

De acordo com o Plano de Contingência do Município de Petrópolis para Chuvas Intensas – Verão 2021/2022, “as características geológicas, o processo de urbanização e a ocupação do solo, além das alterações físicas e naturais [em todo o município], reforçam a condição suscetível a **movimentos de massa**, principalmente quando há o incremento dos índices pluviométricos”. Além disso, “por apresentar um relevo acidentado, encravado em vales (talwegues) e com diversos pontos de elevação (morros), [o município] torna-se propício a concentrar pontos que recebem as águas que descem dos morros formando **enxurradas**, vindo a se acumular nas partes mais baixas” (sem grifos no original).



Em 15 de fevereiro de 2022, um forte temporal atingiu o município, ocasionando deslizamentos de encostas, enchentes e alagamentos. O desastre provocou mais de 230 mortes, tornando-se a maior tragédia climática da história do município. No final de fevereiro, quase 900 pessoas ainda se encontravam desabrigadas ou desalojadas.

2.2. O DESASTRE DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Ainda que precipitações intensas que provocam enchentes e deslizamentos sejam recorrentes em toda a região serrana do Estado do Rio de Janeiro, a chuva de 15 de fevereiro de 2022 foi atípica, considerada a história recente do município de Petrópolis: 260 mm em um intervalo de aproximadamente seis horas, mas concentrados nas duas primeiras horas. O radar meteorológico disponível não foi capaz de identificar com precisão todas as dimensões da nuvem, o volume de chuva que ela provocaria e os locais que seriam mais atingidos.

O temporal começou por volta das 16h30, quando as pessoas já começavam a retornar para suas casas após um dia de trabalho. O deslocamento de viaturas de emergência e, portanto, o socorro às vítimas ficaram prejudicados. A cidade ficou sem luz e perdeu as comunicações, mesmo via celular. Verificou-se um verdadeiro cenário de destruição.

Em 1º de janeiro de 2022 já havia ocorrido uma primeira chuva forte. Ainda na primeira quinzena de janeiro, verificou-se uma chuva de 300 mm em três dias, o que levou o Município a declarar situação de emergência e deixou setenta pessoas desalojadas. Em 20 de março, outra chuva forte atingiu o município, agravando ainda mais o quadro.

Há relatos de pessoas que não deixaram suas casas, mesmo com as sirenes tocando. Um morador chegou a ligar para um familiar e recebeu a



orientação de permanecer em casa. Como a chuva continuou após o anoitecer, somente no dia seguinte foi possível obter um quadro geral dos estragos provocados pelo temporal.

As áreas mais afetadas se distribuem por aproximadamente 100 km², em especial no 1º Distrito, onde se localiza a sede do Município. Cerca de 3.500 pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas. Foram registradas 6.014 ocorrências relacionadas à chuva, concentradas no 1º Distrito. Dessas, 5.088 reportavam deslizamentos. Mais de 230 pessoas morreram e ainda há desaparecidos.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA

O ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de normas específicas sobre prevenção de desastres, mitigação de riscos, preparação para desastres, resposta a desastres e recuperação de áreas atingidas, política pública que tem como órgão central o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Nesse campo, merecem destaque:

- Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que “dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil [(FUNCAP)]; e dá outras providências”.
- Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), dispõe sobre o Sistema



Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) e autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Além disso, altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – parcelamento do solo urbano, a Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991 – serviço alternativo ao serviço militar obrigatório, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – lei de diretrizes e bases da educação nacional, entre outras providências.

- Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que “regulamenta a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre e sobre a prestação de contas e fiscalização dos recursos transferidos”.
- Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, que “dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres”.
- Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021, que “institui o Grupo de Apoio a Desastres no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional”.
- Decreto nº 10.692, de 3 de maio de 2021, que “institui o Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de



Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos”.

- Portaria MDR nº 3.027, de 4 de dezembro de 2020, que “define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais de proteção e defesa civil, e para utilização do sistema Interface de Divulgação de Alertas Públicos para envio de alertas via mensagem de texto (SMS), televisão por assinatura ou plataforma de avisos públicos”.
- Portaria MDR nº 3.234, de 28 de dezembro de 2020, que “dispõe sobre o funcionamento do processo administrativo eletrônico e digital do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres e a sua utilização, no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para a solicitação de reconhecimento de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública e na transferência de recursos federais para as ações de resposta e de recuperação para estados e municípios afetados por desastres”.

3.2. OUTRAS LEIS FEDERAIS APLICÁVEIS

Além das normas específicas identificadas acima, o ordenamento jurídico brasileiro também dispõe de normas que tratam de outros aspectos relacionados à prevenção de desastres, notadamente com restrições à ocupação de áreas de risco.

3.2.1. Política habitacional – Leis nº 11.977, de 2009, e nº 14.118, de 2021

A política habitacional federal está definida basicamente pelas Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009 – Programa Minha Casa, Minha Vida



(PMCMV), e nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021 – Programa Casa Verde e Amarela. Ambas as leis indicam a necessidade de atendimento prioritário para moradores de áreas de risco (art. 3º, III, da Lei nº 11.977, de 2009, e art. 4º, III, da Lei nº 14.118, de 2021).

3.2.2. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 2001

Os programas habitacionais federais, estaduais e municipais devem respeitar o Plano Diretor do município, exigido pelo art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para cidades com mais de 20 mil habitantes, entre outros critérios.

O conteúdo mínimo do plano diretor é determinado pelo art. 42 do Estatuto da Cidade. O art. 42-A dessa Lei exige conteúdo adicional, relacionado à prevenção de desastres e à mitigação de riscos, para o plano diretor das cidades incluídas no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. Além disso, o art. 42-B do Estatuto da Cidade exige, para a ampliação do perímetro urbano, a elaboração de projeto específico que contenha, entre outros pontos, a delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais (inciso II).

Cabe lembrar que os arts. 42-A e 42-B foram incluídos no Estatuto da Cidade pela Lei nº 12.608, de 2012, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 547, de 11 de outubro de 2011, editada na esteira das enchentes ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, que provocou mais de 900 mortes e é considerada, ainda hoje, a maior tragédia climática da história no Brasil.



3.2.3. Parcelamento do solo urbano – Lei nº 6.766, de 1979

A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, veda o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; e em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação (art. 3º, parágrafo único, I, III e IV). Além disso, é vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada (art. 12, § 3º).

3.2.4. Regularização fundiária urbana – Lei nº 13.465, de 2017

A regularização fundiária urbana (REURB) está disciplinada no Título II da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. A Reurb será instaurada por decisão do município, mediante requerimento escrito de um dos legitimados de que trata a lei (art. 32). Instaurada a Reurb, compete também ao município aprovar o projeto de regularização fundiária, que deverá conter, entre outros elementos, um estudo técnico para situações de risco (art. 35, VII), um estudo técnico ambiental (art. 35, VIII) e o cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial (art. 35, IX).

Para que seja aprovada a Reurb de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada (art. 39). Nessa hipótese, a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados é condição indispensável à aprovação da Reurb (art. 39, § 1º).



3.2.5. Código Florestal – Lei nº 12.651, de 2012

As várzeas e as encostas íngremes são, em princípio, consideradas áreas de risco. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências (novo código florestal), define como área de preservação permanente (APP) as faixas marginais de qualquer curso d'água e as encostas com declividade superior a 45° (art. 4º, I e V). As APP são áreas protegidas cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar a estabilidade geológica, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, entre outras (art. 3º, II).

Em áreas urbanas consolidadas, preenchidos os requisitos legais, a largura das APP às margens de cursos d'água poderá ser alterada, desde se fixem regras que estabeleçam a não ocupação de áreas com risco de desastres (art. 4º, § 10, I). Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social pelo Poder Executivo, as áreas destinadas a conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos (art. 6º, I). O proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, fica obrigado a manter ou, no caso de já ter sido suprimida, recompor a vegetação de APP (art. 7º, caput e § 1º).

3.2.6. Fornecimento de água e energia elétrica

Na contramão da legislação federal que busca inibir a ocupação de áreas de risco, as normas que disciplinam a prestação de serviços públicos obrigam as concessionárias a fornecer esses serviços à população mesmo em ocupações ilegais e em áreas sujeitas a riscos de desastres. Com frequência, verifica-se não apenas a instalação nessas áreas de infraestruturas de distribuição de energia elétrica e abastecimento de água, mas também



ligações clandestinas e irregulares. As concessionárias não arcam com a totalidade dos prejuízos gerados por essa prática, pois a política tarifária instituída pelas agências reguladoras permite o rateio de parte do prejuízo entre os demais usuários.

4. ATIVIDADES REALIZADAS

Conforme o Plano de Trabalho aprovado pelo colegiado em 14 de março de 2022, a CTEPETR realizou as seguintes atividades:

17/03/2022 – Diligência externa em Petrópolis/RJ, destinada a (relatório consta do Anexo 1):

- verificação “in loco” a situação das áreas afetadas;
- visita ao 32º Batalhão de Infantaria de Montanha (32º BIL Mth), Batalhão Dom Pedro II, que contribuiu fortemente com as ações e socorro às vítimas do desastre;
- reunião com o Prefeito de Petrópolis, Rubens Bontempo, e o Secretariado municipal;
- audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis, com vereadores integrantes das Comissões Especiais criadas naquela Casa Legislativa (Requerimento nº 1.210, de 2022) para “acompanhamento dos assuntos relacionados às ações de resposta dos órgãos envolvidos no atendimento à população em razão das chuvas”: Comissão Especial de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica; Comissão Especial de Assistência Social e Moradia; e Comissão Especial de Transparência;
- reunião com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.



21/3/2022 – Audiência pública interativa no Senado Federal para debater prevenção de desastres, estudos geológicos e proteção de encostas no município (relatório consta do Anexo 2).

24/3/2022 – Audiência pública interativa no Senado Federal para debater o tema habitação (relatório consta do Anexo 3).

30/3/2022 – Audiência pública interativa no Senado Federal para debater o tema saúde mental (relatório consta do Anexo 4).

4/4/2022 – Audiência pública interativa na Câmara Municipal de Petrópolis para debater o tema diagnóstico, impacto na cadeia construtiva e repasses de recursos (relatório consta do Anexo 5).

Além disso, a Comissão promoveu em Brasília, no dia 11 de abril de 2022, uma reunião entre representantes do Departamento do Rio de Janeiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para debater alternativas possíveis para que se realize o levantamento de terrenos para construção de moradias seguras em Petrópolis ([DOC 012](#) e [DOC 016](#)¹). Adicionalmente, o IAB-RJ apresenta sugestão de criação do Laboratório de Promoção de Habitação de Interesse Social ([DOC 019](#)²).

Ao longo dos trabalhos, a Comissão aprovou requerimentos de informações destinados a diversos órgãos e entidades:

¹ As referências correspondem à nomenclatura adotada pela Secretaria da CTEPETR. Os arquivos podem ser recuperados na seção “Documentos Recebidos” da página da Comissão na internet: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2506> (Acesso em 6 de maio de 2022).

² Idem.



Requerimento	Objeto	Resposta³
nº 6/2022	Requer informações acerca da relação de terrenos aptos para construção habitacional, no Município de Petrópolis-RJ, em lugar seguro, ainda que de propriedade ou na posse de terceiros.	DOC 007
nº 7/2022	Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, informações sobre mapeamento de encostas e áreas de riscos do Município de Petrópolis-RJ.	DOC 001
nº 10/2022	Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das chuvas de Petrópolis em 2022.	DOC 004
nº 11/2022	Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre exercícios simulados de resposta a desastres em Petrópolis/RJ.	DOC 005
nº 12/2022	Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Wagner de Campos Rosário, informações sobre repasses federais para o Município de Petrópolis/RJ em 2022.	DOC 006 DOC 017
nº 13/2022	Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, informações sobre projetos de	DOC 010

³ As referências aos documentos encaminhados em resposta aos Requerimentos correspondem à nomenclatura adotada pela Secretaria da CTEPETR e podem ser recuperados na seção “Documentos Recebidos” da página da Comissão na internet: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2506> (Acesso em 6 de maio de 2022).



	recuperação de infraestruturas de drenagem em Petrópolis/RJ.	
nº 15/2022	Requer informações à Prefeitura de Petrópolis/RJ	DOC 009
nº 16/2022	Requer informações a ENEL Distribuição Rio	DOC 011
nº 17/2022	Requer ao Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações informações sobre mapeamento de riscos e produção de alertas antecipados de desastre em Petrópolis/RJ.	DOC 008 DOC 014
nº 18/2022	Requer informações à empresa Águas do Imperador, do Grupo Águas do Brasil, responsável pelo abastecimento de água no Município de Petrópolis/RJ	Não consta
nº 19/2022	Requer informações ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Não consta
nº 21/2022	Requer ao Governo do Estado do Rio de Janeiro as informações que especifica.	Não consta
nº 22/2022	Requer ao o Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ) as informações que especifica.	Não consta

Além dos requerimentos acima, outros Ofícios foram encaminhados a órgãos e entidades:

Ofício	Objeto	Resposta ⁴
--------	--------	-----------------------

⁴ As referências aos documentos encaminhados em resposta aos Ofícios correspondem à nomenclatura adotada pela Secretaria da CTEPETR e podem ser recuperados na seção “Documentos Recebidos” da página da Comissão na internet: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2506> (Acesso em 6 de maio de 2022).



nº 048/2022	Solicitação de providências ao Ministério da Saúde.	DOC 018
nº 053/2022	Difusão celular de alertas públicos – Vivo.	Não consta
nº 054/2022	Difusão celular de alertas públicos – Tim.	Não consta
nº 055/2022	Difusão celular de alertas públicos – Oi.	Não consta
nº 056/2022	Difusão celular de alertas públicos – Claro.	Não consta

O Anexo 7 deste relatório traz a prestação de contas dos recursos alocados especificamente à Comissão, para que o colegiado realizasse suas atividades.

5. PRINCIPAIS ACHADOS DA COMISSÃO

Nesta seção, apresentamos alguns dos achados que preocupam a Comissão, conforme os quatro eixos fundamentais escolhidos como foco dos trabalhos. Os relatos integrais das atividades do colegiado, com importantes informações e observações, encontram-se nos Anexos 1 a 5 deste relatório.

5.1. PREVENÇÃO

Para os fins deste relatório, reunimos sob a égide da prevenção a preparação contra desastres, a mitigação de riscos e a prevenção de desastres propriamente dita.

No que se refere à **preparação contra desastres**, identificamos como questão fundamental a virtual ausência de um plano de contingência



efetivo, que tenha sido de fato incorporado e absorvido pelas diversas instâncias pertinentes.

Em razão de disputa judicial, a chapa vencedora nas eleições municipais de 2020 só tomou posse na Prefeitura em 18 de dezembro de 2021, apenas 59 dias antes da tragédia de 15 de fevereiro de 2022. A demora do Poder Judiciário gerou grave instabilidade política e prejudicou sobremaneira a governança administrativa no município. Esse fator contribuiu para as dificuldades enfrentadas no que se refere tanto às medidas de prevenção, quanto à coordenação das ações necessárias para responder ao desastre.

Neste cenário de profunda insegurança jurídica, o governo interino lançou em 30 de novembro de 2021 o “Plano de Contingência do Município de Petrópolis para Chuvas Intensas – Verão 2021/2022”. Se o governo provisório foi substituído apenas 18 dias após o lançamento do plano, o governo eleito se viu confrontado pela realidade do desastre apenas 59 dias após a sua posse. Portanto, devido ao exíguo prazo de vigência do plano de contingência, lançado apenas 77 dias antes da tragédia, parece não ter havido tempo hábil para a sua ampla divulgação, a conscientização dos diversos envolvidos, a realização dos exercícios de simulação necessários e o treinamento dos agentes públicos e da comunidade. Talvez por isso, em nenhuma das audiências públicas e reuniões realizadas por esta Comissão houve menção explícita espontânea ao plano, como tendo sido útil para a resposta ao desastre ocorrido em 15 de fevereiro de 2022.

Não basta ter um plano, por mais atual, completo e estruturado que seja no papel. É preciso treinar todos os órgãos e entidades envolvidos para a efetiva aplicação das medidas previstas no plano quando da ocorrência do desastre. E ainda mais importante: é fundamental conscientizar esses



órgãos e entidades, bem como a população em geral, para a necessidade de observar aquilo que está previsto no plano e as medidas por ele preconizadas.

É necessário azeitar os canais de comunicação e simular a aplicação do plano de contingência em tempo de normalidade, para que ele tenha a chance de ser efetivo quando da situação de desastre. Em nenhum momento dos trabalhos desta Comissão tivemos a indicação clara, objetiva e indiscutível de que essas providências tenham sido tomadas para a preparação da cidade para as chuvas deste ano.

Sem preparação prévia, medidas são tomadas no calor dos acontecimentos, às pressas, sem a detida reflexão que seria possível caso fossem pensadas e ensaiadas com antecedência. É possível que, ainda assim, a ação dos atores envolvidos seja rápida e eficaz, como parece ter sido no caso em questão, mas em situações de desastre, atrasos mínimos na resposta podem ensejar perdas irreparáveis. Dito sem rodeios: preparar a cidade, o governo e a população para a ocorrência de desastres salva vidas.

Além disso, ainda no campo da preparação contra desastres, é preciso dotar o município de Petrópolis e toda a região serrana do Estado do Rio de Janeiro, de um órgão ou entidade nos moldes da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro (Geo-Rio), com a função de monitorar e avaliar os riscos geológicos a que está submetida a cidade e executar as ações necessárias para minimizá-los. A continuidade necessária dessas atividades exige a constituição de uma estrutura institucionalizada, com corpo funcional técnico permanente, que contribuiria inclusive na busca por recursos financeiros estaduais e federais para, por exemplo, executar obras de contenção de encostas. Nesse sentido, e por sugestão deste relator, a Prefeitura de Petrópolis propôs a criação de um Instituto Municipal de Geologia, iniciativa chancelada pela Câmara Municipal de Petrópolis com a aprovação da autorização legislativa necessária à criação da entidade. Essa



importante medida poderia ser estendida aos demais municípios da região serrana do Rio de Janeiro, por meio do instrumento jurídico-administrativo adequado, como consórcio público ou convênio, por exemplo.

Paralelamente, é fundamental dotar a localidade de um centro de monitoramento e controle de riscos associados à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. Essa estrutura, também institucionalizada e dotada de corpo funcional técnico permanente, poderia ser responsável por executar o monitoramento em tempo real de riscos e por servir como elemento de ligação com as instâncias estadual e federal correlatas, no sentido de aprimorar a comunicação institucional e permitir um melhor fluxo de informações entre as instâncias federativas.

Para o desastre de 15 de fevereiro, um “centro de comando integrado” só foi instalado em 18 de fevereiro, três dias após o temporal, e um “comitê executivo”, somente em 22 de fevereiro, uma semana após o desastre. Esse prazo é demasiado longo no contexto da necessidade de pronta resposta por parte do poder público. Um centro de monitoramento e controle permanente poderia ter sido mais eficiente nessas iniciativas.

Associado a esse centro de monitoramento e controle, é necessário dotar o município de instalações permanentes para abrigar famílias atingidas, dada a recorrência de desastres naquela localidade. Hoje, escolas municipais são adaptadas para esta finalidade, o que se justifica em uma situação emergencial e breve, por pouco tempo. Contudo, nas situações em que as famílias permanecem desalojadas ou desabrigadas por períodos mais longos, o uso de escolas para esse fim prejudica a continuidade das aulas, desfavorecendo o retorno às atividades do cotidiano e, portanto, a construção da resiliência comunitária. Em tempo de normalidade, os abrigos



permanentes seriam de grande utilidade na promoção de ações de educação básica e de treinamento da comunidade para situações de desastre.

Quanto à **mitigação de riscos**, o principal achado desta Comissão diz respeito à necessidade de ampliação e manutenção das infraestruturas de drenagem pluvial e execução de obras de contenção.

Nos últimos 50 anos, o município de Petrópolis passou por um processo de expansão urbana rápida e desordenada, fenômeno típico da intensa urbanização em todo o País. A forte impermeabilização do solo, corolário da ocupação urbana nessas condições, implica o aumento do escoamento superficial das águas pluviais e impõe ao Estado a obrigação de atuar de forma contínua e decidida na implantação das infraestruturas necessárias, entre elas a de drenagem urbana.

O túnel extravasor do rio Palatinato, com aproximadamente três quilômetros de extensão, é peça chave do sistema de drenagem da cidade de Petrópolis. Concluído no início da década de 1970, o túnel foi projetado para desviar parte da vazão do rio Palatinato diretamente para o rio Piabanha a jusante da foz do rio Quitandinha. Esse desvio reduz a quantidade de água que o rio Palatinato aporta ao rio Quitandinha e preserva, portanto, a capacidade de escoamento do sistema de drenagem no centro da cidade.

Dois fatores contribuíram para a redução da eficácia do túnel extravasor do rio Palatinato. Projetado, como dito, para possibilitar o escoamento direto de parte das águas do rio Palatinato para o rio Piabanha, o túnel recebeu, ao longo do tempo, ligações de galerias de águas pluviais criadas para drenar novas áreas de ocupação urbana implantadas ao longo do percurso do túnel.

Fator mais decisivo, contudo, parece ser a redução da capacidade de vazão da infraestrutura. O assoreamento do túnel, devido ao



carreamento de terra, pedras e resíduos em geral para seu interior, e a obstrução da tubulação, decorrente do desgaste histórico da estrutura de concreto armado em função de graves deficiências na rotina de manutenção ao longo do tempo, reduziram drasticamente a seção do túnel e comprometeram decisivamente a sua capacidade de escoamento.

O aumento do afluxo de água para o interior do túnel, no primeiro caso, e a redução da sua capacidade de escoamento, no segundo, prejudicam o desvio do rio Palatinato, conseqüentemente aumentando a vazão que chega ao rio Quitandinha e agravando as inundações no centro da cidade. É urgente realizar a limpeza e o desassoreamento do túnel, assim como sua reforma e eventual ampliação, de modo a recuperar sua capacidade de escoamento e, assim, prevenir inundações na região de influência da infraestrutura.

Além disso, ainda no campo da mitigação de riscos, é preciso aprimorar a capacidade de previsão do volume e da localização das chuvas com maior precisão e antecedência. Os equipamentos hoje disponíveis não foram capazes de prever a real intensidade das chuvas de 15 de fevereiro, tampouco de identificar com precisão os locais onde essa chuva ocorreria, de modo a permitir que a população fosse alertada com antecedência e confiabilidade para a necessidade de evacuação. O Comissão foi informada de que existe tecnologia disponível no mercado, a preços acessíveis, que permitiria ao poder público precisar o volume e a localização das chuvas com até quatro preciosas horas de antecedência.

Com base nisso, este relator promoveu reuniões técnicas com representantes da Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica, Força que dispõe de ação orçamentária apta a permitir a aquisição do equipamento. O grupo que trabalha neste tema vem buscando definir as características do aparelho, o local de funcionamento, a forma de



manutenção e operação (via convênio com o Estado ou com as outros municípios da Região Serrana, já que os custos são altos) e demais questões que englobem o estudo de viabilidade.

No que tange a medidas de **prevenção de desastres** propriamente ditas, é importante executar as obras de drenagem pluvial e contenção de encostas, além de implementar uma política habitacional ativa (ver item 5.2).

Além do túnel extravasor do rio Palatinato, outras obras de engenharia podem ser necessárias para drenar o fluxo de águas pluviais que escorrem superficialmente e que foi intensificado pelo forte processo de urbanização da cidade nas últimas décadas. Há, nesse contexto, a necessidade de estudar a viabilidade técnica e financeira de implantar novas estruturas de drenagem, por exemplo, nas ruas Santos Dumont, Nelson Sá Erp e 13 de Maio.

Obras previstas no PAC das Encostas, de 2013, ainda não foram concluídas. A execução das obras do Programa está sendo transferida para o Estado do Rio de Janeiro. No início do programa, o município assumiu a execução, pois a proximidade em relação aos problemas enfrentados pela cidade daria maior efetividade ao programa. Porém, após um período de paralisação das obras, as empresas contratadas solicitaram realinhamento econômico-financeiro dos contratos, gerando elevação de custos (entre R\$ 6 milhões e R\$ 7 milhões) e a necessidade de retornar a execução do programa para o estado. Porém, segundo informações do governo estadual, há cinco outras encostas com grandes problemas, cuja estabilização mediante obras de engenharia será bastante custosa.

Como em todos os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os recursos alocados ao PAC das



Encostas possuíam dois atributos: recebiam marcação RP3 (Identificador de Resultado Primário 3) nas programações orçamentárias e se submetiam a reclassificação por decisão gerencial do Poder Executivo. Os empreendimentos e contratos do PAC das Encostas eram realizados no âmbito da *Ação orçamentária 8865 – Apoio a execução de projetos e obras de contenção de encostas em áreas urbanas*, no *Programa 2040 – Gestão de Riscos e de Desastres*, que persistem até hoje na programação do Orçamento da União, mas deixaram de receber a marcação de RP 3 a partir de 2019, com a extinção do PAC.

Não foram encontradas informações específicas para investimentos no âmbito da ação orçamentária 8865 em Petrópolis. No Portal da Transparência da Caixa Econômica Federal, agente financeiro da União para o Programa 2040, constam três contratos para o município no âmbito do programa de gestão de riscos e desastres, todos firmados entre os anos de 2012 e 2014 e ainda não concluídos (detalhamento no Anexo 6), referentes a obras de contenção de encostas, recuperação do túnel extravasor do rio Palatinato e outras obras de drenagem, bem como a desocupação de áreas de alto risco de deslizamentos de encostas.

A vulnerabilidade a desastres afeta muitas outras áreas do Município de Petrópolis, para além daquelas atingidas pelo temporal de 15 de fevereiro de 2022. Infelizmente, diante da constatação de que há ainda muitas pessoas morando em áreas de risco, outras tragédias anunciadas tendem a acontecer, caso medidas efetivas não sejam tomadas urgentemente.

Em decorrência dos trabalhos da Comissão, este relator propôs ao relator do Orçamento-Geral da União de 2023 a inclusão de uma emenda tipo RP9, que destina R\$ 2,4 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Regional, para apoio à realização de estudos, projetos e obras de contenção



ou amortecimento de cheias e inundações e para a contenção de erosões fluviais.

5.2. HABITAÇÃO

Enchentes, inundações e deslizamentos de encostas são fenômenos naturais, que decorrem da conjugação de eventos climáticos extremos e características geográficas e geológicas locais. Esses fenômenos se transformam em desastre na medida em que atingem o ambiente ocupado pelo ser humano, provocando prejuízos materiais e, mais importante, perdas de vidas. Essas consequências são tão previsíveis quanto inaceitáveis naquelas situações em que o Estado permite e tolera (e até chancela, quando garante o fornecimento de serviços públicos) a ocupação de áreas de risco, áreas em que a probabilidade de ocorrência de desastre é conhecida, fazendo dele apenas uma questão de tempo.

Esta é uma situação em que o óbvio precisa ser dito e continuamente reforçado: o poder público deve tomar todas as medidas necessárias para, conforme o caso, impedir a ocupação ou promover a desocupação de áreas de risco.

No caso de Petrópolis, o grande desafio advém do relevo montanhoso do município. As pessoas dispõem de poucos locais isentos de riscos para construir suas habitações. Mas isso não pode justificar a inação do poder público. Pelo contrário: o Estado deve atuar como agente decisivo na busca ativa de terrenos aptos à construção de moradias seguras e de qualidade para a população, especialmente a mais vulnerável.

Petrópolis tem hoje um déficit habitacional estimado em 3.000 unidades. Contudo, supor que todas essas unidades precisam ser disponibilizadas simultaneamente em sua totalidade poderia ser mais um fator a induzir a inação do poder público. É imprescindível uma política



habitacional agressiva, abrangente e consistente: *agressiva* no sentido de induzir a atuação ativa do Estado na busca de terrenos seguros e na construção de moradias dignas; *abrangente* no sentido de envolver todas as instâncias federativas e incluir a possibilidade de buscar alternativas de moradia em municípios vizinhos; e *consistente* no sentido de sua persistência e continuidade no tempo.

O Ministério do Desenvolvimento Regional informou a esta Comissão que tem disponibilidade financeira e orçamentária para a construção de 300 unidades habitacionais no curto prazo (10% da demanda), condicionada apenas à identificação de terrenos. O terreno do Caititu, onde a prevista construção de um grande conjunto habitacional mostrou-se inviável em função de exigências sociais e ambientais, não pode ser descartado. É preciso realizar os estudos técnicos necessários para determinar a quantidade de unidades que será possível construir, conjugando a proteção do meio ambiente com a promoção de moradia digna e segura para as pessoas. Além disso, é fundamental implementar medidas adicionais, como a busca ativa de unidades prontas para aquisição pelo poder público e a compra assistida, entre outras.

Dizer “não pode” é muito fácil. Uma postura cômoda, que não resolve o problema. É preciso que o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todas as esferas federativas, unam esforços para construir soluções que atendam ao interesse público na maior medida possível, com todas as suas nuances. Para tanto, será necessário criatividade, flexibilidade e trabalho duro.

Soluções criativas podem advir, por exemplo, da atuação conjunta de atores públicos e privados, que vem produzindo resultados positivos em vários campos de atuação. A parceria entre entidades de classe de arquitetos e engenheiros, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB),



os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e do Rio de Janeiro (CAU/BR e CAU/RJ) e os Conselhos Regional e Federal de Engenharia e Agronomia (CREA e CONFEA), pode ajudar na identificação, avaliação e dimensionamento de terrenos aptos à construção de moradias seguras e na assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS) em Petrópolis e em todo o País. Nesse sentido, esta Comissão promoveu uma reunião entre representantes do Departamento do Rio de Janeiro do IAB (IAB-RJ) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), cujo teor, consolidado pelo IAB-RJ, consta dos documentos [DOC 012](#) e [DOC 016](#) disponíveis na seção “documentos recebidos” do site da Comissão na internet⁵. A Secretaria Municipal de Obras de Petrópolis também reconhece a relevância desta providência, já admitindo a parceria com o IAB-RJ.

Outro ponto que merece destaque refere-se à necessidade de regulamentar em âmbito federal o benefício do aluguel social, bem como as soluções inovadoras que estão sendo adotadas pelo município de Petrópolis na gestão dos efeitos sociais do desastre, como o contrato garantia, em que a Prefeitura fornece as garantias necessárias para a celebração do contrato de aluguel entre o proprietário do imóvel e o locatário, beneficiário do programa de aluguel social.

5.3. SAÚDE MENTAL

Nas palavras do Prefeito de Petrópolis, os desafios referentes à saúde mental não só da população diretamente atingida, mas de toda a população do município foram “se revelando aos poucos em toda a sua dimensão”. No momento das reuniões dos membros da Comissão com representantes da Prefeitura, o atendimento das necessidades dos

⁵ <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2506> (Acesso em 6 de maio de 2022).



petropolitanos nesse campo estava sendo aprimorado à medida em que era implementado.

Se, por um lado, reconhecemos o esforço e o mérito das equipes envolvidas nessas atividades emocionalmente desgastantes, até porque os profissionais de saúde também foram afetados direta ou indiretamente pelo desastre, por outro, entendemos que a tarefa foi dificultada pela desestruturação da área de assistência social do município e pelas deficiências do plano de contingência, já apontadas no item 5.1.

O impacto emocional agudo da tragédia na população sobrevivente é gravíssimo. As vidas dessas pessoas, principalmente daquelas diretamente atingidas ou que perderam amigos e familiares, estarão marcadas para sempre. Porém, parece-nos também gravíssimos os efeitos emocionais experimentados por aqueles que vivem permanentemente em situação de risco, sabendo que um desastre – seja uma enchente, seja um deslizamento de encosta – pode atingi-los a qualquer momento. Essa situação cronicamente estressante pode produzir danos emocionais duradouros, principalmente sobre as crianças.

Somam-se a isso o constrangimento às atividades presenciais impostas pela pandemia da Covid-19. Nesse contexto, parece-nos fundamental implementar, onde não existem, e aprimorar, onde já estão colocadas, as medidas de atendimento psicológico e psiquiátrico via instrumentos de telemedicina. Iniciativas dessa natureza podem ampliar muito a abrangência das atividades dos profissionais da saúde, alcançando pessoas distantes ou impedidas de comparecer presencialmente às unidades de saúde, seja por restrições referentes ao distanciamento social, seja por dificuldades de locomoção ou limitações financeiras.



Em decorrência dos trabalhos da Comissão, este relator propôs ao relator do Orçamento-Geral da União de 2023 a inclusão de duas emendas tipo RP9. A primeira destina R\$ 1 milhão ao Ministério da Cidadania, para estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A segunda aloca R\$ 1,5 milhão ao Ministério da Saúde, para incremento das ações de média e alta complexidade, o que poderá viabilizar o atendimento e acompanhamento de 2 mil pessoas em condição de sofrimento mental, inclusive por meio da telemedicina.

5.4. RECURSOS FEDERAIS

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, sobrevoou as regiões mais afetadas pelo temporal em 18 de fevereiro de 2022, acompanhado de quatro Ministros de Estado. Até 4 de abril de 2022, o Município de Petrópolis havia recebido R\$ 6,74 milhões para ações de defesa civil e resposta a desastres, todas realizadas após 15 de fevereiro, conforme tabela a seguir:

Repasse realizados ao município de Petrópolis até 04/04/2022

Número da Ordem Bancária (OB)	Emissão	Valor (R\$)
2022.OB.530012.00001.800205	18/02/2022	R\$ 1.676.000,00
2022.OB.530012.00001.800218	22/02/2022	R\$ 644.206,95
2022.OB.530012.00001.800235	22/02/2022	R\$ 655.731,20
2022.OB.530012.00001.800270	24/02/2022	R\$ 1.038.475,04
2022.OB.530012.00001.800296	25/02/2022	R\$ 498.077,57
2022.OB.530012.00001.800308	07/03/2022	R\$ 1.788.849,99
2022.OB.530012.00001.800499	04/04/2022	R\$ 439.263,30
Total		R\$ 6.740.604,05

Fonte: Consulta realizada em 04/04/2022 pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal ao portal SIGA Brasil e resposta da Controladoria-Geral



da União (CGU) ao Ofício nº 022/2022 – CTEPETR ([DOC 006](#) e [DOC 017](#), disponíveis na seção “Documentos Recebidos” da página da Comissão na internet⁶)

O programa de trabalho orçamentário utilizado foi a *Atividade 22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil*, no âmbito do *Programa 2218 - Gestão de Riscos e Desastres*, e os repasses foram realizados pela Administração Direta do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Já há recursos federais para ações de reconstrução. A Medida Provisória (MPV) nº 1.102, editada pelo Governo Federal em 24 de fevereiro de 2022, para enfrentamento dos efeitos da tragédia de 15 de fevereiro em Petrópolis, abre crédito extraordinário em favor do MDR no valor de R\$ 479.866.600,00, para Ações de Proteção e Defesa Civil – Nacional. O programa de trabalho orçamentário utilizado foi a *Atividade 22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil*, no âmbito do *Programa 2218 - Gestão de Riscos e Desastres*. Embora vultosos, esses recursos podem ser insuficientes em função da abrangência geográfica das ações previstas.

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a MPV, esses recursos se destinam a apoiar os entes federados que tiveram reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública, “especialmente os Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná e do Rio de Janeiro”, com foco “na recuperação da infraestrutura pública, de unidades habitacionais e estradas vicinais, além de reconstrução de pontes e estabilização de encostas”.

Antes do desastre de 15 de fevereiro em Petrópolis, o governo federal já havia editado a MPV nº 1.096, de 20 de janeiro de 2022, que abre

⁶ <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2506> (Acesso em 6 de maio de 2022).

crédito extraordinário em favor do MDR no valor de R\$ 550 milhões. Embora a programática utilizada seja a mesma da MPV nº 1.102, de 2022, a MPV nº 1.096, de 2022, destina recursos não à reconstrução das áreas afetadas, mas a despesas de custeio referentes ao socorro, à assistência às vítimas e ao restabelecimento de serviços essenciais nos estados que sofreram com chuvas intensas e enxurradas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 (Bahia, Minas Gerais, Piauí, Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará), bem como nos estados da região Sul, afetados por forte estiagem.

6. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Este relatório prevê 95 recomendações a serem atendidas para reverter os estragos na cidade e mitigar os riscos de que novas tragédias aconteçam. Há 43 recomendações para Prefeitura de Petrópolis, 20 para o Governo Federal, 14 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, 12 para o Poder Legislativo, duas para a Caixa Econômica Federal, duas para entidades de arquitetura e engenharia, uma para o BNDES e uma para Universidade Federal Fluminense (UFF).

6.1. RECOMENDAÇÕES

6.1.1. Ao Município de Petrópolis

6.1.1.1. Plano municipal de contingência

1. Atualizar, segundo uma abordagem multidisciplinar e com a participação da população, de lideranças comunitárias e da sociedade civil organizada, o plano municipal de contingência.
2. Envolver os órgãos municipais, estaduais e federais pertinentes na atualização do plano municipal de contingência.



3. O plano de contingência deve, no mínimo:
 - 3.1. distribuir competências entre todos os atores relevantes, para antes, durante e após o desastre.
 - 3.2. estabelecer a rotina de preparação contra desastres, especialmente abertura de canais de contato, definição de pontos focais, facilitação de diálogo institucional, entre outras medidas.
 - 3.3. definir a rotina de realização periódica de exercícios simulados de resposta a desastres, especialmente em relação à conscientização da população a respeito da importância da participação nesses exercícios.
 - 3.4. estabelecer, em linhas gerais, prioridades para o socorro às vítimas de desastres, para evitar demora na sua definição quando da ocorrência do desastre.
 - 3.5. prever pontos de apoio e locais de abrigo.
 - 3.6. identificar materiais, equipamentos e edificações que poderão ser objeto de requisição administrativa em caso de desastre.
 - 3.7. definir quem ficará responsável pela organização dos donativos (por tipo) e prever locais para onde eles serão direcionados, para triagem, organização e distribuição.
 - 3.8. definir os destinos intermediários/provisórios e definitivos para a acomodação do material de bota-fora.

6.1.1.2. Preparação

4. Conscientizar a população a respeito da importância de acreditar nas sirenes e nos meios de alerta.



5. Adotar estratégia eficaz para envolver a população nas ações de prevenção e preparação contra desastres (treinar as pessoas).
6. Realizar anualmente exercícios simulados de resposta a desastres, envolvendo os entes federados, a sociedade civil e a comunidade.
7. Atualizar periodicamente o cadastro de famílias moradoras de áreas de risco, que deve ser multifinalitário e envolver as instâncias estadual e federal.

6.1.1.3. Monitoramento e alerta

8. Adquirir, com o apoio da União e do Estado, se necessário, radar mais preciso de detecção antecipada de chuvas.
9. Implementar instrumentos e equipamentos para monitoramento em tempo real de deslocamentos de massa acoplados a formas automatizadas de acionamento de alertas antecipados de ocorrência de deslizamentos de terra.
10. Implementar meios mais modernos de alerta à população, como mensagens SMS ou via aplicativos de mensageria por celular.
11. Prever o deslocamento de equipes para o local para onde foi despertado o alerta de desastre, de modo a recuperar a credibilidade aos sistemas de alerta.

6.1.1.4. Prevenção

12. Realizar anualmente, antes do período das chuvas e com o apoio da União e do Estado, caso necessário, a limpeza e



desobstrução de rios, canais, galerias e túneis de escoamento de águas pluviais.

13. Contratar estudos para a viabilidade de obras de drenagem pluvial, por exemplo, nas ruas Santos Dumont, Nelson Sá Erp e 13 de Maio, entre outras consideradas necessárias.
14. Implementar campanha de educação ambiental para alertar a população em relação à importância da destinação correta do lixo, a fim de evitar a obstrução de estruturas de drenagem de águas pluviais.

6.1.1.5. Resposta

15. Atualizar periodicamente o cadastro das pessoas afetadas por desastres, que deve ser multifinalitário e envolver as instâncias estadual e federal.

6.1.1.6. Reconstrução

16. Garantir que o plano de trabalho para a reconstrução das estruturas e localidades atingidas contemple ações de prevenção a novos desastres.
17. Fazer constar nos planos de trabalho para a reconstrução e áreas afetadas o mapeamento georreferenciado das edificações atingidas, de modo a permitir a solicitação de construção de novas moradias perante a Defesa Civil federal.
18. Exigir que toda obra pública ou empreendimento privado seja dotado de mecanismos de acumulação de águas pluviais, de modo a reduzir a velocidade com que as águas passam a escoar superficialmente e, assim, prevenir enchentes.



6.1.1.7. Poder de polícia

19. Fazer valer a ordem de desocupação de locais atingidos por desastres, para evitar que as pessoas retornem a casas ainda ameaçadas ou que outras pessoas invadam essas residências.
20. Impedir a ocupação e promover a desocupação de áreas de risco.
21. Impedir a invasão de áreas identificadas como aptas para a construção de moradias seguras.
22. Fortalecer a fiscalização de obras irregulares no município.
23. Estabelecer sistemática e critérios de demolição administrativa, em conjunto com o Ministério Público e a Defensoria Pública, conjugando humanização e efetividade.

6.1.1.8. Medidas estruturantes

24. Promover a criação de um órgão ou entidade permanente, com corpo funcional profissional e qualificado, tendo como referência a Geo-Rio e com base na proposta de criação do Instituto Municipal de Geologia, em convênio/consórcio com outros municípios da região serrana do Rio de Janeiro.
25. Instalar centro de monitoramento e operações, com equipes multifuncionais, para desempenhar as funções de auxílio na prevenção de desastres, promoção de atividades de treinamento para a população enfrentar situações de desastre e fornecimento de abrigo público para a população atingida por desastres, conjugando, portanto, ações sociais, de defesa civil e de educação.



26. Envolver a Defesa Civil municipal na formulação de projetos e na execução de obras destinadas a reduzir riscos e prevenir a ocorrência de desastres.
27. Regulamentar e aperfeiçoar a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), conforme determinado pela Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, inclusive por meio de cooperação com universidades e órgãos representativos de arquitetura e engenharia.
28. Implementar, em cooperação com o estado e a União, estratégias abrangentes e consistentes de regularização fundiária urbana (tanto de interesse social – REURB-S, como de interesse específico – REURB-E) conforme a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para além da – fundamental, mas insuficiente – titulação de propriedade.
29. Implementar o Plano Municipal Socioeducativo, com ações integradas nas áreas de educação, saúde, assistência, cultura e lazer.
30. Reformular, conforme as exigências da Lei de Transparência, o portal da transparência do município, para informar não só os recursos recebidos, mas também o gasto público com o enfrentamento do desastre e as doações recebidas pelo município.
31. Relatar periodicamente à Defesa Civil estadual e federal as ações estruturais e não estruturais desenvolvidas com o objetivo de promover a prevenção de desastres.
32. Encaminhar ao Senado Federal o relatório final das ações de enfrentamento do desastre.



6.1.1.9. Habitação e ordenamento territorial

33. Formular e implementar, em cooperação com o estado e a União, uma política habitacional de interesse social com foco no assentamento de famílias atingidas (tanto pela tragédia de 2022 como de anos anteriores) e na remoção das famílias que ocupam áreas de risco.
34. Prever ações de curto, médio e longo prazos com o objetivo de eliminar o déficit habitacional das tragédias anteriores (cerca de 450 unidades anteriores a 2022 e aproximadamente 3.000 unidades relativas à tragédia de 2022) e reduzir o déficit habitacional provendo moradia digna para moradores de áreas de risco e de áreas de preservação permanente e unidades de conservação de proteção integral.
35. Avaliar, segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Cidade, a possibilidade de alterar o Plano Diretor para permitir o aumento do gabarito de construção (potencial construtivo) em áreas aptas a suportar um maior adensamento populacional no Município.
36. Rever, segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Cidade e à luz do mapeamento de riscos na cidade, o Plano Diretor e o Plano de Expansão Urbana, a fim de melhor ordenar a ocupação do solo urbano e buscar terrenos aptos ao crescimento ordenado da cidade.
37. Criar fórum permanente, com participação paritária da sociedade civil, para acompanhamento do planejamento da cidade.



38. Priorizar o pagamento de indenização ou o mecanismo de compra assistida para famílias com pessoas com deficiência.

6.1.1.10. Saúde

39. Prestar, em cooperação com o estado e a União, atendimento psicológico para as famílias atingidas por desastres, inclusive por meio de instrumentos próprios da telemedicina.
40. Reforçar as estruturas existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando formar equipes, profissionais e estruturas capacitadas para atuar em situações de desastre, agindo de forma assertiva e coordenada no atendimento à população afetada, inclusive no que se refere ao atendimento psiquiátrico e psicológico.
41. Fortalecer, em coordenação com a União, o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) no município.
42. Garantir, em coordenação com o estado e a União, acompanhamento psicossocial para as equipes de saúde que atendem a população atingida.

6.1.1.11. Financiamento

43. Fortalecer a estratégia de arrecadação de recursos por meio de tokens não-fungíveis (NFTs), tomando como inspiração o modelo inaugurado pela Lei Municipal nº 8.301, de 31 de março de 2022.

6.1.2. Ao Estado do Rio de Janeiro

1. Assumir e concluir as obras pendentes do PAC das Encostas no Município de Petrópolis.



2. Garantir recursos para a execução das cinco obras emergenciais de maior vulto e necessidade assumidas pelo Estado (R\$ 150 milhões aproximadamente).
3. Garantir os recursos necessários para a conclusão das obras de controle de inundações, drenagem e recuperação ambiental nas calhas dos rios Santo Antônio, Cuiabá e Carvão em Petrópolis.
4. Fortalecer o Programa Limpa Rio e promover a limpeza dos cursos d'água anualmente durante o período pré-chuvoso.
5. Concluir o projeto, licitar a obra e garantir recursos para a reforma e ampliação do túnel extravasor do rio Palatinato em cooperação, se e quando necessário, com os governos municipal e federal.
6. Envolver os municípios na confecção de mapas de riscos geológicos, hidrológicos e de incêndios florestais produzidos pela Defesa Civil estadual.
7. Envolver a Defesa Civil estadual na formulação de projetos e na execução de obras destinadas a reduzir riscos e prevenir a ocorrência de desastres.
8. Fazer um levantamento dos terrenos transferidos pelo município e pela União ao Estado para a implantação de projetos habitacionais de interesse social, inclusive terrenos na Mosela, em Benfica e no Vale do Cuiabá.
9. Atuar junto às instâncias responsáveis para a liberação de quantas unidades habitacionais for possível no terreno do Caititu, conforme projeto destinado a definir a melhor forma de ocupação do local, inclusive para a conservação e o uso sustentável dos bens ambientais lá presentes.



10. Cumprir a meta de contratualizar 3 mil unidades habitacionais em Petrópolis em 2022 por meio do Programa Casa da Gente.
11. Tendo em vista que trabalhadores rurais que desempenham atividades sazonais, particularmente quando o empregador provê temporariamente a moradia, vivenciam dificuldades na obtenção do aluguel social, considerar as necessidades dessas famílias na concessão do benefício.
12. Atualizar o valor do aluguel social pago aos beneficiários de tragédias anteriores, de modo compatível com o valor de mercado da localidade atendida.
13. Reforçar as estruturas existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando formar equipes, profissionais e estruturas capacitadas para atuar em situações de desastre, agindo de forma assertiva e coordenada no atendimento à população afetada, inclusive no que se refere ao atendimento psiquiátrico e psicológico.
14. Fortalecer o Serviço Geológico do Rio de Janeiro (DRM/RJ), para permitir que o órgão apoie os municípios do estado na identificação, mapeamento e monitoramento de áreas de risco, no caso específico da região serrana, trabalhando em conjunto com o centro de monitoramento e controle e o futuro Instituto Municipal de Geologia.

6.1.3. Ao Governo Federal

1. Revisar a dinâmica de funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, de modo a atualizar cadastros, reforçar canais de comunicação institucional, identificar necessidades dos estados e municípios e reafirmar a



importância da criação e manutenção dos núcleos comunitários de Defesa Civil.

2. Envolver a Defesa Civil federal na formulação de projetos e na execução de obras destinadas a reduzir riscos e prevenir a ocorrência de desastres.
3. Fiscalizar o cumprimento da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 2021, que limita o atendimento definitivo de assentamentos urbanos irregulares aos casos de regularização fundiária de interesse social (art. 485) e exige concordância expressa do município para o atendimento temporário nos demais casos (art. 506, II).
4. Regulamentar o art. 15-B da Lei nº 12.340, de 2010, para determinar que as empresas de telefonia exploradoras de serviço móvel pessoal transmitam alertas sobre risco de desastres, produzidos pelos órgãos competentes e transmitidos à população sob risco perigo pelo serviço de mensagens *Cell Broadcast* (difusão celular), independentemente de cadastro prévio e com base em triangulação de sinal para localização precisa do usuário
5. Ampliar a rede de instrumentação geotécnica e pluviométrica para o monitoramento em tempo real de áreas de risco.
6. Estudar estratégias de locação social, com apoio de organismos internacionais, como o BID.
7. Criar programa específico para apoiar o Município de Petrópolis na reconstrução da sua imagem como importante destino turístico nacional.



8. Apoiar o Município da restauração de livros históricos danificados pelas chuvas.
9. Suspender a exigibilidade de obrigações financeiras de Petrópolis para com a União, o que geraria uma economia mensal de aproximadamente R\$ 1,1 milhão para o município.
10. Evitar o contingenciamento de verbas destinadas a ações de Defesa Civil.
11. Autorizar o emprego de verbas destinadas à reconstrução das áreas atingidas (MPV nº 1.102, de 24 de fevereiro de 2022, e outras que porventura se seguirem) na construção de moradias para as famílias atingidas.
12. Manter, pelo tempo que for necessário, o suporte às ações de saúde e de apoio psicossocial à população atingida.
13. Fortalecer programa de preparação, vigilância, monitoramento e resposta para as emergências públicas junto aos estados e municípios, conduzido pelo Ministério da Saúde.
14. Reforçar as estruturas existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando formar equipes, profissionais e estruturas capacitadas para atuar em situações de desastre, agindo de forma assertiva e coordenada no atendimento à população afetada, inclusive no que se refere ao atendimento psiquiátrico e psicológico.
15. Reabilitar o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS), responsável pela habilitação das unidades de saúde no nível municipal, e expandir as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi).



16. Liberar ou, conforme o caso, prestar assistência ao Município de Petrópolis para a liberação de recursos remanescentes do PAC das Encostas.
17. Contribuir para a recuperação da infraestrutura viária da cidade de Petrópolis, especialmente as pontes danificadas no desastre.
18. Formular e implementar um programa federal de transferência de recursos para ações estruturais e não estruturais de mitigação de riscos de desastres nos Município incluídos no cadastro nacional.
19. Fazer um levantamento dos terrenos de domínio da União no município de Petrópolis.
20. Promover as obras necessárias para prevenir a ocorrência de desastres em terrenos de domínio da União, em especial no Morro da Oficina.

6.1.4. À Caixa Econômica Federal (CEF)

1. Atender à solicitação de dilação de prazo para pagamento de financiamento contratado pelo Município perante a instituição. O município solicita que o pagamento das prestações, no valor de R\$ 400 mil por mês, seja dilatado em pelo menos um ano. Há ainda cerca de 10% do valor contratado pendente de execução, recursos que serão direcionados para as áreas que mais precisam.
2. Acionar a construtora para que promova a regularização das deficiências do Conjunto Habitacional Vincenzo Rivetti.



6.1.5. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

1. Facilitar o acesso aos empresários atingidos pelo desastre às linhas de crédito especial concedidas pelo Banco, buscando formas alternativas de prestação de garantia.

6.1.6. À Universidade Federal Fluminense (UFF)

1. Promover, no âmbito do Departamento de Geologia e Geofísica, o estudo da estrutura geológica da região serrana do Rio de Janeiro, com o objetivo de prevenir desastres, e oferecer cursos de treinamento na região serrana do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema.

6.1.7. Às entidades de classe de arquitetura e engenharia

1. Contribuir com o levantamento de terrenos aptos à construção de moradias seguras, inclusive com o cruzamento de informações com bancos de dados (preferencialmente georreferenciados) federais, estaduais e municipais.
2. Contribuir para a concretização dos objetivos da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (ATHIS).

6.2. RECOMENDAÇÕES DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

1. Estabelecer critérios gerais para a demolição administrativa de edificações situadas em áreas de risco, com definição de prazos para que o poder público municipal promova a remoção completa das edificações impróprias à ocupação e estabelecimento de sistemática para dar destinação adequada à



respectiva área: criação de parques, ou reflorestamento, entre outras.

2. Regular em âmbito federal os instrumentos da compra assistida, aquisição e *retrofit* de edificações para a acomodação de famílias ocupantes de áreas de risco ou atingidas por desastres.
3. Estabelecer ordem de prioridade para os moradores de áreas de risco entre os beneficiários do Programa Casa Verde e Amarela, conforme o art. 4, III, da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
4. Regular em âmbito federal a locação social (a partir da identificação de imóveis ociosos que possam ser ocupados) e o benefício do aluguel social.
5. Regular em âmbito federal o contrato de garantia entre Prefeitura, beneficiário do aluguel social e proprietário do imóvel a ser locado.
6. Proibir uso do benefício do aluguel social para contratos de locação em área de risco.
7. Regular o benefício de calamidade pública, inclusive para pagamento de aluguel social, conforme previsto no art. 22 da Lei nº 8.472 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
8. Permitir que recursos destinados a restabelecimento possam ser empregados em reconstrução de vias, pois, restabelecer serviço de transporte público coletivo, por exemplo, depende muitas vezes de reconstrução de vias.



9. Autorizar o emprego de verbas destinadas à reconstrução das áreas atingidas, previstas na MPV nº 1.102, de 2022, na construção de moradias para as famílias atingidas, inclusive por tragédias anteriores.
10. Excepcionalizar a liberação de verbas emergenciais da vedação de liberação de verbas em ano eleitoral.
11. Incluir ações de prevenção de desastres nas competências do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
12. Regulamentar, no âmbito federal, o atendimento psicológico via telemedicina.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ANEXO 1
RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA EM PETRÓPOLIS
(17 DE MARÇO DE 2022)

Em cumprimento ao plano de trabalho da CTEPETR, aprovado em 14 de março de 2022, a Comissão deslocou-se para o Município de Petrópolis/RJ, onde sobrevoou áreas atingidas pelo desastre provocado pelo temporal que atingiu a cidade em 15 de fevereiro de 2022 e realizou várias atividades:

1. Visitou o 32º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha (32º BIL Mth) – Batalhão Dom Pedro II;
2. Visitou locais atingidos, particularmente o Morro da Oficina;
3. Reuniu-se com o Prefeito de Petrópolis/RJ, Rubens Bomtempo;
4. Participou de audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis/RJ; e
5. Reuniu-se com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

Durante o sobrevo, foi possível verificar o grave impacto das chuvas em vários locais da cidade, particularmente no Morro da Oficina, visitado posteriormente ao nível do chão, conforme Fotos 1 e 2 abaixo.





**Foto 1. Morro da Oficina (vista aérea) Foto 2. Morro da Oficina (como visto
ao nível do chão)**

Como resultado dessa diligência, a Comissão aprovou quatro requerimentos solicitando informações sobre:

1. repasses federais para o Município de Petrópolis/RJ em 2022, dirigido ao Ministro da Controladoria-Geral da União, Sr. Wagner de Campos Rosário;
2. exercícios simulados de resposta a desastres em Petrópolis/RJ, dirigido ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Walter Braga Netto;
3. projetos de recuperação de infraestruturas de drenagem em Petrópolis/RJ, dirigido ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Sr. Rogério Marinho; e
4. saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das chuvas de Petrópolis em 2022, dirigido ao Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes.

Visita ao 32º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha (32º BIL Mth) – Batalhão Dom Pedro II

- Os integrantes da Comissão foram recebidos pelo Comandante da unidade, Tenente-Coronel Costa Mattos, que ofereceu um breve relato sobre o papel fundamental que o Exército teve na assistência às vítimas e no apoio às comunidades atingidas.
- A área do Batalhão foi afetada. Foi necessário desobstruir três pontos de deslizamento para que fosse possível a saída de viaturas do quartel.
- Os donativos, que chegaram à cidade em grande volume, estão sendo organizados pela Prefeitura em um galpão desocupado de uma concessionária de veículos na saída para Itaipava, próximo à cidade de Petrópolis.
- Há muito trabalho a fazer para remover o entulho acumulado em locais atingidos, como no Morro da Oficina e no Morro do Caxambu, onde houve o deslizamento de uma laje de terra.
- A logística referente ao bota-fora (despejo definitivo do entulho removido) é complexa, sendo o local de depósito relativamente afastado dos locais atingidos, o que leva a altos custos de transporte do material.
- O Exército participa de exercícios simulados de preparação e resposta a desastres, em conjunto com a Defesa Civil e, dependendo do porte do exercício, também com a comunidade. Em 2019, foi realizado um simulado de grande porte, sob a coordenação do Ministério da Defesa.
- Em muitas ocasiões, as sirenes tocam, mas não ocorrem deslizamentos de terras, enchentes ou inundações. Isso pode fazer com que o soar das



sirenes esteja desacreditado.

- Militares do Batalhão, especializados em operações em montanha, foram acionados para instalar lonas plásticas nos morros, para tentar minimizar a saturação do solo pela água da chuva.
- No que diz respeito ao Exército, os canais institucionais de contato constantes do plano de contingência funcionaram perfeitamente.

Visita a locais atingidos – Morro da Oficina

- Ao final da visita ao 32º BIL Mth, o Comandante acompanhou pessoalmente os integrantes da Comissão até o Morro da Oficina. Verificou-se “in loco” a grande devastação provocada pelo temporal na localidade.
- Entre os escombros, havia um relógio de medição de consumo de energia elétrica, o que confirma que mesmo as ocupações em áreas de risco contam com o fornecimento de serviços públicos. Esse fato, estimulado pela legislação aplicável às empresas fornecedoras, pode contribuir para a ocupação de áreas de risco.
- A poucos metros do local do deslizamento da encosta, existe um conjunto habitacional construído pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) na década de 1970. O muro externo desse conjunto habitacional foi parcialmente destruído, mas os prédios não foram afetados.
- Em pelo menos uma casa próxima ao local do deslizamento, verificou-se a presença de moradores, o que indica que a localidade pode não ter sido completamente evacuada, ou que os habitantes já procuram



retornar para suas casas. Isso pode ocorrer, inclusive, por receio de saques àquelas residências que estejam desocupadas, mesmo permanecendo intactas.

Reunião com o Prefeito de Petrópolis/RJ, Rubens Bomtempo

- Os integrantes da Comissão foram recebidos na Prefeitura de Petrópolis para uma reunião com o Prefeito, Sr. Rubens Bomtempo, e parcela significativa do Secretariado municipal.
- Em conversa informal anterior ao início da reunião, o Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias do Município, Tenente-Coronel Bombeiro Gil Kempers, informou:
 - O temporal de 15 de fevereiro de 2022 foi totalmente atípico, inédito na história recente do Município: 260 mm em um intervalo de aproximadamente seis horas, mas concentrados nas primeiras duas horas.
 - O temporal começou por volta das 16h30, quando as pessoas já começavam a retornar para suas casas após um dia de trabalho.
 - Há relatos de pessoas que não deixaram suas casas, mesmo com as sirenes tocando. Um morador chegou a ligar para um familiar e recebeu a orientação de permanecer em casa.
 - O radar disponível na localidade não é capaz de identificar com precisão todas as dimensões da nuvem e, portanto, o volume de chuva que ela pode provocar. Existem equipamentos de procedência japonesa ou israelense que podem produzir alertas mais precisos (em relação ao local exato da precipitação) e com



antecedência de até quatro horas. Contudo, equipamentos como esses não estão disponíveis no Brasil, apesar do custo relativamente baixo (cerca de R\$ 3 milhões).

- É fundamental realizar um trabalho de conscientização da população sobre a importância das medidas de prevenção e preparação contra desastres.
 - O ideal é não mais permitir a ocupação do Morro da Oficina.
- O Prefeito, Rubens Bomtempo, deu início à reunião com uma rápida apresentação dos secretários municipais e informou que, em função de pendências judiciais incidentes sobre o pleito municipal em que se elegeu, só tomou posse em 21 de dezembro de 2021, portanto, menos de dois meses antes da tragédia.
 - Em 1º de janeiro de 2022, ocorre uma primeira chuva forte. Ainda na primeira quinzena de janeiro, verifica-se uma chuva de 300 mm em três dias, o que levou o Município a declarar situação de emergência e deixou setenta pessoas desalojadas. Segundo o Senador Carlos Portinho, o Ministério do Desenvolvimento Regional reconheceu a situação de emergência declarada em 7 de janeiro e houve a autorização para saque do FGTS, mas para moradores de localidades distintas daquelas mais atingidas pelo temporal de 15 de fevereiro.
 - A chuva de 15 de fevereiro foi atípica. Como ocorreu no horário do rush, carros e ônibus contribuíram para obstruir os deslocamentos de viaturas de emergência. A cidade ficou sem luz e perdeu as comunicações (inclusive via celular).
 - Como a chuva continuou após o anoitecer, somente no dia seguinte foi possível obter um quadro geral dos estragos provocados pelo



temporal.

- As áreas mais afetadas se distribuem por aproximadamente 100 km², em especial no 1º Distrito, onde se localiza a sede do Município. Cerca de 3.500 pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas.
- Enfrentou-se, então, a necessidade de eleger prioridades: resgatar vítimas, desobstruir vias, restabelecer serviços essenciais (inclusive coleta de lixo).
- Paralelamente, era necessário cuidar dos desabrigados e organizar os donativos. O número de desabrigados flutuava muito, pois não havia ainda controle sobre a entrada e saída de pessoas dos abrigos.
- A ajuda humanitária recebida pela cidade foi gigantesca, sendo a organização dessas doações realizada em um galpão localizado na BR-040.
- Foram registradas 6.014 ocorrências relacionadas à chuva, concentradas no 1º Distrito. Dessas, 5.088 reportavam deslizamentos. 233 pessoas morreram e 4 continuam desaparecidas.
- As ações para o enfrentamento do desastre tiveram início imediatamente, sendo as principais:
 - 15/2: Primeiras reuniões entre Município, concessionárias de serviços públicos e representantes do Estado.
 - 16/2: Início dos trabalhos de resgate e liberação de vias; Município decreta calamidade pública.
 - 17/2: chegada das Forças Armadas e do Ministério do Desenvolvimento Regional.



- 18/2: instalação do centro de comando integrado e visita do presidente da República.
 - 22/2: instalação de comitê executivo.
 - 25/2: regulamentação do programa de aluguel social.
 - 26/2: criação e uma central para busca de imóveis.
 - 15/3: aquisição de imóvel para abrigamento de famílias.
- Levou-se dez dias para a liberação das principais vias da cidade.
 - O deslizamento no Morro da Oficina atingiu área da antiga oficina da Estrada de Ferro Leopoldina. A localidade está em terreno federal. O deslizamento teve início em partes mais altas da encosta, onde não há moradias. Terra e pedras deslizaram, destruindo tudo que existia abaixo.
 - Diversas pontes foram rompidas e muitas outras danificadas.
 - Vinte ônibus ficaram parados no centro da cidade. Outros dois foram arrastados pela correnteza.
 - Ações realizadas no âmbito social:
 - Estabelecimento de 22 pontos de abrigamento em escolas e creches da rede municipal de ensino. Durante o dia, crianças de alguns abrigos seguiram para atividades em outras escolas.
 - Já há 450 aluguéis sociais concedidos. O valor originalmente proposto pelo Estado do Rio de Janeiro para o aluguel social era de R\$ 500,00. Diante da insuficiência do valor, o Estado concordou em aumentar o benefício para R\$ 800,00 e o



Município complementa o valor final com R\$ 200,00 adicionais, totalizando R\$ 1.000,00. Trata-se o primeiro programa de aluguel social no Brasil, compartilhado entre Município e Estado.

- A Prefeitura adquiriu, com 30% de desconto em relação ao valor tributável, um imóvel desocupado no Centro da cidade, para atendimento de 32 famílias.
- Cadastramento de pessoas desalojadas e desabrigadas.
- Criação do contrato de garantia. Segundo o Prefeito, os proprietários de imóveis não querem fazer contrato com o governo. Preferem celebrar contrato diretamente com o beneficiário. Nesse caso, a Prefeitura oferece as garantias necessárias à celebração do contrato de aluguel entre proprietários de imóveis e beneficiários do aluguel social.
- Aulas voltaram em 85% das escolas em 7 de março.
- Ações realizadas no âmbito de infraestrutura:
 - Celebração de convênio com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), por meio do qual Petrópolis recebeu ajuda das prefeituras do Rio de Janeiro e de Niterói.
 - O Município já executa obras em diversas localidades: recuperação das margens do rio Piabanha, ponte de Corrêas, margens do rio Saldanha Marinho, recuperação do asfaltamento nas áreas mais atingidas.
 - O Estado também executa obras no Município: recuperação das ruas Washington Luiz, Portugal/Getúlio Vargas, Conde D’Eu,



Pedro Ivo e 24 de Maio.

- Já foram removidas mais de 110 mil toneladas de entulho, terra e rochas das vias da cidade.
- Criação de centros de armazenagem de doações.
- Restituição da mobilidade urbana e redefinição do fluxo viário, com 92% da frota de transporte coletivo já operando novamente.
- O centro administrativo municipal foi muito atingido. Já teve início a recuperação de prédios públicos, com readaptação de Secretarias Municipais atingidas (6 escolas e 1 Unidade de Pronto Atendimento interditadas, 1 Posto de Saúde da Família atingido e 1 Pronto Socorro 24 horas funcionando parcialmente).
- Está sendo proposta a criação de um Instituto Municipal de Geologia.
- O PAC das Encostas está em fase de transferência para o Estado. No início do programa, o Município assumiu a execução, pois a proximidade em relação aos problemas enfrentados pela cidade daria maior efetividade ao programa. Porém, após um período de paralisação das obras, as empresas contratadas solicitaram realinhamento econômico-financeiro dos contratos, gerando elevação de custos (entre R\$ 6 milhões e R\$ 7 milhões) e a necessidade de retornar a execução do programa para o Estado.
- O Município adquiriu e doou para o Estado o terreno do Caititu, com o objetivo de permitir a construção de habitações de interesse social. Contudo, o uso do terreno para este fim enfrenta resistência dos



moradores da localidade e do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA).

- Atualmente, 18 comunidades contam com sirenes para alerta antecipado de possibilidade de desastre.
- O Município conta com um Centro Integrado de Monitoramento e Operações, que permite a integração de diversas agências e ações rápidas em situações de emergência.
- Com 3 km de extensão, o túnel extravasor do rio Palatinato, que conduz água do centro histórico para o rio Piabanha, precisa de reforma. O custo da obra está estimado em R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões.
- Quase todas as famílias atingidas por desastres anteriores foram contempladas no projeto habitacional Vincenzo Rivetti, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (850 famílias). Contudo, a empreiteira contratada deixou sérios problemas de acabamento. O Ministério Público já foi acionado.
- O Município sugeriu à Universidade Federal Fluminense a criação do curso de Geologia.
- O Prefeito fez ainda uma prestação de contas em relação aos recursos públicos utilizados no enfrentamento da calamidade.
 - O Decreto nº 38, de 22 de fevereiro de 2022, instituiu o Comitê Executivo para Gestão, Acompanhamento e Prestação de Contas de Recursos para Resposta à Calamidade Pública no Município de Petrópolis.
 - Foi também instituído o Portal da Transparência.



- Até o momento, o Ministério do Desenvolvimento Regional repassou R\$ 6.314.916,78 ao Município de Petrópolis.
- Destes, R\$ 1.682.681,99 foram destinados a ações humanitárias (Decreto nº 43, de 25 de fevereiro de 2022). Porém, diante da quantidade suficiente de donativos recebidos, o Município vai devolver esses recursos ao Ministério.
- A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) destinou R\$ 30 milhões para obras de restabelecimento e reconstrução, limpeza urbana, assistência social, construção de novas moradias e reestruturação urbana.
- O Ministério da Cidadania destinou R\$ 470 mil a alimentação nos abrigos, kits de higiene e equipes de suporte.
- O Ministério da Saúde vai destinar R\$ 1.040.692,05 a ações de vigilância epidemiológica.
- No total, portanto, já foram recebidos R\$ 37.054.917,00.
- Emendas parlamentares encontram-se em fase de cadastramento. Até o momento, essas emendas destinam ao Município R\$ 23.714.692,00 via Ministério da Saúde e R\$ 3.669.223,00 via outros Ministérios.
- Novo plano de trabalho para solicitação de recursos (R\$ 601.157,70) para recuperação de vias (restabelecimento) está em análise.
- Serão lançados novos planos de trabalho para obtenção de recursos para realização de contenção de encostas e recuperação de vias.
- Segundo o Prefeito, verbas para reconstruir vias precisam ser também



consideradas em ações de restabelecimento e não somente em reconstrução. Em muitos casos, o restabelecimento de serviço de mobilidade, por exemplo, depende da recuperação de vias (asfalto).

- O Prefeito entregou à Comissão três ofícios sobre:
 - Identificação de terrenos aptos para construção de moradias;
 - Solicitação de isenção de obrigações financeiras do município, referentes a tributos federais, o que geraria uma economia mensal de aproximadamente R\$ 1,1 milhão para o município.
 - Solicitação de dilação de prazo para pagamento de financiamento contratado perante a Caixa Econômica Federal. O município solicita que o pagamento das prestações, no valor de R\$ 400 mil por mês, seja dilatado em pelo menos um ano. Há ainda cerca de 10% do valor contratado pendente de execução, recursos que serão direcionados para as áreas que mais precisam.
- O Prefeito encerrou sua apresentação ressaltando a importância do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil para a prestação da resposta do poder público e pedindo especial atenção para o Morro da Oficina, por ser uma área federal.
- Questionado pelo Senador Eduardo Girão, o Prefeito reconheceu que a saúde mental da população é um desafio de grande importância, que vem se revelando aos poucos em toda a sua dimensão.
- Questionado pelo Senador Flávio Bolsonaro, o Prefeito afirmou que a proposta de aquisição de imóveis para abrigamento de famílias é uma medida inovadora, que ainda precisa ser debatida, mas que a seleção



de famílias a serem beneficiadas é uma questão de assistência social, sem ingerência política na distribuição. Pode, inclusive, tornar-se um instrumento indutor de reurbanização de áreas que ficaram abandonadas.

- Em resposta a questionamento sobre a saúde mental das pessoas que perderam tudo na tragédia, formulado pelo Senador Romário, a Chefe de Gabinete da Prefeitura, Sra. Luciane Bomtempo, informou que este ainda é um processo em formulação, tendo em vista o atual governo ter recebido uma estrutura de assistência social bastante sucateada e esvaziada. Ela afirmou que os sobreviventes estão profundamente marcados, mas que não serão abandonados ou esquecidos.
- A Chefe de Gabinete da Prefeitura demonstrou preocupação também com a recuperação econômica do Município e disse que este elemento será incorporado às versões atualizadas do relatório.
- Questionado pelo Senador Eduardo Girão, o Prefeito afirmou que, no campo do turismo, o grande desafio é reviver a imagem de Petrópolis.
- A Secretária de Cultura informou que cerca de 18 mil livros históricos foram danificados. Destes, cerca de 2 mil podem ser restaurados.
- Por fim, o Prefeito informou que o relatório sobre a situação em Petrópolis é ainda incompleto e se comprometeu a finalizar uma versão mais abrangente no prazo de 60 dias.
- Durante o almoço, em encontro informal com empresário que possui uma editora e emprega cerca de 350 trabalhadores e trabalhadoras no Município, foi reportado que o pacote de socorro financeiro lançado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não tem produzido os efeitos desejados, tendo em vista que



muitos empresários perderam tudo na tragédia e, portanto, não estão aptos a fornecer as garantias exigidas pelo banco para a concessão de financiamentos. Além disso, parcela significativa desses mesmos empresários já havia recorrido a empréstimos por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), a fim de fazer frente aos desafios apresentados pela pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021.

Audiência Pública na Câmara Municipal de Petrópolis/RJ

- A Vereadora Gilda Beatriz, psicóloga de formação, salientou a importância da saúde mental da população e da política habitacional, especialmente para habitações de interesse social.
- O Vereador Gil Magno defendeu a elaboração de um “plano de manejo” para as áreas de risco e a destinação de recursos para sua aplicação. Para promover habitação social segura, o parlamentar sugeriu uma abordagem popular para a Engenharia e a Arquitetura.
- O Vereador Marcelo Chitão indicou a necessidade de união entre todas as esferas de governo, sem permitir que vaidades atrapalhem o atendimento das necessidades da população. Fez ainda um relato da apreensão, durante toda a sua infância, em função da possibilidade de novos deslizamentos na localidade onde a família morava e do alívio experimentado pela comunidade quando foram executadas obras de contenção.
- O Vereador Ronaldo Ramos salientou que o problema de Petrópolis é muito maior do que as áreas atingidas, pois há ainda muitas pessoas morando em áreas de risco. Muitas outras tragédias anunciadas



tendem a acontecer, mas esta é uma oportunidade de escrever uma nova história.

- O Vereador Otávio Sampaio afirmou que Petrópolis é “uma gambiarra que não aguenta mais nenhum penduricalho”. O Parlamentar de 31 anos disse que “nunca viu uma obra séria em Petrópolis que tivesse real valor para urbanização da cidade”.
- O Vereador Domingos Protetor alertou para a “síndrome do céu azul”, pela qual alguns dias sem chuva fazem com que as pessoas comecem a esquecer a tragédia. Segundo o Parlamentar, pessoas e entidades que estavam ajudando já estão indo embora. É preciso criar protocolos efetivos de previsão de eventos climáticos extremos. Se já existissem, teria havido perdas materiais, mas não perda de vidas. Um novo PAC das Encostas, mesmo que com outro nome, precisa ser criado, pois obras de contenção teriam amenizado a catástrofe.
- O Vereador Marcelo Lessa celebrou as obras que o Governo Federal vem executando em todo o Brasil e afirmou esperar que isso chegue a Petrópolis. Lembrou que ainda há atingidos por tragédias anteriores esperando por indenização e disse que casas que não foram demolidas voltaram a ser ocupadas. A fiscalização de obras irregulares está há anos abandonada na cidade. O caminho seria, então, coibir obras irregulares e demolir edificações situadas em áreas de risco.
- O Vereador Júnior Paixão ressaltou que não há espaços para construir grandes projetos habitacionais em Petrópolis. A estratégia tem que ser a implantação e pequenos assentamentos. Disse também que, agora que a crise está passando, é hora de socorrer à população com cestas básicas e acolhê-la com abraços.



- O Vereador Dr. Mauro Peralta afirmou que o poder público “não fez o dever de casa”, embora já exista legislação que proíbe a ocupação de áreas de risco. Sugeriu ainda uma quinta dimensão para os trabalhos da comissão: responsabilização dos prefeitos que permitiram a ocupação dessas áreas. O Parlamentar indicou a necessidade de avançar no projeto de recuperação do túnel extravasor do rio Palatinato e estudar a possibilidade de implantar outras estruturas de drenagem (Nelson Sá Erp e 13 de Maio).
- O Vereador Fred Procópio reforçou a necessidade de reformar o túnel extravasor do rio Palatinato, o que trará mais segurança para os moradores do 1º Distrito e de Cascatinha.
- Ao encerrar a reunião, o Senador Carlos Portinho defendeu a aprovação pela Câmara Municipal de Petrópolis de dois projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal para tratar:
 - Da criação da NFT de Petrópolis, ativo intangível análogo ao antigo selo, que permitirá a arrecadação de recursos para a recuperação da cidade, em particular do 1º Distrito. Trata-se de iniciativa inovadora, que encontra respaldo jurídico no marco regulatório das startups, relatado no Senado Federal pelo Senador.
 - Da aquisição pela Prefeitura de bens imóveis para abrigamento de famílias afetadas pela tragédia.



Reunião com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro

- Ao chegar a Petrópolis, o governador se deparou com um “cenário de guerra, muita destruição”.
- O Governador lembrou que o Morro da Oficina é terreno federal. Na primeira metade da década de 1970, o Governo Federal assentou 700 famílias no conjunto habitacional construído pelo BNH naquela localidade e indenizou outras 2.300 famílias, que foram autorizadas a construir no terreno da oficina. Boa parte das moradias ocupa, hoje, área de risco.
- O Governo do Estado do Rio de Janeiro assumiu a execução de cinco obras emergenciais no Município, com custo estimado de R\$ 150 milhões.
- O custo das obras de reforma do túnel extravasor do rio Palatinato alcança R\$ 400 milhões somente na primeira fase. No total, em três anos a obra deve custar R\$ 600 milhões aos cofres públicos. O projeto básico está contratado e, quando pronto, servirá de base para a licitação da obra.
- A legislação vigente exige que as obras de reconstrução obedeçam ao projeto original da estrutura destruída. É preciso mudar a lei, para permitir a aplicação de recursos de reconstrução em métodos, técnicas e materiais modernos.
- Uma solução para o déficit habitacional em Petrópolis pode ser mudança de gabarito construtivo, para permitir prédios mais altos em alguns locais da cidade. Mas essa é uma decisão que está nas competências do Município.



- Estudo preliminar indica que há cerca de 25 mil residências em áreas de risco em Petrópolis.
- É preciso buscar terrenos que possam abrigar a construção de novas unidades habitacionais.
- Houve incompreensão a respeito do papel dos bombeiros. Constatando a inexistência de vítimas, os militares se deslocam para outra localidade. A prioridade é resgatar as vítimas.
- Quanto à prevenção de novos desastres, há cinco encostas com grandes problemas. As obras de contenção nesses cinco pontos podem chegar à casa de R\$ 1 bilhão.



ANEXO 2
RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
NO SENADO FEDERAL PARA DEBATER PREVENÇÃO
DE DESASTRES, ESTUDOS GEOLÓGICOS E
PROTEÇÃO DE ENCOSTAS NO MUNICÍPIO
(21 DE MARÇO DE 2022.)

Em cumprimento ao Plano de Trabalho e ao Requerimento CTEPETR nº 2, de 2022, aprovados em 14 de março de 2022, a Comissão realizou em 21 de março de 2022, audiência pública no Senado Federal para debater o tema “prevenção, proteção de encostas e estudo geológico”. Participaram da audiência os seguintes convidados:

- Wagner Granja Victor, Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ);
- Esteves Pedro Colnago, diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM);
- Diogo Rodrigues A. da Silva, chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM);
- Luiz Paniago, representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Roger Romão, representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Márcio Romano Correa Custódio, Subsecretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro;
- Luiz Claudio Almeida Magalhães, presidente do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM/RJ).



Como resultado da audiência pública, o Senador Carlos Portinho, relator da Comissão, apresentou três requerimentos:

1. Solicitação de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Pontes, sobre mapeamento de riscos e produção de alertas antecipados de desastre em Petrópolis/RJ, incluindo dados, instrumentos e equipamentos utilizados e sistemática de comunicação de alertas ao Município;
2. Solicitação de informações ao Governo do Estado do Rio de Janeiro sobre realização de exercícios simulados de preparação contra desastres, limpeza e desobstrução de rios, canais e galerias de águas pluviais (inclusive do túnel extravasor do rio Palatinato), e mapeamento de locais propícios à construção de moradias no Município de Petrópolis/RJ, além de solicitar o envio do Mapeamento de Risco Remanescente, elaborado pelo Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro; e
3. Solicitação de informações à Prefeitura de Petrópolis sobre realização de exercícios simulados de preparação contra desastres, sistemática de resposta a desastres, limpeza e desobstrução de rios, canais e galerias de águas pluviais (inclusive do túnel extravasor do rio Palatinato), e mapeamento áreas de risco e de locais propícios à construção de moradias, além de solicitar o envio do Plano de Contingência e Proteção e Defesa Civil do Município.

Além destes, o relator apresentou outros dois requerimentos:

1. Solicitação de informações à ENEL Distribuição Rio sobre interrupções no fornecimento de energia elétrica em bairros do Município de Petrópolis e previsão de normalização do serviço; e



2. Solicitação de informações à empresa Águas do Imperador sobre interrupções no fornecimento de água em bairros do Município de Petrópolis e previsão de normalização do serviço.

Segue abaixo um resumo das falas dos convidados durante a audiência pública realizada em 21 de março de 2022.

Wagner Granja Victor, Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)

Wagner Victor mencionou suas experiências anteriores como secretário de Energia do Rio de Janeiro, por oito anos, quando atuou na revitalização do Departamento de Recursos Minerais (DRM/RJ), e como presidente da Companhia de Águas do Rio de Janeiro (CEDAE), durante oito anos, quando acompanhou a tragédia ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011. Classificou os acontecimentos daquele ano como chocantes, especialmente porque, ao sobrevoar a região de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, constatou, como engenheiro, que muitos problemas ocorreram tanto em áreas ocupadas quanto em áreas não ocupadas, ainda cobertas com vegetação nativa, o que evidenciou os grandes níveis das precipitações ocorridas. Observou que as inundações em Petrópolis são registradas desde a época de Dom Pedro II, que instava os engenheiros da época quanto a esses problemas.

O convidado avaliou que esse fato não pode ser considerado fortuito. Embora se mencione que em 50 ou 60 anos esse tipo de evento não tenha acontecido, esse dado é irrelevante do ponto de vista estatístico do tempo da Terra, de milhões de anos. Não é impossível que algo que ocorra pela primeira vez em 60 anos volte a acontecer em pouco tempo. O exemplo são os próprios episódios registrados em Petrópolis em 2011 e 2022. Wagner



Victor atentou ainda para o fato de terem sido registradas fortes chuvas no dia 20 de março de 2022, semelhantes às chuvas do dia 15 de fevereiro de 2022, ainda que em menor magnitude.

Ele avaliou que há fatores mitigantes em relação ao prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, que tomou posse em meio ao chamado período úmido. Observou que no período seco, pelo menos seis meses antes do período úmido, deve ser feito o trabalho de desobstrução de galerias, medida que teria evitado problemas, mesmo com chuvas de grande monta.

Em seguida, Wagner Victor percorreu sobre quatro fatores contribuintes para os problemas observados na Região Serrana do Rio de Janeiro.

O primeiro fator é a ocupação das encostas, que contribui para a impermeabilização do solo, cuja capacidade de receber e reter a água fica reduzida. Por outro lado, a água recebida assume grande velocidade, sendo que a sua energia não é amortecida pela mata ou pelo solo. De acordo com a geografia local, com encostas e pontos baixos, forma-se uma espécie de calha: dos morros e encostas jorra água em grande velocidade, com energia suficiente para carregar até mesmo carros e ônibus, como observado na tragédia do dia 15 de fevereiro de 2022.

O segundo fator diz respeito à própria ocupação das encostas, que não ocorreu por acaso. Em sua visão, essas foram ocupadas porque, no passado, houve iniciativas de urbanização e instalação de utilidades como água, energia, telefone e asfalto. O convidado avaliou ser primário achar que a solução é tirar todo mundo desses locais, o que não vai acontecer. Para ele, esse tipo de proposta parte de quem não conhece política pública. Relatou que, quando presidente da Cedae, houve manifestações do Ministério Público no sentido da retirada de utilidades como energia elétrica e água



dessas regiões. No entanto, respondia a tais recomendações pedindo que fossem indicados os locais onde deveriam ser feitos os cortes, pois ninguém desejava que as concessionárias interrompessem os serviços e, se cortes fossem feitos, os gestores poderiam acabar sendo alvo de representações.

O terceiro fator apontado foi o baixo número de áreas disponíveis para reassentamento nas cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Ou seja, não é possível retirar as pessoas desses locais e levá-las para áreas planas. Uma possível solução para essa baixa disponibilidade de áreas de reassentamento seria a ampliação das cotas em lugares baixos (aumento do gabarito construtivo).

O quarto fator apontado diz respeito à formação meteorológica: as precipitações são muito rápidas, o que muitas vezes dificulta medidas como acionamento de alarmes e retirada das pessoas.

Entre as soluções possíveis, Wagner Victer mencionou, do ponto de vista hídrico, um rápido mapeamento das ações a serem feitas para drenagem, como a identificação de pontos de assoreamento e de obstruções em canais. Classificou as intervenções e a construção de túneis como medidas importantes, mas observou que são muito demoradas, ressaltando que valores da ordem de até R\$ 600 milhões, como se chegou a aventar, serão utilizados em obras que dificilmente estarão concluídas em menos de cinco ou seis anos. Por essa razão, defendeu a identificação de medidas a serem tomadas imediatamente, observando que as chuvas do dia 20 de março de 2022, embora menores do que as do dia 15 de fevereiro de 2022, demonstraram a existência de muitos locais a serem desobstruídos. Disse acreditar que as medidas mitigadoras, embora já tivessem sido iniciadas, não tiveram a velocidade adequada e o resultado esperado.

A segunda medida discutida por Wagner Victer diz respeito à



criação de um novo sistema de sinalização de emergência, moderno e com contingência. Esse sistema precisa utilizar ferramentas como envio de mensagens por SMS e por aplicativos como o WhatsApp, simultaneamente ao uso de sirenes e bips, que permitam comunicar as pessoas com antecedência sobre a necessidade de buscarem locais seguros. O convidado alertou, porém, que não adianta ter um sistema de comunicação de emergência, com contingência, se não houver um serviço meteorológico com a melhor acurácia possível. Avaliou como insignificante o valor de novos satélites ou sistemas 3D, da ordem de alguns milhões de reais, tendo em vista os benefícios advindos da disponibilização de um sistema meteorológico específico e moderno acoplado a um sistema de comunicação, atentando, todavia, para a necessidade de oferta de treinamento para as pessoas, para que possam lidar com esses sistemas.

Wagner Victor discorreu sobre a necessidade de medidas na área de educação ambiental, particularmente quanto à destinação do lixo. Para ele, embora esse aspecto não reduza a magnitude das chuvas registradas, a educação ambiental deve ser permanente na Região Serrana do Rio de Janeiro.

A última sugestão apresentada diz respeito à criação de uma estrutura permanente, qualificada, com profissionais concursados – engenheiros civis, engenheiros de cartografia, profissionais de geotecnia e de geologia, meteorologistas e especialistas na questão hídrica – e que transcenda os diversos governos. A ideia é inspirada na experiência do Rio de Janeiro com a criação de um órgão próprio para lidar com problemas em encostas, a Geo-Rio. No caso de Petrópolis, o nome poderia ser Geo-Petrópolis ou Geo-Petro. O órgão proposto teria o papel de ajudar no mapeamento, que é uma atribuição municipal, podendo fazer convênios com universidades e preparar projetos para captação de recursos disponibilizados



pela União. O convidado ressaltou que, sem um corpo técnico permanente e qualificado, sequer é possível captar recursos. Observou que na Região Serrana do Rio de Janeiro há universidades qualificadas que poderiam trabalhar com esse órgão. Avaliou que a criação desse órgão deveria ser a medida mais urgente, do ponto de vista da prevenção, da preservação de encostas e da melhoria de calhas, oferecendo suporte ao sistema, de modo a priorizar a questão do comando.

Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

O convidado explicou que o Serviço Geológico do Brasil foi criado como uma companhia de pesquisa de recursos minerais. Depois de 25 anos de atuação, o governo brasileiro mudou o foco da Companhia de Recursos Minerais para transformá-la em uma entidade de prestação de serviços geológicos, incorporando ao segmento de pesquisa mineral as atividades relacionadas ao risco territorial, aos recursos hídricos, aos riscos decorrentes das dificuldades e das manifestações geológicas, etc. Segundo ele, a missão fundamental do Serviço Geológico é gerar e disseminar o conhecimento, ou seja, depois de obtido o resultado do trabalho, isso é divulgado para a sociedade para que, em diversos segmentos, as providências sejam tomadas no sentido de corrigir defeitos relacionados às circunstâncias. Frisou que o Serviço não opera as atividades.

Afirmou que o Serviço Geológico está à disposição para prestar todas as informações, e contribuir com conhecimento e *know-how*, para que as entidades responsáveis façam os trabalhos relacionados ao conhecimento preliminar e preventivo de oportunidade de ocorrência de desastre. Relatou que isso tem sido feito junto com a Defesa Civil nacional e com o Centro



Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). No caso do Rio de Janeiro, informou que há um trabalho conjunto com o DRM/RJ, que é auxiliado pelo Serviço Geológico para que possa desenvolver as ações específicas relacionadas ao aspecto preventivo.

Conforme o palestrante, em relação a Petrópolis, Teresópolis, assim como aos demais municípios da Região Serrana do Rio de Janeiro existem levantamentos que foram realizados pela CPRM há alguns anos e atualizados repetidamente. Manifestou surpresa com a circunstância atual e argumentou que as variações climáticas são uma dificuldade séria para todo o mundo, inclusive para o Brasil, que está muito prejudicado por isso. Afirmou que o Serviço Geológico tem atuado firmemente nos diversos desastres pelo País, como os ocorridos na Bahia e em Minas Gerais.

Acrescentou que o Serviço está acompanhando o movimento de água – que sofre consequências extremas. Citou como exemplo a Bacia do Amazonas, onde, em 2021, houve risco de calamidade em função das cheias que ocorreram na região. Entretanto, o acompanhamento efetivo evitou muitos problemas. Enfatizou que muitas bacias hidrográficas brasileiras estão sendo acompanhadas, desde o São Francisco até o Caí no Rio Grande do Sul, além do Pantanal, que tem sido acompanhado de forma sistemática e permanente, pois vive uma situação extrema em decorrência das situações climáticas.

Sobre as águas subterrâneas brasileiras, informou que centenas de milhares de poços estão sendo acompanhados, tanto em quantidade quanto em qualidade, especialmente em locais onde estão os aquíferos, como nos estados do Sul que usam água subterrânea para abastecimento. O acompanhamento da situação das águas subterrâneas pelo Serviço Geológico evita o colapso no fornecimento de água.



Questionado acerca da instalação de equipamentos de instrumentação geotécnica para monitoramento em tempo real da estabilidade de encostas em Petrópolis ou em outros municípios da Região Serrana do Rio de Janeiro, disse que desconhecia e sugeriu que o Cemaden talvez tenha iniciativa direcionada nesse sentido. Ainda sobre a pergunta, o convidado reportou informação fornecida, de forma privativa, pelo palestrante Diogo Rodrigues da Silva, que estava com dificuldade de conexão durante a audiência. Segundo ele, o Sr. Diogo afirmou que existem estações da Cemaden em Petrópolis e em boa parte da Região Serrana do Rio de Janeiro. As informações das estações pluviométricas e geotécnicas são utilizadas para a emissão dos alertas de movimento de massas ou de inundação.

Foi perguntado sobre quais os órgãos capacitados e competentes para instruir os gestores municipais ou estaduais acerca dos locais de risco para construções e quem deveria ser responsabilizado pela existência de construções que não foram recomendadas pela Defesa Civil. O palestrante explicou que quando a Defesa Civil é acionada, a CPRM faz comunicações diretas com esse órgão e com a gestão do município, portanto, caberia ao gestor municipal tomar decisões para impedir essas construções. Acrescentou que a CPRM tem realizado um trabalho junto às Defesas Cíveis de todo o País no sentido de realizar estudos necessários para auxiliar outras formas de expansão e de atividades no município, como a criação de cemitérios e de aterros sanitários, de forma a evitar a contaminação das águas subterrâneas.

Por fim, afirmou que o Serviço Geológico está à disposição dos gestores do Município de Petrópolis para que, quando da decisão de implementar novas unidades residenciais, os estudos necessários sejam conduzidos a fim de que isso seja feito com segurança.



Diogo Rodrigues A. da Silva, chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

O convidado comentou que a Região Serrana do Rio de Janeiro é extremamente afetada por desastres naturais, por ser ocupada por encostas ou vales, o que acarreta a necessidade de atualizações dos estudos já realizados.

Informou que, há alguns anos, foi realizado um plano municipal de redução de risco para Petrópolis. Entretanto, enfatizou a necessidade de que, em municípios extremamente afetados por desastres naturais, exista uma equipe consolidada para a fiscalização da ocupação, que cada vez aumenta mais. Nesse sentido, frisou a importância de uma Defesa Civil municipal mais forte, com uma equipe maior de geólogos, para que ocorra a fiscalização constante dessas áreas de risco – áreas de movimento de massa e de deslizamentos e áreas de inundação.

Comentou que o Serviço Geológico está incumbido de fazer o mapeamento das áreas de risco no País, mas não é possível auxiliar todos os municípios a manter os mapeamentos atualizados, por isso há necessidade de uma estrutura forte e permanente nessas regiões, atuando na redução de ocupações em áreas de risco.

Sobre a área afetada em Petrópolis, argumentou que o Serviço Geológico do Estado deve ser questionado sobre como os trabalhos estão sendo conduzidos na região. Comentou que o Serviço Geológico do Brasil é uma instituição muito importante para o Rio de Janeiro e tem condições de dar apoio aos municípios brasileiros. Frisou a importância de fortalecer as entidades estaduais e citou como exemplo o Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro, que é o DRM/RJ. Segundo ele, essas entidades quando fortalecidas darão suporte aos municípios, para trabalhar com os



mapeamentos de prevenção, evitando mortes.

Questionado sobre a possibilidade de disponibilizar à Comissão os estudos conduzidos especificamente para a região de Petrópolis, afirmou que esses poderiam ser encaminhados mediante requerimento. Entretanto, disse que essa consulta também deveria ser feita ao DRM/RJ, pois eles atuam com maior frequência no Estado. Recordou que a CPRM atende a todo o País, mapeando áreas de risco em mais de 600 municípios. Portanto, quando há um serviço geológico estadual consolidado, com uma equipe técnica capaz, a CPRM atua de forma menos frequente, pois prefere fortalecer e apoiar essas entidades.

Luiz Paniago, representante da Agência Nacional de Mineração (ANM)

Inicialmente, o convidado explicou que participa da audiência como gerente de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Mineração (ANM), especialidade que tangencia o tema da reunião. Lembrou que quando houve o ocorrido em Brumadinho (MG), a equipe da CPRM compartilhou geólogos que permanecem, até os dias atuais, auxiliando com relação à segurança de barragens. Avaliou que a ANM tem o compromisso de contribuir em todas as esferas, dispondo, para tanto, de profissionais especializados nesse tema.

Atestou a importância do monitoramento meteorológico em tempo real, com a melhor precisão possível, e que existem ferramentas atuais que podem auxiliar. Afirmou que a região de Petrópolis tem topografia muito acidentada, a qual não possui grande rigidez locacional. Nesse cenário, externou que o ideal seria retirar as pessoas e que há uma quantidade elevada de indivíduos que teriam que ser realocados. Ponderou que a verticalização poderia ser uma opção, mas que talvez não solucione o problema. Sugeriu o



monitoramento utilizado em barragens, que emprega radares interferométricos e torna possível ver movimentações milimétricas de encostas, associado à questão das chuvas. Avaliou que um monitoramento apenas por meio da chuva talvez gere alarmes não adequados, o que termina produzindo o que vem ocorrendo atualmente: o descrédito nas sirenes.

Luiz Paniago acredita que associar novas tecnologias possa trazer um melhor resultado e que os profissionais da CPRM e de outros órgãos têm esse *know-how*. Para o convidado, isso representaria uma evolução para o setor, como a utilização dos sistemas estacionários que captam qualquer tipo de deslocamento e que, associados às chuvas, podem acionar a sirene de forma mais assertiva, para que a população possa se deslocar. Reiterou que, como se sabe do risco, o ideal seria retirar as pessoas, mas talvez seja uma opção de longo prazo. Dessa forma, considerou que o tipo de monitoramento citado seria o ideal.

Outro ponto destacado por Luiz Paniago foi a necessidade de haver uma equipe dedicada, com servidores concursados, voltada para essa situação recorrente. Recordou o ocorrido em 2011, que voltou a acontecer em 2022, sendo que o objetivo é que não ocorra mais, ou que não haja perda de vidas. Registrou que esse foi o foco da ANM na questão de segurança de barragens, buscando identificar e expurgar o risco majoritário, considerando que não se pode conviver sem as barragens. Concluiu salientando que é necessário minimizar o risco de tal modo que as pessoas não sejam afetadas, não ocorram mortes e o meio ambiente seja preservado.

Roger Romão, representante da Agência Nacional de Mineração (ANM)

O palestrante iniciou informando que é engenheiro de minas, com especialização em segurança. Relatou que há insegurança na região, que



é necessário perseguir a redução dos riscos e que, para tanto, o conhecimento geológico é importante, assim como o papel da CPRM. Alertou que é preciso saber o que acontece na região, especialmente sobre como está o índice de porosidade da geologia estrutural em função das chuvas, para se saber quais medidas tomar.

Argumentou que o gerenciamento precisa ser contínuo, perene, com equipe especializada, para que o adequado conhecimento do solo seja aliado com as estruturas e com o que pode ser feito. Ainda sobre o gerenciamento do risco, ilustrou com um curso feito por ele no Japão no qual o professor preconizou que “segurança tem que ser princípio e não prioridade”. Nesse sentido, advertiu sobre a necessidade de conscientização da população, de trabalho de capacitação e de treinamento constante.

Alertou sobre a premência de isolamento de áreas de risco e a necessidade de trabalho conjunto com a prefeitura para a elaboração de um plano diretor. Reiterou a importância do conhecimento geológico e reforçou que o monitoramento tem que ser constante e perene. Exemplificou com o caso de Veneza, que informou ser a capital mais monitorada do mundo em função da sua situação geológica.

Destacou, por fim, a relevância das medidas de mitigação do risco. No âmbito da ANM, como superintendente de Produção Mineral e diretor interino, manifestou disponibilidade em contribuir com a expertise adquirida pela Gerência de Barragens. Colocou à disposição o conhecimento da agência em áreas como gerenciamento de risco, mitigação de danos e estabilização física da região. Ressaltou, concluindo, a importância da estabilidade física da área como medida de mitigação.



Márcio Romano Correa Custódio, Subsecretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro

Márcio Custódio informou que atua há 28 anos no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, onde alcançou a patente de coronel, sendo que há 18 anos trabalha na área de Defesa Civil. Ele discorreu sobre a forma de organização da Defesa Civil, ressaltando que se trata de um sistema que atua em conjunto com diversos órgãos com assuntos transversais, como habitação, saúde e educação. Observou que todos os assuntos de proteção e defesa civil perpassam todas as pastas de alguma forma.

Mencionou que a Defesa Civil do Rio de Janeiro conta com o Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil e com a Escola de Defesa Civil, a primeira desse tipo no Brasil, com finalidade de promover estudos dessa área. Ressaltou que a Escola tem atendido os 92 municípios fluminenses, e já recebeu alunos de outros estados e países como Angola. Mencionou, ainda, o Centro de Estudos e Pesquisas em Defesa Civil (CEPEDEC), que pode colaborar com os estudos na região de Petrópolis, contando com a participação de militares com formação técnica nas áreas de geologia e tecnologia da informação. Destacou que foram confeccionados vários mapas apontando riscos geológicos, riscos hidrológicos e riscos de incêndios florestais, aos quais foi dada publicidade para os municípios, inclusive Petrópolis.

Márcio Custódio relatou que a situação de Petrópolis após as chuvas do dia 15 de fevereiro de 2022 foi muito difícil – um cenário de guerra. Avaliou que as presenças, no primeiro dia, do governador Cláudio Castro, como primeira autoridade chegando no local, e depois do secretário de Defesa Civil, coronel Leandro Monteiro, foram importantes para a tomada das primeiras medidas necessárias à montagem de grupo de crise de desastre



e para a chamada dos militares, primeiramente da Região Serrana, e depois de todo o estado do Rio de Janeiro. Explicou que o estado conta com 11 Regionais de Defesa Civil, para fazer a ligação com os municípios. Essas regionais são distribuídas de acordo com as bacias hidrográficas, conforme o que preconiza a Lei nº 12.608, de 2014, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Relatou que chegou em Petrópolis às 23h do dia 15 de fevereiro de 2022, encontrando um cenário caótico, pois as pessoas se deslocavam, mas sem saber para onde ir. O Gabinete Integrado de Gestão de Desastres foi montado na Escola D. Pedro II, contando com 53 a 58 agências presentes “in loco”, tanto do estado quanto do município. Explicou que essa montagem foi feita em comum acordo com o município, tendo em vista que, dentro do sistema de defesa civil, a primeira atuação é do município, local onde ocorre o desastre, e, a partir do momento em que o município exaure os seus recursos, ocorre a complementação por parte do estado.

Márcio Custódio informou que as principais ações do Gabinete Integrado de Gestão de Desastres incluíram montagem, estruturação, organização e articulação interinstitucional para gestão do desastre e oferta de suporte técnico ao município. Ele reconheceu que a prefeitura e a Defesa Civil Municipal de Petrópolis dispõem de equipe técnica qualificada para atender a demanda. Relatou que houve monitoramento de risco local e remoto das condições climáticas, sendo que as informações eram disponibilizadas em um painel.

Relatou que o Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais do Rio de Janeiro (CEMADEN/RJ), que faz monitoramentos 24h por dia, disponibilizou alertas que foram repassados aos municípios, inclusive Petrópolis, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2022.



Explicou que o Cemaden/RJ dispõe de aproximadamente 20 profissionais, incluindo meteorologistas, hidrólogos, geólogos, programadores e técnicos de informática, atuando na previsão de riscos e desastres. Defendeu que os municípios devem ser avisados da possibilidade de chuvas, de modo que possam adotar as medidas necessárias. Informou que a Defesa Civil promove atividades preventivas, como a realização de exercícios simulados junto aos municípios no período anterior às chuvas.

Relatou que, em 2020, foram disponibilizados para os municípios documentos com informações sobre os planos de contingência de cada um deles. Cada município recebeu um diagnóstico, havendo relatórios produzidos desde 2016, com informações sobre aspectos adequados e necessidades de melhoria. Avaliou que a publicidade dada a essas informações e aos aspectos que requerem melhorias facilitam o trabalho da Defesa Civil.

Márcio Custódio relatou que o Gabinete Integrado de Gestão de Riscos também atuou na identificação das demandas do Corpo de Bombeiros, promovendo a alocação de recursos e maquinário conforme a necessidade. As demais ações relatadas incluíram: articulações com estados e municípios; produção de mapas para auxílio nas buscas; identificação de danos; apoio à coordenação de voluntários; orientação técnica à coordenação de material de ajuda humanitária e aos abrigos provisórios estabelecidos pelo município, com disponibilização de profissionais e de técnicos da Escola de Defesa Civil que atuam no curso de abrigos temporários; apoio à coleta e à convergência de dados de desaparecidos, em articulação com o Instituto Médico Legal, a Polícia Civil, o SUS, o Ministério Público e o Corpo de Bombeiros; articulação com as concessionárias e órgãos públicos e privados para restabelecimento dos serviços essenciais; e aquisição, armazenamento, transporte e disposição de materiais de ajuda humanitária.



Relatou que a Defesa Civil estadual tem bom relacionamento com o coordenador da Defesa Civil local, que também é militar da corporação, com larga experiência. Registrou que o coordenador, assim como o convidado, esteve no Japão, como bolsista da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Ressaltou a importância da capacitação e do treinamento dos profissionais da Defesa Civil, assegurando ter aprendido muito durante sua estada no Japão, país onde ocorrem escorregamentos de detritos parecidos com os que ocorrem em Petrópolis, com movimentação de terra, blocos rochosos e árvores, com uma força gigantesca devida à inclinação do terreno.

Quanto às propostas apresentadas na audiência, Márcio Custódio corroborou a importância de se manter equipes técnicas especializadas. Embora tenha reconhecido a importância de criação de um novo sistema, avaliou que, mais importante do que a escolha de um determinado sistema é fazer com que a população entenda que é preciso respeitar as orientações da Defesa Civil, especialmente sobre a necessidade de sair de certos locais. Defendeu, portanto, ser preciso massificar essa informação e envolver a sociedade civil, para que todos entendam o que é o risco e o que é o desastre, inclusive por meio da realização de exercícios simulados. Em sua avaliação, mudanças de comportamento não podem ser obtidas da noite para o dia, demandando tempo e massificação de ações de treinamento e de informação.

Dentre as informações a serem repassadas à população, reiterou os esclarecimentos sobre o que é o risco e o que é o desastre, observando que o risco inclui diversos fatores para que seja concretizado, como a ameaça de deslizamento de um bloco rochoso ou a vulnerabilidade do local onde se encontra a residência. Para eliminar o risco, podem ser adotadas medidas como a contenção ou a retirada do bloco rochoso, mas se isso não for



possível, deve ser avaliada a retirada das pessoas da residência

Márcio Custódio defendeu que haja preocupação com a grande vulnerabilidade do município de Petrópolis e que todos contribuam para o aumento da resiliência dos cidadãos petropolitanos e das estruturas governamentais. Observou que o Brasil é país signatário do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres de 2015 e que mais da metade dos municípios fluminenses, incluindo Petrópolis, aderiu à campanha Cidades Resilientes. Avaliou que, com medidas dessa natureza, as pessoas começam a entender a importância do tema, para que mais vidas não sejam ceifadas por deslizamentos, inundações e enxurradas.

Questionado sobre o funcionamento das sirenes, especialmente sobre a partir de quantos milímetros de chuva registrada ocorre o seu acionamento, e sobre se ocorre o deslocamento de equipes para os locais de risco para orientar a população, Márcio Custódio esclareceu que informações técnicas sobre a relação entre a quantidade de chuva e o acionamento das sirenes deveriam ser prestadas pela Defesa Civil de Petrópolis, por se tratar de um estudo feito localmente. Especulou, todavia, que a partir do momento em que se ultrapassa os 50 mm de chuva, é necessário ter atenção, de modo que, com o aumento gradativo desses níveis, em certos momentos os municípios devem fazer o acionamento remoto das sirenes e de toques específicos sobre a necessidade de abandono de determinados lugares. No caso de Petrópolis, mencionou a existência de um treinamento com a população, com orientações de deslocamento das pessoas de suas residências até um local seguro, sendo que pessoas da Defesa Civil municipal devem acompanhar o deslocamento e a chegada das pessoas aos pontos de apoio. Depois de passado o momento adverso, o ponto de apoio perde sua função, cabendo à Defesa Civil, após vistoria, autorizar ou não o retorno das pessoas às suas residências.



Márcio Custódio foi indagado sobre relatório da Câmara dos Deputados sobre as chuvas de 2013, do qual constou a seguinte recomendação: “para a área do Quitandinha, a Defesa Civil deveria pelo menos entrar em estado de alerta quando chover 60 mm em 24 horas, quando chover 100 mm em 48 horas ou quando chover 140 mm em 72 horas”. Ele informou que existem estudos relativos a essa questão, que foram compartilhados com o município de Petrópolis. Advertiu, no entanto, que diante de fatores como as mudanças climáticas ou a ocorrência muito abrupta de chuvas, com intensidade tal que não possa ser prevista, pode ser necessário atualizar os estudos. Nesse sentido, observou que o Instituto Científico e Tecnológico e a Escola de Defesa Civil podem auxiliar na mobilização e na sensibilização da população, quanto à necessidade de atender os alertas. Ainda assim, assegurou que o município de Petrópolis está bem estruturado quanto a esse ponto, dispondo de uma equipe técnica muito boa, além de poder contar com a estrutura do estado, que pode oferecer apoio em relação aos gatilhos relativos às precipitações pluviométricas.

Quanto aos mapas produzidos pelo DRM/RJ, Márcio Custódio disse que são muito úteis, sendo que, tão logo os recebe, os repassa para providências cabíveis, tanto por parte do município, para que tome conhecimento e dê publicidade à informação, quanto para a estrutura de governo. Confirmou, no entanto, que providências executivas, como construção de muros atirantados e de redes de contenção, não cabem à Defesa Civil, mas às Secretarias de Obras.

Indagado sobre de que formas o governo federal e o governo estadual podem transferir recursos para a execução de ações de prevenção no município e se recursos do Fundo Nacional de Calamidades Públicas (FUNCAP) podem ser utilizados com esse fim, Márcio Custódio observou que a Defesa Civil não tem competências relacionadas à gestão de obras.



Observou que obras estruturais são importantes para a mitigação de riscos e de vulnerabilidades no âmbito do município de Petrópolis, defendendo a alocação de recursos para tanto. Informou que no âmbito do estado ainda estava sendo formatado um fundo com recursos a serem disponibilizados em caso de desastres.

Questionado sobre as medidas adotadas para evitar construções em áreas de risco, Márcio Custódio argumentou que medidas nesse sentido devem começar no âmbito municipal, defendendo que os municípios contem com a mesma estrutura de que dispõe a Defesa Civil no âmbito estadual, inclusive quanto à equipe técnica e à sua capacitação. Em sua visão, o estado atua quando solicitado, em casos nos quais o município não tenha condições de atender à demanda. Assegurou que o estado compartilha todas as informações de que dispõe, além de disponibilizar formação por meio da Escola de Defesa Civil.

Indagado sobre a frequência com que são realizados exercícios de simulação e de preparação para situações de desastres em Petrópolis, Márcio Custódio não soube precisar essa informação, mas defendeu que essa frequência deve ser “constante”, nos períodos de normalidade, ou seja, períodos de menor incidência de chuvas. Diante da informação de que o último evento-teste de evacuação realizado em Petrópolis se deu em 2019, o convidado mencionou a participação da Defesa Civil Estadual, junto com diversas agências municipais, estaduais e federais, em um evento chamado Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC), embora não tenha sabido precisar a data. Informou que, em todo período de anormalidade, antes das chuvas, o estado promove treinamento simulado com todos os municípios. Explicou que são simulados de mesa, nos quais são feitos *inputs* de informações de um desastre hipotético, para que sejam fixadas atribuições de cada agência nesse cenário. No evento, as agências precisam informar as



providências que deverão tomar diante do evento simulado, sendo promovidas correções caso as decisões se mostrem equivocadas.

Questionado sobre quem deve informar aos gestores municipais sobre a impossibilidade de construção em determinados locais, Márcio Custódio disse acreditar que deve ser a Defesa Civil municipal, por se tratar do órgão que gerencia os desastres. Lembrou, no entanto, que todos os assuntos são transversais às outras pastas, em especial à Secretaria de Obras.

Indagado se, diante da recorrência de eventos climáticos trágicos em Petrópolis não seria adequado construir pontos de assistência social e de abrigo seguros e permanentes para acolher a população em caso de alertas de tragédias e de evacuações, ou se esse gasto não se justificaria, Márcio Custódio avaliou que um espaço específico para recebimento de pessoas afetadas seria importante, mas alertou sobre a necessidade de tal espaço ser bem planejado e estruturado, de modo que não seja utilizado para outros fins. Defendeu a elaboração de estudos sobre onde poderia haver tal espaço em Petrópolis, informando que normalmente são utilizadas escolas tanto como abrigos como local para instalação de gabinetes de gestão de crise, o que considera que deveria ser evitado. Observou, no entanto, que as escolas são estruturas físicas presentes nos bairros, sendo que as pessoas costumam guardar identidade com as instituições onde os seus filhos estudam. Além disso, os prédios normalmente são bem compartimentados e dispõem de banheiros femininos e masculinos, o que permite, inclusive, a criação de diversas salas interativas, para atendimento das necessidades do gabinete de gestão da crise.



Luiz Claudio Almeida Magalhães, Presidente do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ)

O palestrante informou que o DRM/RJ, com 47 anos de existência, atua na verificação de situações de risco, bem como no trabalho de campo após sinistro, em 91 municípios do Estado, à exceção da cidade do Rio de Janeiro, que conta com órgão próprio para gestão do risco geológico-geotécnico, a Geo-Rio. Acrescentou que o DRM/RJ possui a Divisão de Mineração e a Divisão de Geologia, e, subordinado a esta, o Núcleo de Análise e Diagnóstico de Escorregamentos (NADE). Pontuou que, de dezembro de 2021 a março de 2022, o órgão atendeu a 75 chamados fora de Petrópolis.

Declarou que, quando ocorreu o desastre em Petrópolis, estava em Barra Mansa com o governador Claudio Castro, que se deslocou imediatamente para a área afetada acompanhado pelo presidente da Alerj, deputado André Ceciliano, e pelo secretário de governo Rodrigo Bacellar.

O DRM/RJ havia deixado a equipe de prontidão, porque tinha sido informado previamente pelo Cemaden que o Estado do Rio iria sofrer com chuvas torrenciais. Não havia, entretanto, noção da dimensão do que acabou acontecendo devido ao fato de a chuva ter se concentrado em Petrópolis. Disse que o grupo foi acionado às 2h30m da manhã e se encontra na região desde então.

Informou que, junto com a Defesa Civil, o Departamento estuda rotas de fuga e está mapeando o risco remanescente do distrito como um todo, para dar subsídio técnico ao poder público de retirar pessoas e liberar aluguel social e FGTS. Comprometeu-se a encaminhar esses laudos para a Comissão.



Alertou que a chuva que caiu no dia anterior ao da audiência pública, apesar de menos intensa e menos concentrada, poderia trazer problemas para Petrópolis, pois a área já se encontrava combalida, com solo saturado. Comentou do desastre ocorrido em Angra dos Reis, devido a essa chuva, nesse mesmo dia.

Ressaltou que o DRM/RJ fez procedimento emergencial de contratação e estava no momento com 25 geólogos na região, chefiados pela diretora de Geologia, Dra. Joana, que trabalhou na época da tragédia ocorrida em Petrópolis no ano de 2011. Essa equipe estaria se revezando, porquanto o trabalho é pesado tanto física quanto psicologicamente.

Disse que o DRM/RJ tem estado em contato diário com a Defesa Civil e com o Corpo de Bombeiros e tem recebido todo apoio do governo estadual. Acredita que o DRM/RJ é um órgão importante que deve ser fortalecido.

Respondendo à pergunta sobre quais medidas seriam adotadas para preservação das encostas, considerando também a população que ali reside, disse que o DRM/RJ não tem nenhuma ingerência na atuação do poder público e seu papel consiste em auxiliar o município nas decisões. O Departamento pode ser chamado para elaborar estudo geológico preventivo, que é feito antes de algum desastre ocorrer, ou remanescente, como no caso de Petrópolis. Esse laudo, que não tem caráter obrigatório, é encaminhado ao município e a outros órgãos, como a Defesa Civil municipal e o Ministério Público, tanto estadual quanto municipal, para as providências cabíveis. Esses órgãos cobram a atuação do DRM/RJ e atualmente, por conta da gravidade das situações que estão acontecendo, os prefeitos têm entrado em contato diretamente com ele.

Afirmou que laudos dessa natureza também foram elaborados



após a tragédia de Petrópolis em 2011, tendo sido entregues ao poder público municipal à época. Garantiu que os encaminharia à Comissão, juntamente com os documentos referentes às análises recentes da região.

Perguntado se estariam sendo adotadas medidas educativas para a conscientização da população, destacou que o DRM/RJ estava revitalizando projeto antigo que envolve trabalho educacional nas escolas. Concebido anteriormente pela diretora de Geologia, Dra. Joana, esse projeto foi autorizado pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico atual e foi discutido com o município.

Por fim, lembrou que o DRM/RJ ficou praticamente oito meses fechado em 2020 e começou a atuar efetivamente a partir do segundo semestre de 2021.



ANEXO 3
RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
NO SENADO FEDERAL PARA DEBATER O TEMA
HABITAÇÃO
(24 DE MARÇO DE 2022)

Em cumprimento ao Plano de Trabalho e ao Requerimento CTEPETR nº 3, de 2022, aprovados em 14 de março de 2022, a Comissão realizou em 24 de março de 2022, audiência pública no Senado Federal para debater o tema “habitação”. Participaram da audiência os seguintes convidados:

- **Marcela Marques Abla**, conselheira superior e vice-presidente da região Sudeste do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB);
- **Cláudia Renata de Almeida Ramos**, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em Petrópolis/RJ;
- **Marilene Martins Morelli**, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em Areal/RJ;
- **Marcela Diniz Branco Rampini**, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em São José do Vale do Rio Preto/RJ;
- **Laura Fermiano**, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em Teresópolis/RJ;
- **Rubens Bomtempo**, prefeito de Petrópolis/RJ;
- **Alexandre Lucas Alves**, secretário nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
- **Allan Nogueira**, subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, representando Max Lemos, secretário de Infraestrutura e



Obras do Estado do Rio de Janeiro;

- **Júlia Kishida Bochner**, assessora da Presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA); e
- **Daniel Moraes de Albuquerque**, diretor de Recuperação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Como resultado da audiência pública, o Senador Carlos Portinho, relator da Comissão, apresentou dois requerimentos no sentido de oficial:

1. o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ) para solicitar o resultado do cruzamento de dados entre o levantamento realizado pelo Instituto sobre terrenos disponíveis para a construção de moradias seguras em Petrópolis-RJ e os bancos de dados do Município e do Estado do Rio de Janeiro, a fim de levantar eventuais limitações e identificar os terrenos mais aptos a essa finalidade; e
2. o governo do Estado do Rio de Janeiro para solicitar o envio do cronograma físico-financeiro da execução das obras de controle de inundações, drenagem e recuperação ambiental nas calhas dos rios Santo Antônio, Cuiabá e Carvão.

Segue abaixo um resumo das falas dos convidados durante a audiência pública realizada em 24 de março de 2022.

Marcela Marques Abla, conselheira superior e vice-presidente da região



Sudeste do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)

De início, a Sra. Marcela Abila esclareceu que representa o IAB como vice-Presidente da Região Sudeste e co-presidente do Departamento do Rio de Janeiro, do qual também é Conselheira Superior. Relatou que o Departamento do Rio de Janeiro conta com diversos núcleos que têm como objetivo a interiorização do instituto no Estado. Em Petrópolis há o Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, que conta com arquitetos com diversas atuações, que se uniram para promover ações locais e pensar a cidade. Esclareceu, ainda, que faz o uso da palavra também como moradora de Petrópolis.

Destacou que a cidade é muito complexa e quando se observa a questão ambiental e da paisagem, verifica-se – acima do mérito de um plano diretor ou de um plano estratégico – a necessidade de um plano de infraestruturas verdes, assim como de um plano de ecossistemas verdes. Planos que contenham espaços livres e espaços naturais, com diretrizes associadas aos processos de arborização interligando a cidade a partir dos espaços livres, dos espaços da rede natural e recriando bacias e margens de proteção ao longo dos rios, por meio de um sistema de unidades de conservação.

Explicou que na parte natural é fundamental que se compreendam os solos, as águas, e os rios. Na parte urbanística é preciso entrar no detalhamento do macrozoneamento, avançar no macroplanejamento da cidade, chegar à escala do projeto urbano e de uma tipologia arquitetônica (como serão as moradias, as calçadas, as ruas a serem habitadas) com equipamentos públicos a serem concebidos com soluções baseadas na natureza. Tudo isso levando-se em consideração que a cidade é um organismo vivo e que se trata de um processo constante e dinâmico no



qual a vida das pessoas deve estar sempre em primeiro lugar.

Explicou que uma avaliação de risco deve considerar esses fatos, tais como: onde estão construídas as altas edificações; onde as cidades se expandem e como elas crescem; onde se quer habitar. Para ela, é preciso discutir a legislação também no nível do bairro, para que o debate ocorra com a participação da sociedade e das entidades da sociedade civil. Considerou urgente a criação de estratégias de articulação intersetorial por meio de sistemas integrados para acompanhamento de políticas públicas, além da instituição de um fórum da sociedade civil para acompanhamento do planejamento da cidade.

Em prosseguimento, citou levantamento realizado pela Defesa Civil e sugeriu que seja intersetorial, que tenha um cadastro multifinalitário das famílias, envolvendo dados da Saúde, da Defesa Civil, da Habitação e que seja um sistema que abrace os órgãos, os municípios, o estado e o nível federal, para que se possa entender a sociedade de Petrópolis. Frisou a importância do trabalho conjunto dos três níveis de governo para pensarem a questão habitacional da cidade.

Chamou atenção para a relevância do papel das Secretarias de Habitação e da criação de um plano nacional de habitação, que vise à questão da vulnerabilidade, elaborado a partir de um programa exemplar. Para a Sra. Marcela Abla, Petrópolis pode ser um exemplo para outras cidades que vivem a mesma situação de áreas de risco, de áreas inclinadas, e que têm, também, esse enfrentamento da vulnerabilidade socioambiental.

Registrou a existência do Plano Diretor de Petrópolis, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Municipal de Perigo e Risco; contudo, avaliou que devem ser regulamentados para que se tornem compulsórios, de modo, por exemplo, que seja utilizado o Plano Municipal de Perigo e Risco



em qualquer planejamento da cidade.

Elencou outros temas a serem discutidos, como a assistência técnica de habitações de interesse social e melhorias habitacionais e a regulamentação do programa de assistência técnica no nível municipal. Para ela, um programa nesse sentido envolveria assistência, assessoria e melhoria habitacional para as famílias que já vivem nas áreas de risco, que têm casas autoconstruídas e que necessitam da orientação de um técnico, de arquiteto, de engenheiro e, por vezes, de advogado e assistente social.

Com relação à locação social, falou sobre a necessidade de criação de um programa nacional e de um para o município de Petrópolis. Segundo a Sra. Marcela Abla, esse programa deve ser bem estruturado, com definição do papel do Estado e da gestão de um parque habitacional. Considera que a habitação deve envolver diversas frentes, como uma assessoria e um programa de locação social que efetue o levantamento da existência de imóveis ociosos, passíveis de utilização. Nesse contexto, ilustrou que São Paulo, estado que a Sra. Marcela Abla considera exemplo na área da locação social, está fundindo, atualmente, a Casa Paulista – que é uma gestão público-privada –, com a Companhia de Desenvolvimento de Habitação Urbana (CDHU). Com esse exemplo, chamou atenção para que se observem outras cidades e estados que já desenvolvem programas relacionados ao tema.

De volta à questão de Petrópolis, considerou que a interação que vem ocorrendo entre o município e o estado pode ser o embrião de um projeto de locação social. Esclareceu que pelo mecanismo atual que a cidade utiliza, o beneficiário contrata a locação diretamente com o proprietário e a prefeitura entra garantindo o contrato, repassa o recurso para o beneficiário e fica como “fiadora”. Ademais, pode-se contar com organismos



internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que apoiou o tema da locação social desde o início de 2021, por meio Secretaria Nacional de Habitação, do MDR. Assim, a convidada acredita que poderia ser desenvolvido um projeto piloto em Petrópolis, com órgãos como o BID continuando a fomentar a criação do programa nacional.

Outro ponto ressaltado foi a importância das regulamentações municipais. Destacou a plataforma Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e a questão da Regularização Fundiária Urbana (REURB). Para a Sra. Marcela Abla, a regularização fundiária deve ser percebida de forma plena, abrangendo também a regularização edilícia e urbanística. Nesse sentido, seria preciso estudar a urbanização das favelas, das comunidades, das áreas em risco e somente trabalhar com a titulação, com a assistência e com as melhorias, quando esses espaços estivessem realmente compreendidos. Reiterou que a regularização plena deve ser atingida e, para isso, também é necessária a regulamentação local da Reurb. Apontou, ainda, que outra opção seria a Reurb específica – que ocorre quando as pessoas têm acesso e solicitam a regularização das suas casas – financiar a regularização social, criando, assim, um fundo que permitiria que uma regularização ajudasse e contemplasse a outra.

Para novas construções de unidades habitacionais, defendeu a existência de um programa em que o mercado imobiliário, ao construir, dedique 20% a habitações de interesse social. Segundo ela, entende-se a necessidade de partir do governo ações e instrumentos – já existem esses mecanismos no Estatuto da Cidade, a serem regulamentados –, mas não basta somente a atuação do poder público. Este atuaria na criação de leis e de normas, sendo que permaneceria a questão de como tratar a questão dos fundos e do orçamento participativo, por exemplo. Frisou a importância de participação das pessoas e da transparência nesses processos.



Com relação ao direito de habitar a cidade, avaliou que o papel da produção do espaço é determinante na problemática urbana. Destacou a importância de um olhar para as cidades partindo do particular para o global, ou seja, desde o habitar, ao nível das políticas públicas. Todavia, considerando que na audiência desta Comissão (CTEPETR) se dialoga com os três níveis de governo, sugeriu atuar também de forma inversa: partir das políticas públicas, pensar na cidade e chegar no âmbito privado das casas. Asseverou que não há uma solução única para o problema habitacional; que os governos deveriam discutir essa questão do urbanismo e da habitação; e que a solução não é somente a curto prazo. Ponderou que a CTEPETR foi criada por 30 dias, mas que deve apresentar soluções imediatas e propor soluções de planejamento de curto, médio e longo prazos.

Passou a discorrer sobre o IAB, que atua em conjunto com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SEAERJ), o Clube de Engenharia e outras instituições, com a finalidade de construção de uma rede ampla de entidades para o levantamento de iniciativas e de ações em curso, oriundas de organizações atuantes em Petrópolis – tais como o Comitê Piabanha, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) – e de programas de pesquisa das universidades de arquitetura e urbanismo. Complementou que está sendo criado um grupo executivo para pensar essa questão e pontuou que é importante o envolvimento da academia. Assim, citou que há três escritórios modelo em Petrópolis e que está sendo criado o Observatório de Petrópolis, com o Crea, o CAU, o Clube de Engenharia e a Seaerj. Disse que há um levantamento de terrenos públicos sendo feito e, para tanto, é importante o compartilhamento dos dados entre as instituições, como a prefeitura, para elucidar o percentual construtivo de cada terreno. Atentou



para a oportunidade de se estudar novos usos para espaços ociosos e, assim, reforçou a relevância do compartilhamento do georreferenciamento desses espaços.

Prosseguindo, a Sra. Marcela Abla reiterou que a transparência das ações é necessária e urgente, destacando o papel da CTEPETR em propiciar às pessoas acesso aos dados, aos projetos e aos planos da cidade. Reiterou a necessidade de uma política habitacional minimamente adequada à realidade do município e pontuou questões importantes como o planejamento urbano, com um plano diretor com as áreas mapeadas e projetos consistentes, que conversem com a lógica de um plano de habitação e com a delicadeza ambiental e do patrimônio de Petrópolis.

Salientou, ainda, a relevância se pensar em instrumentos como a moratória na ocupação em áreas de risco. Nesse sentido, avaliou ser uma crise que existe há tempos, que foi exposta com as chuvas. Registrou, ademais, que não ocorreu somente na cidade de Petrópolis, mas em Magé, como também nos Estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, e de Santa Catarina. Acrescentou, por fim, que nenhuma solução pode ser proposta sem um estudo com vários atores e entidades, com diversos profissionais envolvidos e com reforço nos quadros das prefeituras, justificando, assim, a necessidade de concursos públicos.

Ao final de sua participação, a Sra. Marcela Abla reiterou a necessidade atenção para a questão da regularização fundiária, que envolve terrenos que possibilitem a titulação. Reforçou a importância de se desenvolver um programa de locação social, no qual a prefeitura e o estado possuam um estoque de moradias que sirvam para locação, ou seja, que cada bairro, cada cidade contemple uma quantidade de moradias que possam servir para locação social, quando uma família estiver numa situação de



necessidade de habitação. Ademais, ressaltou a urgência de disponibilização de terrenos possíveis de construção.

Registrou que o IAB apontou mais de meio milhão de metros quadrados de áreas ociosas e lembrou que esses dados precisam ser cruzados com os de outras instituições. Disse que existem muitos terrenos dos quais a propriedade não é federal e indagou qual seria o procedimento, a exemplo, para que o governo do estado construa em terrenos de propriedade da União. Reiterou que o mapeamento já existe e que deve ser cruzado com o mapeamento de risco e, valendo-se da CTEPETR, reforçou solicitação para que a prefeitura de Petrópolis disponibilize o mapa de risco georreferenciado, para que possam fazer unir essas informações. Por fim, falou em avançar nas propostas de moradia, como a possibilidade de criação de hortas urbanas.

Abordou a questão do terreno do Caititu (área para a construção de casas populares para vítimas da chuva) e avaliou que precisa ser mais debatida, pois depende de licenciamentos e de projeções sobre qual situação real de risco aquela área poderia enfrentar. Sobre esse terreno, disse que aprecia a ideia de um parque e, a partir dele, algum tipo de solução habitacional fora da convencional, que trabalha com torres e muita densidade. Nesse cenário, lembrou que Petrópolis tem essa questão da densidade e que por isso é preciso pensar em pequenos terrenos com poucas unidades, em pequenos grupamentos para a formação dessa vizinhança. A partir desse cenário, registrou que as representantes da comissão das vítimas de Petrópolis, que participam da audiência, entendem da cidade, sobre o que é um bairro e o que são essas redes necessárias.

Cláudia Renata de Almeida Ramos, representante da Comissão de



Vítimas das Enchentes em Petrópolis/RJ

A convidada iniciou sua exposição relatando inúmeras reportagens sobre tragédias ocorridas em Petrópolis em decorrência de chuvas e desabamentos. Apresentou-se como representante do Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis e presidente da União por Moradia e Aluguel Social em nível nacional; além de compor a Comissão das Vítimas das Tragédias da Região Serrana do Rio de Janeiro, trabalhando em conjunto com Laura Fermiano, de Teresópolis, Marilene Martins Morelli, de Areal e Marcela Diniz, de São José do Vale do Rio Preto. Ela representa as 2 mil famílias desalojadas nas tragédias ocorridas desde o dia 15 de fevereiro de 2022. É resiliente da tragédia ocorrida em 2011 e atualmente reside no Conjunto Residencial Oswaldo Santarsiere Médici, no bairro de Posse.

A representante relatou que, mesmo antes da tragédia ocorrida em 2022, mais de 450 famílias eram assistidas pelo aluguel social do Município de Petrópolis e muitas perderam as casas com as chuvas. Existem 89 famílias em fila de espera com laudos de interdição, sendo que algumas dessas casas já caíram. Informou que duas mulheres do Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis morreram aguardando a liberação da documentação da Caixa Econômica Federal. Assim, destacou que essas duas pessoas podiam estar em segurança, bem como as 24 famílias também assistidas pelo movimento, mas com apartamentos ainda não concluídos. Ainda citou que existem terrenos para que moradias sejam construídas e fez referência ao escritório modelo Rizoma, da Faculdade Estácio de Sá, que há cinco anos auxilia o Movimento. Ressaltou que a linha de frente é feita pelas lideranças comunitárias e denunciou a falta de contato por parte do secretário de Assistência Social do Estado. Por isso, pediu ajuda à Comissão para que se fiscalize a situação do Município e para que a regularização fundiária seja



realizada.

A convidada também enalteceu o trabalho feito pela Defesa Civil de Petrópolis, um grupo de 54 agentes atuando em 234 áreas de risco. Defendeu uma política séria para a defesa civil para toda a Região Serrana, que inclui os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, além de Petrópolis, que são três cidades mais afetadas por deslizamentos.

Para ela, é preciso se pensar com urgência em uma política pública habitacional, com um olhar diferenciado para a Região Serrana. Afirmou que existe diálogo com o governo estadual e com o federal, por intermédio de senadores e deputados.

Por fim, prestou solidariedade às famílias que sofrem com a tragédia e destacou a importância de ajuda psicológica, destacando a dificuldade que as próprias lideranças encontram para lidar emocionalmente com tamanha tragédia. Agradeceu a oportunidade de falar na Comissão, após inúmeras visitas a Brasília e pediu que todos os entes federativos unam forças para reconstruir Petrópolis.

Marilene Martins Morelli, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em Areal/RJ

A convidada representa o Município de Areal na Comissão Vítimas das Enchentes e, além de prestar solidariedade às vítimas de Petrópolis, pediu que as vítimas das tragédias anteriores não sejam esquecidas, e que a Comissão também dê atenção para esses casos.

Relatou que atualmente representa 153 famílias e só 49 recebem aluguel social. Assim como as outras representantes das vítimas, é uma resiliente da enchente de 2011 e que ainda aguarda a conclusão de sua casa,



após sete anos de paralisação da obra. Por fim, também defendeu a necessidade um plano de prevenção de novas tragédias.

Marcela Diniz Branco Rampini, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em São José do Vale do Rio Preto/RJ

A convidada representa 100 famílias vale-rio-pretanas que estão aguardando uma unidade habitacional, das quais apenas 54 recebem aluguel social.

Relatou que quando aconteceu a tragédia em São José do Vale do Rio Preto, ficou acordado com o Estado do Rio de Janeiro que as famílias receberiam aluguel social até a entrega das chaves da casa. Entretanto, a cada recadastramento, cai o número de pessoas, diante da dificuldade imposta pelo próprio Estado. Explicou que se trata de um município rural e os produtores disponibilizam moradia por um período temporário e isso impossibilita à família comprovar que paga aluguel, pois ela está trabalhando e tendo uma casa para morar. A problemática é que o aluguel social é cortado e em pouco tempo o período do serviço acaba, ficando a família desassistida.

Contou que a prefeitura do Município doou ao Estado um terreno para a construção das unidades habitacionais. As famílias participaram de vários programas habitacionais e nenhum saiu.

A convidada requereu que o aluguel social fosse revisto para as demais cidades. São José do Vale do Rio Preto conta com aluguel social de R\$ 400 há 11 anos. No Município, 120 famílias aguardam uma unidade habitacional. Segundo a representante, é de suma importância a realização de um plano habitacional humanizado que funcione, para que seja dada dignidade a essas famílias.



Explicou que São José do Vale do Rio Preto não teve vítimas fatais no dia da tragédia de 2011, mas que as vítimas sofrem com o descaso e relatou famílias que perderam entes sem que a unidade habitacional tenha sido entregue. Contou que em certa ocasião também foi dado às famílias o direito de indenização. E posteriormente informaram que a escolha da indenização excluía o direito à moradia. Exibiu à comissão o valor da indenização que recebeu por sua casa, R\$ 21 mil, entendendo o valor como vergonhoso. Denunciou que, em momento posterior, as famílias foram coagidas pelo governo estadual a assinar documentação abrindo mão da indenização, esperando o recebimento das unidades habitacionais, com a expectativa de que estariam disponíveis em cerca de dois anos. Porém, 11 anos se passaram e as casas não foram entregues.

Finalmente, destacou a condição do Município de Sumidouro, que conta com o projeto de construção de 120 unidades habitacionais e pediu que a situação seja vista de forma humanizada.

Laura Fermiano, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em Teresópolis/RJ

Ao iniciar sua intervenção, a Sra. Laura Fermiano prestou condolências às famílias enlutadas de Petrópolis e invocou direitos assegurados pelos artigos 5º e 6º da Constituição Federal, em especial a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e os direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho e à moradia. Em seu entendimento, esses direitos não estão sendo assegurados ao grupo por ela representado.

Relatou que se encontra em luta por moradia há 11 anos, desde as chuvas de janeiro de 2011, quando o bairro onde residia foi afetado e sua



casa foi condenada pela Defesa Civil. Na ocasião, representantes do Conselho Tutelar e da Força Nacional deram-lhe o prazo de 24 horas para que deixasse o local juntamente com o filho, sendo, que, se não o fizesse, o adolescente, com síndrome de Down e então com 13 anos, seria levado a um abrigo. Segundo a Sra. Laura Fermiano, esse evento despertou senso de luta por justiça, não só por si, mas também pelos moradores da cidade. Ela criticou o fato de a abordagem dos agentes públicos, à época, ter se limitado a uma determinação de abandono do local, sob ameaça de levarem o adolescente ao abrigo, sem que fosse oferecida alternativa de moradia.

A convidada relatou que passou então a participar de uma associação e hoje trabalha na Comissão de Vítimas das Enchentes. Destacou a resiliência dos moradores diante das diversas tragédias registradas na região e disse que ela e as representantes das demais Comissões de Vítimas, embora emocionalmente abaladas, buscavam oferecer apoio psicológico, jurídico e emocional às famílias atingidas, mas não haviam sido procuradas por ninguém.

Mencionou a existência de dossiê elaborado em 2014 pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a tragédia de 2011, contendo informações sobre encostas e recursos desviados, e lamentou que não tivesse sido feito nada a respeito. Assegurou que sempre emite alertas para a possibilidade de nova ocorrência de chuvas semelhantes às daquela tragédia, mas que já chegou a ser chamada de pessimista por um secretário, que lhe teria dito que “o raio não cai duas vezes no mesmo lugar”.

Quanto ao aluguel social, garantiu que, embora se estivesse buscando a ampliação do benefício diante dos novos eventos, havia relatos de cortes do benefício. Em Teresópolis, relatou que famílias que haviam obtido ordens judiciais de pagamento do benefício estavam sendo excluídas



sob o entendimento de que o decreto que tratava do assunto autorizava o pagamento por um ano, prorrogável por apenas mais um ano. A Sra. Laura Fermiano criticou a interrupção dos pagamentos do aluguel social, questionando como isso poderia ocorrer com famílias que haviam perdido suas casas. Asseverou que às vítimas da tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro que haviam perdido suas casas em 2011 foram oferecidas três opções: indenização, compra assistida e apartamento. Posteriormente, o governo estadual retirou as ofertas de indenização e de compra assistida, oferecendo apenas apartamentos. Além disso, às famílias que aceitaram apartamentos foi entregue um documento que assegurava o pagamento de aluguel social até a entrega das chaves, o que não estava sendo cumprido. Classificou a situação como muito grave, por acreditar que as famílias que ainda não receberam apartamentos precisam continuar sendo assistidas pelo aluguel social.

A convidada também criticou o valor pago, de R\$ 500,00, observando que, pelo caráter turístico das cidades da Região Serrana do Rio de Janeiro, principalmente Petrópolis e Teresópolis, esse valor não é suficiente para custear residências fora de áreas de risco. Assim, as famílias que não dispõem de condições financeiras de pagar mais, continuam vivendo nessas regiões. Ainda mais grave é a situação de famílias que, por não conseguirem pagar aluguel apenas com o benefício recebido, acabam voltando para casas interditadas, caso não tenham sido demolidas posteriormente pela Defesa Civil, ou mesmo invadidas, já que o poder público não cuida das áreas interditadas.

Quanto a esse ponto, relatou que já esteve duas vezes em sua casa interditada para retirar pessoas que tentaram invadir o local. Informou que há diversas invasões de residências interditadas no mesmo bairro e que comunicou essa situação à Defesa Civil, mas que recebeu como resposta a



afirmação de que os invasores não poderiam ser removidos. Apontou a contradição dessa fala com o fato de ter sido instada a abandonar a própria casa em apenas 24 horas, o que lhe acarretou abalo emocional, com perdas materiais e de identidade.

A convidada solicitou revisão do Decreto nº 44.520/2020, do Estado do Rio de Janeiro, que regulamenta procedimentos para concessão, fiscalização e supervisão do aluguel social. Em sua visão, a abordagem desse regulamento deve ser humanizada, tendo em vista a fragilidade das pessoas que perderam suas casas. Questionou a falta de cumprimento dos dispositivos que autorizam o pagamento de indenização ou a compra assistida, particularmente no caso de pessoas que não têm condições de morar em apartamento. Citou as dificuldades de famílias que possuem pessoas com deficiência de viverem nesse tipo de moradia. Apontou ofensa ao princípio constitucional da igualdade perante a lei, tendo em vista que algumas famílias receberam os referidos benefícios, mas outras não, e defendeu que seja respeitado o direito de escolha das pessoas atingidas.

A Sra. Laura Fermiano apontou problemas políticos na cidade de Teresópolis, que passou por diversas trocas de prefeitos ao longo de 11 anos, o que dificulta a solução dos problemas. Relatou ter havido três chamamentos públicos para oferta de 500 unidades habitacionais para famílias atingidas pelo desastre de 2011, lamentando, porém, que nenhuma delas foi efetivamente disponibilizada. Relatou que 1.600 unidades foram previstas para esse grupo de famílias, mas o governo estadual argumentou que o número de casas seria maior do que o número de vítimas e suspendeu o direito à indenização ou à compra assistida, o que resultou na falta de unidades habitacionais para o referido público. A convidada defendeu diálogo para a obtenção das moradias faltantes para as vítimas de 2011, no âmbito do programa habitacional Casa da Gente, do governo estadual.



Mencionou, ainda, a necessidade de atendimento a 340 famílias de outro desastre, ocorrido em 2012. Segundo ela, mais de mil famílias estariam aguardando moradias em Teresópolis, depois de ficarem desabrigadas em virtude de danos causados por chuvas.

Discorreu sobre aspectos da luta das famílias por moradia, defendendo a necessidade de compreender as dores e as frustrações dessas pessoas com suas perdas e com a dificuldade de obtenção de benefícios, como o aluguel social ou a entrega de novas residências. Também pediu diálogo e respeito às lideranças que representam esses grupos, relatando situações em que são mal compreendidas ou mesmo desrespeitadas por agentes públicos.

Fez um apelo em relação aos projetos habitacionais disponibilizados pelo poder público, a exemplo dos programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Verde e Amarela, no sentido de que sejam humanizados, a partir da compreensão de que muitas vezes as pessoas não conseguem a renda necessária para adquirir os imóveis disponibilizados, e de que elas residem em áreas de risco não por quererem, mas por ser o único lugar onde conseguem pagar uma moradia.

Rubens Bomtempo, prefeito de Petrópolis/RJ

Após se solidarizar com as vítimas, o convidado passou a discorrer sobre a questão habitacional da Cidade de Petrópolis. Recordou que, em 1988, quando ainda atuava como médico, trabalhou como voluntário durante o período de chuvas que deixou mais de 190 mortes. Em 2001, no seu primeiro mandato como prefeito, Petrópolis também foi vítima de uma grande chuva, que deixou 50 mortes e mais de 400 famílias desabrigadas, o que suscitou a criação do aluguel social, que é um benefício temporário.



Informou que, de 2002 a 2008, diversos conjuntos habitacionais foram construídos na Cidade – Conjunto Residencial Quitandinha, Conjunto Habitacional de Serrinha e Conjunto Habitacional do Castelo São Manoel. Frisou que esses foram feitos predominantemente com recursos do Município e pouca ajuda do governo do Estado. Alegou que, em um novo mandato como prefeito, em 2013, encontrou um grande passivo, decorrente das chuvas de 2011: diversas famílias aguardavam um novo imóvel. Para resolver essa questão, foram disponibilizados dois terrenos: o terreno do Vincenzo Rivetti e o do Caititu. Foi feito chamamento público para viabilizar as obras do Conjunto Habitacional Vincenzo Rivetti. Entretanto, ao final do seu mandato – entre 2015 e 2016 –, as obras paralisaram, porque a empresa responsável pediu termos aditivos que não estavam previstos no orçamento público. Outro chamamento público, feito pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, iria disponibilizar o terreno de Caititu para famílias que ficaram desabrigadas em função das chuvas de 2011, 2001, 2003, 2005 e 2008. Entretanto, naquela oportunidade, o governo Federal determinou que o conjunto habitacional só atenderia as vítimas das chuvas de 2011.

Argumentou que as mudanças climáticas precisam ser debatidas, pois a Cidade enfrentou fortes chuvas nos dias 7 de janeiro, 15 de fevereiro e 20 março, mas considera as duas últimas atípicas e decorrentes dessas mudanças. Acrescentou que nesses eventos houve queda de barreiras e avalanches, que se originaram em regiões sem ocupação humana, mas afetaram de forma violenta as comunidades, inclusive as de classe média do centro da cidade. O convidado defendeu que essa questão deve ser discutida em conjunto com a academia e com as lideranças comunitárias, para que se construa uma resiliência de médio e longo prazos e de forma sustentável.

O palestrante mencionou como política pública de prevenção o PAC das Encostas, iniciado em 2014. Em 2016, quando deixou a Prefeitura,



mais de 40% do PAC das Encostas tinham sido concluídos, entretanto, foram efetuados apenas 12% nos últimos cinco anos. Citou também a rede de pluviômetros, que foi uma conquista do Sistema Nacional de Defesa Civil e está em vigor há mais de dez anos, mas que, atualmente, também está aquém do que foi deixado pelo seu governo em 2016. Nesse sentido, enfatizou a necessidade de que esse trabalho seja realizado como uma política de Estado, evitando a descontinuidade.

Acerca de projetos futuros, comentou sobre a pretensão de criar o Instituto de Geologia da Serra de Petrópolis e sobre uma operação técnica incluindo Teresópolis, Friburgo, Areal, Sumidouro, São José e todos os outros municípios, para que a Região Serrana se torne um local realmente seguro.

O convidado também abordou o plano municipal de risco realizado em 2007, que apontou a existência de pessoas aguardando aluguel social e de mais de 15 mil famílias que viviam em áreas de risco na cidade. Argumentou que depois dessas chuvas, áreas que não eram de alto risco passaram a ser, acarretando a necessidade de revisão desse mapa, que deverá ser aumentado.

A questão do ordenamento urbano também foi levantada. Conforme o prefeito, há um plano diretor com mais de 30 anos, que foi utilizado para induzir o crescimento do Município para as áreas de distrito, de forma a desconcentrar o primeiro distrito. Nesse processo, o transporte público foi utilizado como fator indutor, quando foi implantada a tarifa única, facilitando aos moradores o acesso ao primeiro distrito para trabalhar.

O convidado cobrou a corresponsabilização do governo federal, que, segundo ele, não cuida de suas terras localizadas nos municípios. Citou como exemplo o Morro da Oficina, lugar mais atingido no desastre atual,



que era o Pátio da Estrada de Ferro Leopoldina, por onde subia o trem, que foi desativado em 1966.

Em relação à chuva ocorrida no dia 15 fevereiro, comentou sobre as ações realizadas e colocou à disposição uma apresentação contendo essas informações. Entre elas, citou 700 famílias atendidas por aluguéis sociais e transferência de mais de 350 famílias que se encontravam nos pontos de apoio. Explicou que isso só foi possível porque foi conseguida uma excepcionalidade no valor do aluguel social, com compartilhamento, em que o governo do Estado paga R\$ 800 e a Prefeitura, R\$ 200. Nesse sentido, criticou o valor do aluguel social de R\$ 500, que não é suficiente para pagar um aluguel em Petrópolis, mesmo em área de risco. Acrescentou que a Prefeitura está arcando com a totalidade do valor dos aluguéis sociais para as famílias que já viviam de aluguel em áreas de risco.

O prefeito agradeceu ao Inea, que participou diretamente da limpeza da Cidade e que tem o compromisso de fazer o desassoreamento dos rios. Ressaltou que, em função das chuvas do dia 20 de março, ocorreu o desabamento do túnel extravasor da Quissamã e, conseqüentemente, de alguns edifícios e casas que se localizavam à margem dos rios. Explicou que o túnel, com mais de três quilômetros, teve suas obras iniciadas no início dos anos 50, terminando no início dos anos 70, sob responsabilidade do governo federal. Em 2014, quando era prefeito, foi feita uma obra de contenção dentro do túnel, apesar de não ser responsabilidade municipal. Em 2019, o prefeito à época alertou o Inea, que se comprometeu a retomar serviços de dragagem em Petrópolis, inclusive obras do extravasor do Palatinado. Na atual circunstância, segundo ele, cabe ao governo estadual juntamente com o federal assumir essa obra, com valor de R\$ 400 milhões, pois o túnel está totalmente assoreado e com problemas de corrosão e de erosão.



Sobre a situação dos sobreviventes de outras tragédias, que estão há mais de uma década aguardando nova moradia, foi questionado quando isso será resolvido, considerando que a Prefeitura de Petrópolis recebeu os terrenos da Mosela e Benfica para a construção dessas casas em 2011. O convidado esclareceu que o Estado do Rio de Janeiro adquiriu, em 2011, um terreno no Vale do Cuiabá e outro em Benfica, além de ganhar do governo federal um terreno na Mosela, que pertencia à Aeronáutica. Entretanto, nenhuma unidade habitacional foi construída, nem ao menos os terrenos foram municipalizados, para que a Prefeitura pudesse construir.

Acrescentou que, na atual circunstância, a Prefeitura adquiriu um edifício com 20 quitinetes e 12 apartamentos de quase 40 m², no centro da Cidade e em ótimo estado, por R\$ 3,5 milhões. Defendeu esse tipo de prática como uma política pública a ser construída a fim de revitalizar áreas que estão estagnadas em algumas cidades. Segundo ele, a locação desses imóveis diminuirá o sofrimento de pessoas desabrigadas que ficam alojadas, de forma improvisada, geralmente em escolas. Nesse sentido, disse que apoiava a realização de um novo Plano Municipal de Contingenciamento da Assistência Social para atenuar esse problema. Mencionou que está sendo negociado com a Mitra alguns locais para aluguel, que garantirão espaço de contingência, caso aconteça alguma chuva. Nesses locais, ocorrerá um primeiro acolhimento, para que, posteriormente, as pessoas desabrigadas possam ser transferidas com qualidade para outro espaço, devolvendo as escolas para a Secretaria de Educação. Comentou que, após as novas chuvas do dia 20 de março, há quase 200 famílias nas escolas do Município.

O prefeito foi questionado sobre a reportagem da CNN que denunciou que 10 mil cestas básicas enviadas pelo governo federal à população de Petrópolis ficaram durante um mês armazenadas em um galpão na Cidade de Mesquita, sendo necessário que o Ministério Público ordenasse



a distribuição. Acerca do fato, esclareceu que Petrópolis contou com um grande abastecimento em função da rede de solidariedade que se espalhou pelo País. Foi necessário um galpão de quase 15 mil m², localizado à margem da BR-040, para armazenar todos os donativos recebidos: cestas básicas, kits de limpeza e de higiene pessoal, roupas novas doadas pela Receita Federal do Brasil. Tudo foi organizado em paletes, com data de entrada e de saída. As 8.750 cestas básicas doadas pelo governo federal, que estavam em Mesquita, foram mantidas como reserva técnica, até que todas as outras doações fossem escoadas. Informou que 1.200 cestas básicas já foram retiradas, e o restante será retirado até a próxima semana. Enfatizou que Petrópolis recebeu mais de 54 toneladas de alimentos durante todo esse período e acrescentou que R\$ 1,682 milhão, disponibilizado pelo governo federal para ajuda humanitária, será devolvido para utilização em outros municípios com necessidades.

Por fim, o convidado se colocou à disposição para a construção de um novo diálogo e ressaltou a importância de se fortalecer os conselhos municipais, para que o debate tenha cada vez mais legitimidade.

Alexandre Lucas Alves, secretário nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil informou que não trataria da questão da política habitacional, mas da política de gestão de risco e desastre e a de resposta.

Disse que há recursos liberados por medida provisória para a reconstrução das casas destruídas no desastre do dia 15 de fevereiro de 2022 em Petrópolis. Limitações legislativas, entretanto, impedem que sejam usados para desastres anteriores. E esses recursos concorrem com a



reconstrução de unidades habitacionais na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Acrescentou que está em contato com o governo municipal de Petrópolis para receber os planos de trabalho e o levantamento das casas destruídas nesse desastre bem como os terrenos disponíveis para reconstrução.

Esclareceu que prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução são cinco fases com as quais a Defesa Civil trabalha, mas reconstrução consiste em refazer o que foi destruído em outro local, pois, pela lei e pelos parâmetros da Organização das Nações Unidas, o lugar onde ocorreu o desastre é considerado de risco.

Afirmou ter transferido seu gabinete para Petrópolis logo após o ocorrido, de onde veio para participar da audiência, que considera muito importante.

Pediu ao Congresso Nacional que acelere a votação da medida provisória que liberou R\$ 479 milhões para a reconstrução de casas e de infraestrutura pública. Reiterou que somente as casas destruídas nesse desastre serão contempladas e que as dos anos anteriores não entram nessa conta nem as que estão em áreas de risco e precisam ser retiradas. É necessário que as casas sejam mapeadas pela prefeitura de Petrópolis, com georreferenciamento, e as pessoas que moravam nelas se enquadrem no parâmetro de interesse social. Lembrou que mansões desmoronaram, mas não serão beneficiadas.

Perguntado, disse que não se referia às casas do Morro da Oficina, que é área federal.

Disse que levou uma equipe para Petrópolis para treinar os



técnicos municipais, não só na fase de levantamento dos danos, mas também na de reconstrução das casas e da infraestrutura pública.

Ressaltou que, como 2022 é ano eleitoral, é preciso compreender que o governo só poderá liberar recursos até determinada data. E lamentou que isso se refletirá em demora no atendimento e em reclamações legítimas por parte das pessoas.

Sabe que reconstruir as casas não é uma questão simples e considera ser necessário envolver a comunidade para humanizar a decisão sobre onde elas serão levantadas. Isso precisa ser trabalhado com a prefeitura. Entende quando as pessoas que perderam suas moradias falam que têm raízes no local e que podiam sair para trabalhar com tranquilidade, pois contavam com a avó para cuidar dos netos; e manifestam receio de serem alocadas em local distante, que não atenda a suas necessidades.

Reiterou que a decisão sobre onde construir precisa envolver a todos, mesmo que atrase um pouco a questão, pois o poder público não pode resolver isso de forma unilateral. Afirmou que o governo federal se compromete a não decidir sozinho e a chamar as pessoas a participar das decisões sobre onde e como vai ser a reconstrução.

Disse que trabalha com Defesa Civil há 20 anos e que a discussão de programas habitacionais é complexa. Citou o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para dizer que gerou insegurança o dispositivo na Lei que dava prioridade, na fila de espera de habitação de interesse social, aos que estivessem em áreas de risco, pois pessoas que estavam no final da fila passaram a invadir essas áreas para serem contempladas primeiro.

Lembrou que, em Belo Horizonte, onde trabalhou por oito anos



na área de Defesa Civil, o poder público, por liminar da Justiça solicitada por movimentos de luta por moradia, foi impedido de retirar 12 famílias que haviam invadido área de preservação ambiental. Atualmente são mais de 500 famílias na região, e o poder público é acusado pelo Ministério Público do Meio Ambiente de omissão na preservação da APP; e pelo Ministério de Direitos Humanos não só de não respeitar o direito à moradia, mas também de ser higienista, de querer somente retirar as pessoas pobres do local.

Levantou também a questão, trazida pela depoente Sra. Laura Fermiano, de invasões de casas abandonadas após terem sido interditadas pela Defesa Civil. À Sra. Laura foi dado o prazo de 24 horas para abandonar sua moradia, mas, para tirar o invasor, ela precisa entrar na Justiça e garantir-lhe o direito de defesa.

Pediu ao Congresso Nacional que discuta essas questões e crie leis que deem segurança jurídica para os municípios, para que seus planos diretores sejam cumpridos e as áreas de risco não sejam ocupadas.

Perguntado sobre o fato de os recursos liberados pela Medida Provisória, apesar de vultosos, não serem significativos para atender a todas as tragédias ocorridas nos Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná e do Rio de Janeiro; e sobre a questão de as ações previstas pela MP não incluírem construção habitacional, mas reconstrução de infraestrutura, explicou que há duas medidas provisórias: uma de 500 milhões e uma de 450 milhões. Parte da infraestrutura de recuperação pode ser feita por custeio, previsto por uma delas; e parte da infraestrutura de reconstrução é permitida pela outra.

Explicou que a ação da Defesa Civil de transferência obrigatória é definida pela Lei nº 12.340, de 2010, que reconhece reconstrução de



unidades habitacionais de interesse social, e pela Lei nº 12.608, de 2012, que prevê reconstrução de infraestrutura.

Garantiu que o recurso liberado pode ser utilizado para reconstrução de casas e que isso está sendo feito em Rio Casca, em Minas Gerais, no Guarujá, em São Paulo, e em Coronel João Sá, na Bahia, devido a tragédias de anos anteriores.

Quanto à questão da concorrência pelos recursos e da pouca disponibilidade deles para reconstrução de casas, disse que os eventos em Mato Grosso do Sul destruíram pequenas pontes, que têm custo baixo; e acrescentou que nem todos os estados pedem reconstrução de moradias, como o Tocantins, por exemplo. E incitou o poder público de Petrópolis a elaborar os planos de trabalho e encaminhá-los com urgência, pois a verba está disponível, mas é concorrente.

Questionado mais uma vez sobre o fato de a ação orçamentária citada não ser de construção, disse que seria publicada, em poucos dias, portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional para tratar da construção de habitação com esses recursos.

Solicitou ajuda ao Congresso Nacional para garantir o financiamento das ações da defesa civil de prevenção, resposta e recuperação. Lamentou que recursos da área estão sendo contingenciados e que isso não poderia ocorrer. No orçamento de 2022, foram concedidos somente R\$ 38 milhões dos R\$ 300 milhões pedidos.

Pediu também que, na discussão do projeto de lei dos jogos aprovado na Câmara, o Senado Federal estude a possibilidade de parte dos recursos ser destinada à defesa civil para atividades de prevenção e de reconstrução, e que outras iniciativas sejam estudadas com esse objetivo.



Sugeriu que o Congresso Nacional diminua o percentual dos valores das emendas parlamentares que os prefeitos são obrigados a gastar em Saúde. Para ele, os 50% atuais poderiam ser reduzidos para 40%, e os 10% restantes destinados para ações de Defesa Civil, que também envolvem proteção e saúde da população.

Por fim, disse que o Ministério do Desenvolvimento Regional está com uma equipe de técnicos do Japão na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, estudando tecnologias novas de prevenção de desastres, principalmente na Região Serrana do Rio de Janeiro. E mencionou que está sendo estudado, e com recursos garantidos, projeto piloto para uma barragem de contenção de detritos em Nova Friburgo.

Allan Nogueira, subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro

O Sr. Allan Nogueira relatou que, quando chegou com o Secretário Max Lemos na Secretaria de Infraestrutura e Obras (SEINFRA), em meados de 2021, foram orientados, pelo governador Cláudio Castro, a criar um programa habitacional que preenchesse a lacuna deixada entre o Minha Casa, Minha Vida, que havia sido descontinuado, e o programa Casa Verde e Amarela, que ainda não estava implantado em larga escala. O público-alvo eram as 6,5 mil famílias em situação de pobreza e pobreza extrema no Estado do Rio de Janeiro, que passaram pelas tragédias da Região Serrana de 2011 e que compõem os inscritos no aluguel social do Estado.

Assim, foi criado o Casa da Gente, um programa 100% subsidiado que visa a enfrentar o déficit habitacional no Estado. Para garantir a continuidade do programa para além das mudanças de governo, foi criado um conjunto de critérios, que permitem inclusive que a sociedade faça o controle social de sua execução. Está prevista a construção de 50 mil



unidades habitacionais nos próximos 5 anos, sendo que as 10 mil contratadas no primeiro ano serão destinadas às vítimas da Região Serrana de 2011, a pessoas que estão há 11 anos no aluguel social do Complexo do Alemão, Manguinhos e Jacarezinho e a outras na lista do aluguel social.

Para situar em que estágio o programa se encontra, informou que no dia 18 de março de 2022 tinha sido publicada licitação para contratar as 320 unidades habitacionais no Complexo do Alemão e, no dia 25 de março de 2022 seria publicada a licitação para 175 unidades habitacionais para o segundo terreno da Avenida Itaoca, 1.793, também no Complexo do Alemão. Segundo ele, até o dia 10 de abril de 2022 seria publicada a licitação para as 500 unidades de Teresópolis. Salientou que todos os empreendimentos já estavam contratados pela Caixa Econômica Federal, mas foram distratados em 2019.

Até o final de abril de 2022, serão entregues, em Petrópolis, as licitações dos terrenos em Mosela e Benfica e, conforme novos terrenos forem disponibilizados pela prefeitura da cidade, o Estado produzirá as unidades habitacionais, considerando os desejos e as necessidades da população, além dos critérios técnicos e urbanísticos do Município. Já em maio de 2022, serão entregues Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e a unidade Bérghamo, que não fica na Região Serrana, mas na Zona Norte da capital.

Explicou que não foi possível realizar a dispensa de licitação que a legislação do Minha Casa, Minha Vida permitia (era feito um processo seletivo e a Caixa Econômica Federal contratava o projeto executivo com a empreiteira responsável pela execução da obra), pois não há previsão legal para tanto. Assim, é preciso seguir os ditames da Lei de Licitações e realizar concorrência, o que exige que cada projeto seja especificado separadamente,



o que torna o procedimento mais complexo.

Pontuou que, pela primeira vez nas últimas duas décadas, os projetos estão sendo construídos por técnicos e servidores, e não por terceirizados do mercado contratados para projetar soluções de interesse social, o que, em sua opinião causou um processo de gentrificação na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o Sr. Allan Nogueira, o Casa da Gente vai de encontro à exclusão social, uma vez que prevê que os municípios entreguem ao Estado terrenos já com registro geral do imóvel (RGI), para que o título de propriedade seja dado às famílias beneficiadas em cinco anos.

Acrescentou que, dentro do Casa da Gente, foi criado um projeto de assistência técnica e habitação de interesse social combinado com melhorias habitacionais – o Projeto na Régua, que já está em 18 territórios. Conforme explicou, pela primeira vez o Estado do Rio de Janeiro propôs a realização de um censo de inadequação habitacional em áreas informais ou aglomerados subnormais.

Outra vertente é a de recuperação dos conjuntos habitacionais produzidos desde o BNH até os do Minha Casa, Minha Vida que estão de alguma forma comprometidos, como o Morada da Posse, citado pela Sra. Cláudia Renata de Almeida Ramos. Informou que, após vistorias, verificou-se que houve eventual erro de projeto e de execução da obra. O objetivo é reformar os conjuntos habitacionais contratados para habitação de interesse social cuja entrega ocorreu há mais de dez anos. Nesse sentido, já foram publicadas mais de 50 licitações, que correspondem a mais de R\$ 500 milhões em investimentos.

Destacou que, com o Casa da Gente, pela primeira vez o Estado do Rio de Janeiro possui um programa habitacional que não depende da política nacional de habitação. Contudo, lembrou que, quanto mais apoio



receberem do governo federal e de demais órgãos nacionais, maior o alcance do projeto. Falou sobre a escolha de começar a atuar a partir da mitigação de danos, produzidos por um passivo histórico decorrente da ausência estatal nas regiões escolhidas, e disse que o cronograma passa por readaptações em função dos eventos recentes em Petrópolis.

De acordo com o subsecretário, já estão prontos pelo menos três modelos de empreendimentos possíveis de serem construídos em Petrópolis, faltam apenas os terrenos e imóveis com RGI, a serem disponibilizados pelas prefeituras e pelo Estado. Salientou que o Estado do Rio de Janeiro goza de um momento econômico e político importante, em que pode conseguir investimentos em infraestrutura.

Por fim, garantiu que as unidades habitacionais necessárias para Petrópolis e toda a Região Serrana serão produzidas. O principal é fazer com que as famílias façam jus a um lar que desperte nelas sentimento de pertencimento local. Sublinhou que estavam diuturnamente trabalhando, sob determinação do governador e do secretário Max Lemos, para cumprir a meta de contratualizar, ainda em 2022, 10 mil unidades habitacionais nas localidades já mencionadas.

Questionado se não seria mais rápido, em caso de emergência, realizar uma busca ativa de imóveis vazios ou abandonados, que possam ser comprados e reformados, ao invés de apenas mapear os terrenos para construção, opinou que o “retrofit” é uma modalidade interessante para ajudar a reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo no Rio de Janeiro. Contudo, é uma opção mais lenta do ponto de vista da solução projetual, porque depende de encontrar o imóvel, desapropriá-lo e fazer um projeto customizado, além de ter uma escala menor. No entanto, disse não haver nenhuma vedação no programa e que, pessoalmente, gosta muito da



ideia.

Quanto ao déficit qualitativo, lembrou que o Na Régua tem cuidado dessa questão, propondo assistência técnica de escritório de arquitetura e engenharia social, e buscando melhoria para quem está em extrema pobreza e no grau de risco 2 e 3 do Índice de Desenvolvimento Social. Já quanto à construção de novas habitações, informou que faltam apenas os terrenos, pois já possuem as tipologias e possibilidades para orçar e produzir o projeto.

Sobre a possibilidade de equiparação dos valores de aluguel social recebidos pelas famílias que aguardam moradia há mais tempo e as vítimas recentes, explicou que o recurso é gerenciado atualmente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e não pela Seinfra. Assim, as decisões referentes ao tema estão a cargo dessa Secretaria, em conjunto com a prefeitura de Petrópolis.

A respeito da situação dos acordos de indenização, informou que atualmente não existe a possibilidade de indenização por parte da Seinfra ou da Subsecretaria de Habitação, pois não há previsão legal para tanto. Ademais, quanto às indenizações que envolviam o Inea, disse que a Seinfra não tem competência para indenizar algo que foi desapropriado ou algum processo de remoção feito pelo Ambiente.

Frente ao pedido de entrar em contato com a Sra. Marcela Abla para ter acesso à relação de terrenos próprios e de terceiros levantados pelo IAB, respondeu que já a conhecia e que estava à disposição para conversar.

Quanto ao terreno Caititu, mencionado pelo prefeito Rubens Bomtempo, explicou que se trata de um terreno acidentado e com nascentes, lagos e saguis. Encaminhou ao relator um relatório da Seinfra sobre o



terreno, juntamente com um inquérito civil público do Ministério Público sobre a eventual vedação de produção habitacional no local. Sublinhou que não se trata de falta de vontade política ou performance técnica, mas de impossibilidades do próprio terreno. Ademais, lembrou que, sem licença ambiental, não se pode construir. Ratificou que, se receberem terrenos da prefeitura, vão edificar, que a limitação atual não é financeira ou econômica, mas geográfica e de imóvel.

Finalmente, sobre desapropriação, lembrou que talvez haja vedações para aquisição e desapropriação de imóveis por parte do Estado em ano eleitoral.

Júlia Kishida Bochner, assessora da Presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

A Sra. Júlia Bochner assegurou que o Inea tem atuado de maneira proativa desde o desastre de 2011, especialmente após os eventos de 2022, disponibilizando sua equipe para apoiar as ações de busca e resgate de vítimas. Essa equipe contou com mais de cem servidores, incluindo guarda-parques das unidades de conservação da região, que também contaram com equipamentos para remoção de entulho.

Relatou que o Inea atua em ações preventivas em diversos municípios fluminenses, mencionando especificamente o Programa Limpa Rio, que promove limpeza em cursos d'água assoreados, minimizando os impactos de chuvas intensas. Segundo a convidada, o programa desenvolveu diversas atividades no Município de Petrópolis, onde também foram executadas obras para prevenção e mitigação de inundações.

Outra ação preventiva mencionada foi o sistema de alerta de



cheias, que conta com 120 estações hidrometeorológicas espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro, para monitoramento dos riscos de chuvas intensas e de transbordamento dos rios. A equipe responsável pelo monitoramento atua em conjunto com as equipes de defesa civil dos municípios, que são imediatamente avisadas sempre que é detectada alguma situação de emergência.

Daniel Moraes de Albuquerque, Diretor de Recuperação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

O Sr. Daniel Albuquerque relatou que se encontrava no Município de Petrópolis desde a tragédia do dia 15 de fevereiro de 2022 e observou que eventos extremos climáticos, como o registrado, estão cada vez mais recorrentes, informação que pode ser comprovada pelos dados do Inea.

Quanto ao Programa Limpa Rio, corroborou a informação de que há ações sendo executadas em Petrópolis desde 2013, embora o Inea estivesse na cidade desde a catástrofe de 2011. Mencionou, especificamente, obras de infraestrutura na região do Vale do Cuiabá, onde são registrados alguns passivos habitacionais.

No que se refere à manutenção de rios, observou que se encontra atrelada à ocupação de faixas marginais de proteção, que contribui para o processo de assoreamento. Assegurou que as ações, tanto preventivas quanto corretivas, buscam minimizar os efeitos das enchentes, dado o seu caráter recorrente. Informou que 97 mil metros cúbicos de materiais foram retirados dos rios no Município de Petrópolis, o que equivale a 19 quilômetros em extensão linear.

Segundo o Sr. Daniel Albuquerque, o Município de Petrópolis



conta com um complexo sistema hidrológico, sendo que diversos rios convergem para um ponto, o que causa enchentes e inundações e evidencia a importância do trabalho de manutenção das condições de escoamento dos canais. Quanto à atuação do Inea, avaliou que a participação do órgão no processo está voltada às questões de infraestrutura, também relacionadas aos problemas de habitação.

Indagado sobre o prazo estimado para conclusão da obra do Vale do Cuiabá, o Sr. Daniel Albuquerque informou que a primeira etapa da obra foi iniciada em 2013 e concluída em 2014. A segunda etapa já estava contratada, com obras em andamento, e expectativa de conclusão em outubro de 2022. Indagado sobre os rios em que ocorreram intervenções do Programa Limpa Rio no ano de 2021 e sobre a frequência das ações, esclareceu que o programa atuou em diversos trechos, como na Lagoa de Baixo, no Canal da Rua Dr. Paulo Hervé, no Quitandinha, no Piabanha e no Lago do Parque Municipal de Petrópolis. Informou que, em 2021, foram retirados aproximadamente 40 mil metros cúbicos de material provenientes de assoreamento. Assegurou que as ações de limpeza de rios seriam intensificadas, a partir do dia 25 de março de 2022, esclarecendo que, até então, cerca de 20 equipamentos do Inea estavam sendo utilizados em ações de busca de vítimas e desobstrução de vias, em apoio ao Corpo de Bombeiros. Esses equipamentos voltariam a ser utilizados na limpeza de rios, com foco, inclusive, nos materiais oriundos de deslizamentos, que haviam sido levados para o leito dos cursos d'água.



ANEXO 4
RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
NO SENADO FEDERAL PARA DEBATER O TEMA
SAÚDE MENTAL
(30 DE MARÇO DE 2022)

Em cumprimento ao Plano de Trabalho, aprovado em 14 de março de 2022, e ao Requerimento CTEPETR nº 14, aprovado em 21 de março de 2022, a Comissão realizou em 30 de março de 2022, audiência pública no Senado Federal para debater o tema “saúde mental”. Participaram da audiência os seguintes convidados:

- **Sra. Janaina Sallas**, Coordenadora-Geral de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde;
- **Sr. Hingo Hammes**, Vereador – Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis;
- **Sra. Karen Santo Athié**, Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro;
- **Sr. Marcus Curvelo**, Secretário de Saúde do Município de Petrópolis.

Segue abaixo um resumo das falas dos convidados.

Sra. Janaina Sallas, Coordenadora-Geral de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde

Em sua exposição, a convidada falou sobre as ações de apoio



realizadas no desastre no Rio de Janeiro, especificamente no Município de Petrópolis.

Informou que, desde 2005, o Ministério da Saúde tem um programa de vigilância dos riscos associados a desastres, que faz monitoramento, gestão e avaliação dos impactos da saúde relacionados aos desastres naturais ou tecnológicos. No dia 15 de fevereiro de 2022, foram acionados, juntamente com as Secretarias Estadual e Municipal. No dia 23 de fevereiro de 2022, foi decretada a situação de calamidade.

Relatou que foram enviados mais de 5 kits, num total de cerca de 2,5 mil toneladas de medicamentos e insumos. Além disso, 13 técnicos do Ministério da Saúde se deslocaram para ajudar na gestão, na organização e no planejamento das ações, tanto da parte da defesa civil, quanto da vigilância em saúde e em saúde mental, numa atuação conjunta com a Secretaria Municipal, permanecendo por lá até o final de fevereiro.

Quando houve a desmobilização, foi realizado um plano conjunto para que as ações de vigilância em saúde (principalmente prevenção de animais peçonhentos) e de apoio psicossocial (com a contribuição da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz) fossem intensificadas. Então, foi desenhada a forma de operação e elaborados vídeos de mobilização dos profissionais de saúde, orientando como atuar junto à população afetada. Conforme informou, na época, eram 24 abrigos e mais de 1.387 pessoas envolvidas.

Assim, sublinhou que a ação do Ministério da Saúde na parte da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS-MS) é de monitoramento e apoio à questão das doenças que são vinculadas pós-desastre, além de ajuda na gestão do matriciamento do apoio psicossocial.



Quanto ao acompanhamento do governo federal no atendimento psicossocial às vítimas, explicou que, desde 2005, existe no governo o trabalho de atendimento a emergências. Contudo, num primeiro momento, tratava-se de uma atuação mais pontual. A partir de 2010, foi estabelecido um programa de preparação, vigilância, monitoramento e resposta para as emergências públicas junto aos estados e municípios, principalmente aqueles onde desastres ocorrem recorrentemente. No âmbito desse programa, o Centro Nacional de Monitoração e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realiza um monitoramento constante. Toda sexta-feira, é feito um monitoramento conjunto, com a participação de membros de todos os ministérios, para familiarização e compartilhamento da situação das localidades em questão.

No acompanhamento da parte psicossocial em Petrópolis, o Ministério da Saúde realizou o trabalho conjunto com a Fiocruz de dimensionamento e escalonamento das ações junto ao Estado e ao Município, com o apoio da instituição não governamental Médicos Sem Fronteiras. Pontuou que o Ministério acompanha o cenário antes, durante e depois, por meio do monitoramento do número de assistências e atendimentos psicossociais realizados. No que diz respeito à vigilância em saúde, foi feito um trabalho integrado com as Secretarias Estadual e Municipal de visitação aos abrigos, para mapear e diagnosticar os principais problemas e comorbidades existentes, com vistas a dimensionar a medicação de uso contínuo necessária, bem como os remédios para tratamento de doenças de média e alta complexidade. Segundo ela, há doenças que se instalaram após o evento, além de acidentes causados por animais peçonhentos, leptospirose, hantavirose e a própria covid-19, dado que na época o Estado enfrentava a onda causada pela variante Ômicron.



Concluindo, ressaltou que o Ministério vai continuar seu trabalho de acompanhamento até que haja a chamada recuperação do território e, principalmente, das pessoas envolvidas. Lembrou que os boletins referentes ao trabalho são publicados no site do órgão.

Questionada sobre as políticas públicas que visam a tratar, a curto prazo, a saúde mental dos petropolitanos afetados pelo desastre, sublinhou que essa parte de política de saúde mental é de competência da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). Considerando a parte que lhe cabe, destacou a questão da inclusão da atenção primária desde o início da emergência, para que possa ser feito o dimensionamento e matriciamento pós-evento. A intenção é que, dentro da política emergencial, haja uma ação coordenada, de trabalho conjunto de todos os atores envolvidos, para que todos tenham conhecimento do plano de contingência e a população possa ser remediada o mais rápido possível. Desse modo, o principal é reforçar as estruturas existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando formar equipes, profissionais e estruturas capacitadas para atuar na hora do desastre, agindo de forma assertiva e coordenada no atendimento à população afetada. Sublinhou que, de acordo com o boletim do Ministério da Saúde, contavam com mais de 2 milhões de pessoas trabalhando em diferentes setores, como segurança, defesa civil, órgão meteorológicos, geólogos, além das equipes estaduais, municipais e federais de saúde.

Sr. Hingo Hammes, Vereador – Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis

O Sr. Hingo Hammes disse que iria tratar de quatro áreas: educação, saúde, assistência e lazer.

Sugeriu capacitação dos profissionais da educação de forma



integrada com assistência social e com os demais órgãos do Município, bem como ampliação da equipe de educação inclusiva da Secretaria de Educação, pois isso dará suporte aos demais órgãos.

Propôs que seja feito diagnóstico, em parceria com universidades locais, de quantas crianças foram afetadas, quantas foram internadas, quantas perderam um responsável ou passaram por qualquer outra dificuldade. Esse levantamento, que ainda não foi feito, é importante para ações tanto da assistência quanto da saúde, com ampliação dos serviços oferecidos.

Na saúde, informou que, no ano de 2021, o Município conseguiu, com ajuda do Ministério da Saúde, começar a ampliação de sua área de psiquiatria. Entretanto, é primordial terminar a obra, porque a tragédia aumentará a demanda, tanto por parte das crianças quanto por parte dos adultos, sendo necessário que o serviço psiquiátrico tenha condições de igualmente atender aos demais distritos, o que não consegue atualmente. E lembrou que áreas como Corrêas e Nogueira também foram afetadas, apesar de o foco das notícias se concentrar no Morro da Oficina e na Vila Felipe, por terem sido as mais atingidas. Lembrou que, três anos após o ocorrido em Brumadinho, dados comprovam o aumento da procura por serviços psicológicos e psiquiátricos e maior consumo de medicamentos por parte da população local.

Destacou a importância de haver ampliação do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), serviço do Ministério que contempla vários segmentos da saúde, como psicologia, assistência social, educação física, fisioterapia.

Citou a implementação do Plano Municipal Socioeducativo, que prevê ações integradas com todas as áreas, educação, saúde, assistência



e lazer. Com o diagnóstico elaborado e ações integradas, acredita que o Município conseguirá serviço de excelência.

Na área do lazer, defendeu maior oferta de atividades culturais e atividades físicas, que contribuem positivamente seja para a saúde mental seja para a saúde física, principalmente para os setores mais carentes do Município, onde as pessoas não têm acesso a essas atividades. Frisou que, segundo levantamento, apenas 5% da população pratica atividade física orientada.

Perguntado sobre qual seria a maior preocupação das pessoas afetadas pela enchente, disse que os moradores se queixam principalmente da falta de moradia, porque muitas perderam suas residências e estão em abrigos ou casas de parentes. Estão inseguros igualmente com o aluguel social. Algumas famílias já foram contempladas, outras ainda estão à procura; alguns donos de imóveis aumentaram os aluguéis, outros não querem alugar porque ficam com medo de a prefeitura ou o estado não pagar.

Garantiu que o Município tem trabalhado para dar segurança a todos. Logo após a tragédia, as ações eram direcionadas à assistência, de forma a suprir as pessoas com água, roupa, comida, além da moradia. No momento atual, o foco ainda é moradia, mas entrando na fase da linha branca, pois não adianta a pessoa ter cesta básica e não ter fogão ou botijão de gás. Ressaltou que a tragédia de 20 de março de 2022 ampliou o número de necessitados.

Não soube informar quantas pessoas teriam ficado abaladas psicologicamente em razão da tragédia e quantas procuraram os órgãos públicos. Disse que não tinha esses dados e salientou a importância do diagnóstico que havia citado anteriormente. Falou que a Defesa Civil registrou 7 mil ocorrências, o que demonstra o número de residências



afetadas, que considera estar aumentando.

Sra. Karen Santo Athié, Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

A convidada iniciou sua exposição dizendo que a equipe acompanha os aspectos da atenção psicossocial na situação de desastre de Petrópolis. Trabalham dentro de um escopo maior, articulado pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), responsável pela vigilância e monitoramento de desastres. Frisou que a atuação respeita a articulação das ações no território para que não haja sobreposição dos processos.

Assim, dentro do escopo determinado e com base no plano de contingência municipal, contou que foi efetuada, no dia 22 de fevereiro de 2022, visita técnica para realização de escuta da equipe de atenção psicossocial do Município, identificando e escutando quais eram os problemas observados. Segundo ela, a própria equipe municipal estava em franco sofrimento. Ouviu relatos de recorrência de situações de crises importantes no território e de medo da população em relação aos desastres que acontecem quando as fortes chuvas ocorrem.

Explicou que o acompanhamento realizado pela Secretaria é contínuo e começou antes dos últimos desastres. Em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, no primeiro momento, identificaram as equipes volantes, compostas de técnicos em saúde mental dos serviços municipais de saúde, que fizeram uma atividade volante nos 13 abrigos da cidade de Petrópolis. Foram feitas orientações e destacaram a importância de os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) manterem suas ações para os



efeitos do desastre, com busca ativa dos pacientes que têm transtornos mentais graves e persistência, que já estão cadastrados no serviço. Ainda incentivaram o apoio de diferentes organizações não governamentais, citando como exemplo a entidade Médicos Sem Fronteiras. Dentre as ações, também destacou o apoio para o planejamento das ações em diferentes níveis de complexidade, citando a necessidade de atuação da atenção primária e das equipes de Estratégia de Saúde da Família, para a identificação das pessoas em situação de sofrimento ocasionado pelo desastre. Também realizaram apoio para a Coordenação de Atenção Psicossocial do Município na articulação dos parceiros que fazem oferta de cuidado, citando a organização dos voluntários e o acionamento da Cruz Vermelha nacional.

Por fim, a superintendente destacou que houve uma ação integrada com o Ministério da Saúde, com o envolvimento da Fiocruz, e reafirmou que as demandas trazidas pelo Município foram respeitadas.

Questionada sobre como o Estado está se estruturando para oferecer suporte emocional para os envolvidos com tragédias, a superintendente respondeu que entende que a Secretaria Estadual de Saúde realiza o apoio ao Município, que tem a atribuição para a ação. Trata-se de apoio técnico, respeitando a demanda do território e o mapeamento efetuado. Informou que o Estado do Rio de Janeiro faz o cofinanciamento estadual dos serviços que já estão implantados para fortalecimento da rede e que está previsto recurso destinado ao Município de Petrópolis para o fortalecimento dos serviços existentes.

Esclareceu que a Secretaria atua como parte na construção de planejamento, financiamento e qualificação dos processos no território, identificando, através de uma matriz diagnóstica que é feita pelo acompanhamento da equipe, as necessidades de serviços específicos.



Entende que há necessidade de ampliação dos leitos de saúde mental em hospitais gerais para acolhimento de crise, de ampliação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), e dos CAPS, aumentando de CAPS II para CAPS III, para acolher pessoas em situação de crise na lógica e na compreensão do cuidado territorial. Destacou a importância dos leitos temporários dentro dos CAPS, que têm uma integração direta com a atenção primária, considerada por ela como a maior porta de entrada das questões de saúde mental no presente momento.

Perguntada sobre o que pode ser feito pelo Senado Federal para apoiar essa força-tarefa, também abrangendo a questão do pós-traumático em crianças e adolescentes ocasionado pela covid-19, a convidada respondeu que pode ser trabalhado o incentivo à expansão das equipes dos Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi). Ela acredita que o Ministério da Saúde tem recursos disponíveis para a expansão, mas que o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS), responsável pela habilitação das unidades de saúde no nível municipal, está fechado.

Entende que a saúde da criança e do adolescente pós-pandemia também é uma emergência não só de saúde, mas humanitária e intersetorial. Informou que a Secretaria Estadual de Saúde vem fazendo uma análise da lacuna de cuidado em saúde mental e da necessidade de ampliação dos serviços específicos, além da qualificação desse processo, trabalhando em colaboração com as equipes de atenção primária, que são os CAPSi. Ressaltou que os processos são complexos, pois deve-se levar em consideração as questões que são próprias dos territórios, como as diferentes necessidades dependendo do tipo de população e de perfil circunscrito em determinados municípios, listando aspectos como o poder aquisitivo, o acesso à escola, o acesso à alimentação, a vulnerabilidade e o



desenvolvimento das crianças.

Sr. Marcus Curvelo, Secretário de Saúde do Município de Petrópolis

O convidado enfatizou a importância da intersetorialidade entre os governos federal, estadual e municipal. Recordou que, nas primeiras 72 horas após o dia 15 de fevereiro de 2022, quando ocorreu a primeira catástrofe, o plano de contingência foi acionado para atender os feridos, com a participação das redes pública e privada, destacando-se o Hospital Santa Teresa – instituição referência em traumatologia-ortopedia. Em um segundo momento, a atenção básica foi acionada em função do número de desabrigados e da necessidade de apoio médico e psicológico. Isso foi feito por meio do gabinete de crise e do gabinete integrado. Em relação ao atendimento na área da saúde, elogiou a atuação dos governos federal e estadual, que respeitaram a autoridade sanitária municipal e mantiveram comunicação diária entre as equipes de trabalho, além do acompanhamento dos Ministérios Públicos estadual e federal, bem como da Defensoria Pública. Argumentou que essa integração foi fundamental para que as respostas necessárias fossem dadas à Cidade.

Comentou que, quando se esperava que a Cidade começasse a se reconstruir, no dia 20 de março de 2022 ocorreu a segunda tragédia, que surpreendeu a todos. A partir desse momento, a saúde do trabalhador, a saúde mental e as vigilâncias, ainda em parceria com o Estado e a União, trabalharam ativamente na tentativa de mitigar, especialmente, as doenças que poderiam ocorrer dentro dos abrigos, em função do confinamento. Nesse contexto, a saúde mental começou a ser uma preocupação, principalmente na região do Alto da Serra, onde houve o maior número de óbitos e de desabrigados. Em decorrência das limitações da capacidade de pronta



resposta dos fuzileiros navais, foram feitas parcerias com o hospital de campanha, a Cruz Vermelha nacional, o Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE), a Fiocruz e os Médicos Sem Fronteiras. Atuaram também os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que contam com seis equipes volantes, em que participam muitos profissionais.

O palestrante informou que a região do Alto da Serra tem uma boa cobertura de equipes de Programas de Saúde da Família (PSF) e de atenção primária, mas ponderou que é preciso estruturar outros centros psicossociais para que o acompanhamento da população seja feito de forma responsável, pois, como essa tragédia veio acompanhada por uma pandemia, houve um grande sacrifício mental dos profissionais e da população.

Questionado acerca da quantidade de equipes de psicólogos atuando efetivamente na Prefeitura, informou que há atuação de seis equipes do Nasf e que houve aumento do número de profissionais na área de psicologia. Além disso, há parcerias como a da Fiocruz. Comentou sobre o atendimento psicossocial itinerante, que iniciará em uma semana, para atuar principalmente junto às áreas mais atingidas. Mencionou que as equipes de saúde e de educação estão sendo reforçadas com mais psicólogos para trabalhar especificamente dentro das escolas, além dos PSFs que incluem a atuação desses profissionais em sua rede. Citou o reforço desses profissionais por meio de parceria com as universidades e do trabalho do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e da Saúde do Trabalhador, atualmente ligada à Secretaria da Saúde. Ponderou que essa rede precisa ser ampliada em função de demanda futura, mas argumentou que esse é um trabalho de estruturação de médio e longo prazos.

Solicitado a opinar sobre a assistência via telemedicina, como uma possibilidade de atingir um público maior, o convidado disse que a



considera importante e lembrou que esse tipo de atendimento já foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Psicologia. Citou alguns PSFs, como os ligados à Unifase, que já atuam em telemedicina, e disse que há pretensão de ampliar essa modalidade para acolher a população atingida, especialmente crianças e adolescentes. Informou que no PSF do Alto da Serra foi montado um centro psicossocial para fazer o acolhimento em um primeiro momento, pois muitas crianças perderam os pais, a casa, a referência no território e mudaram de escola.

Indagado sobre o que a administração pública pretende fazer, em curto prazo, para cuidar da saúde mental dos envolvidos na tragédia, o secretário comentou que foram feitas ações integradas, juntamente com os governos estadual e federal e organizações não governamentais, para acompanhar os desabrigados, utilizando principalmente o instrumento da roda de conversa, a fim de que as pessoas pudessem compartilhar suas angústias e dramas pessoais. Mencionou que os atingidos que precisaram de medicalização foram acompanhados de forma criteriosa, para evitar que fosse estabelecida uma rede de medicalização pós-tragédia. Enfatizou que há formas mais modernas de tratamento, e, para aplicá-las, é fundamental a ampliação dos CAPS e dos CAPSi, permitindo o acolhimento de forma adequada e integrada com outras secretarias.

Ainda em resposta à pergunta, informou que houve ampla capacitação dos profissionais, com auxílio dos Médicos Sem Fronteiras, que têm uma expertise específica nessa questão. Enfatizou a parceria com a Fiocruz para capacitação e orientação dos técnicos do Município e para a ampliação dos profissionais, agregando outras formas de acompanhamento, como a telemedicina. Concluiu a resposta afirmando que, nesse curto prazo, os atendimentos foram feitos principalmente nos abrigos. À medida em que os abrigos são desativados, conforme os aluguéis sociais são concedidos, as



equipes de saúde mental se deslocam dentro do território, de forma que o mesmo profissional dê prosseguimento ao atendimento, evitando que as pessoas tenham que voltar a fazer os relatos e se deparar com memórias difíceis.

Questionado sobre a quantidade de pessoas abaladas psicologicamente em função dessa tragédia, o convidado explicou que, desde o primeiro evento, no dia 15 de fevereiro de 2022, vem sendo feito um diagnóstico situacional da saúde mental e de outras doenças. Informou que os números relativos à saúde mental estão disponíveis no site da Prefeitura, em que se encontra um mapeamento de todas as ações em saúde. Os atendimentos em saúde mental foram divididos por faixas etárias, e o número vai evoluindo no painel conforme a realização dos atendimentos. Entre 0 e 11 anos, no dia 15, houve 31 atendimentos, e, no dia 20, 16; de 12 a 17 anos, no dia 15, 23 atendimentos e, no dia 20, cinco; de 18 a 59 anos, foram 253 atendimentos no dia 15, e, no dia 20, 13; e entre pessoas com mais de 60 anos, no desastre do dia 15, foram dez atendimentos, e, no dia 20, ainda não há número atualizado. Frisou que esses números são monitorados diariamente e que reuniões de briefing são realizadas todo os dias pela manhã para a troca dessas informações e a alimentação dos dados no portal da Prefeitura.



ANEXO 5
RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
NA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS PARA
DEBATER O TEMA DIAGNÓSTICO, IMPACTO NA
CADEIA CONSTRUTIVA E REPASSES DE RECURSOS
(4 DE ABRIL DE 2022)

Em cumprimento ao Plano de Trabalho e ao Requerimento CTEPETR nº 4, aprovados em 14 de março de 2022, a Comissão realizou em 4 de abril de 2022, audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis para debater o tema “diagnóstico, impacto na cadeia construtiva e repasses de recursos”. Participaram da audiência os seguintes convidados:

- **Sr. Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira**, procurador-geral do Município de Petrópolis;
- **Sr. Leonardo Canário Carlos**, coordenador regional da Região Serrana do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA/RJ);
- **Sr. Charles Rossi**, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Petrópolis;
- **Vereador Hingo Hammes**, presidente da Câmara Municipal de Petrópolis;
- **Vereador Fred Procópio**, presidente da Comissão Especial de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica da Câmara Municipal de Petrópolis;
- **Vereador Octávio Sampaio**, presidente da Comissão Especial de Transparência da Câmara Municipal de Petrópolis;



- **Vereador Yuri Moura**, presidente da Comissão Especial de Assistência Social e Moradia da Câmara Municipal de Petrópolis;
- **Sra. Zilda Januzzi Veloso Beck**, promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ);

Além da participação dos convidados, a palavra foi democraticamente franqueada a outras autoridades e lideranças comunitárias presentes:

- **Sr. Paulo Roberto Patuléa**, secretário de Fazenda do Município de Petrópolis;
- **Vereador Marcelo de Souza Lessa**;
- **Sr. Leonardo Meneghetti**, membro da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- **Vereadora Gilda Beatriz**;
- **Sr. Robson Tomas de Souza**, representante da União das Lideranças de Petrópolis;
- **Sr. Sérgio Luiz Pereira Servolo**, representante da Sociedade Civil;
- **Vereador Ronaldo Ramos**;
- **Sra. Cláudia Renata de Almeida Ramos**, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes em Petrópolis;
- **Vereador Gil Magno**;
- **Sra. Edna Queiroga**, presidente da Associação de Moradores do Caxambu; e
- **Sra. Rafaela Facchetti**, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piabanha.



Segue abaixo um resumo das falas dos convidados e participantes.

Sr. Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira, procurador-geral do Município de Petrópolis

O Sr. Miguel de Oliveira observou que a cidade de Petrópolis enfrentava momentos muitos difíceis, vivendo sua maior tragédia, mas destacou a união de todos em busca de soluções, identificando a ocorrência de avanços no período.

Ressaltou que o governo municipal havia se iniciado há menos de três meses, mas já enfrentara três chuvas torrenciais. Além da maior chuva registrada na história, em 15 de fevereiro de 2022, houve também chuvas em janeiro, quando a cidade entrou em “situação de emergência”, e em março, sendo que esses eventos trouxeram perdas humanas, danos materiais e prejuízos para a população petropolitana. Em nome da administração municipal, o Sr. Miguel Oliveira prestou solidariedade a todas as pessoas que enfrentaram perdas humanas e materiais e asseverou que a união de todos será fundamental para o enfrentamento das dificuldades e para a reconstrução da cidade.

Propôs que, a partir desses eventos, a sociedade e o poder público refletissem e buscassem solução para os problemas observados, avaliando que, embora não fosse possível resolvê-los totalmente, seria possível ao menos minorar os impactos causados pelas chuvas. Reconheceu a ocorrência de mudanças climáticas no planeta, defendendo a apresentação de propostas concretas para enfrentar essa situação, bem como a manutenção de comissões de fiscalização.



Agradeceu o apoio à iniciativa de criação de ativos não fungíveis (NFTs) a serem leiloados durante a campanha de arrecadação de recursos para reconstrução do Município de Petrópolis, bem como o apoio recebido da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e dos governos estadual e federal. Garantiu, no entanto, que todo esse apoio ainda não fora suficiente para atendimento de todas as demandas existentes. Manifestou sua confiança de que o estreitamento de laços de comunicação, de união, de trabalho e de respeito traria as respostas esperadas pela população.

Anunciou a criação, pelo Município de Petrópolis, de um fórum de desenvolvimento econômico para buscar soluções, em unidade com a sociedade e defendeu a apresentação de um plano de ação concreto, bem como a busca de parcerias para fomentar iniciativas necessárias ao resgate do comércio e da economia, que foram muito impactados pelos desastres.

Do ponto de vista econômico, mencionou iniciativas como o a lei municipal que concedeu isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Serviços (ISS) e da taxa de coleta de lixo a todos os empresários afetados. Informou que estavam sendo estudadas medidas para incentivar os comerciantes no retorno às suas atividades, a serem debatidas no âmbito do fórum de desenvolvimento econômico. Assegurou que o governo municipal buscou realizar, desde o primeiro momento, reuniões com instituições da sociedade civil, promovendo a escuta ativa para que as demandas da sociedade fossem atendidas. Avaliou que o processo tem sido democrático e plural, buscando evitar uma postura unilateral.

Relatou que, após os desastres, houve problemas em relação à religação do fornecimento de energia elétrica, o que motivou diversas reuniões com a empresa Enel, concessionária local desse serviço. Registrou



que havia decisão judicial determinando prioridade para a religação do fornecimento para famílias afetadas pela chuva que dependem do aluguel social, o que deveria ser feita em até duas horas. Avaliou que a burocratização do processo causou muitos problemas tanto para quem teve a casa afetada quanto para aqueles que precisaram buscar uma nova moradia. Defendeu não haver sentido em se exigir documentação extensa durante o estado de calamidade.

Assegurou que a realocação das famílias abrigadas foi uma prioridade do governo municipal desde o início, informando que mais de mil aluguéis sociais haviam sido concedidos ao tempo da audiência, de modo que as pessoas já se encontravam em seus novos lares, tendo recebido kits moradia e contado com logística de transporte.

Manifestou sua expectativa de que houvesse o retorno das aulas na primeira semana de abril de 2022, a partir de acordo celebrado com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), com exceção das unidades afetadas pela chuva. Definiu essa medida como essencial para o retorno à normalidade, observando que as crianças já haviam ficado afastadas durante a pandemia e ainda tiveram de enfrentar as chuvas do início do ano que impossibilitaram o retorno.

Ao final da sua primeira intervenção, o Sr. Miguel Oliveira disponibilizou o assessor Felipe Augusto para atualizar os dados sobre o empenho de verbas federais no Município de Petrópolis.

Em momento posterior, durante discussões sobre a responsabilidade por demolições no Município de Petrópolis, o Sr. Miguel Oliveira afirmou que cabe à Defesa Civil interditar ou indicar a demolição de imóveis comprometidos, depois de elaborar laudo de vistoria.



Registrou uma grande demanda durante o período de chuvas, com mais de 8 mil requisições de laudos, o que motivou uma força-tarefa na Defesa Civil, tendo em vista que os laudos são importantes no âmbito do programa Aluguel Social. Informou que foram contratados arquitetos e engenheiros para complementação do trabalho da Defesa Civil, após o momento de resposta às demolições.

Mencionou a ação civil pública da Defensoria Pública em tramitação, na qual se pede que sejam estabelecidos critérios objetivos para as demolições. Assegurou que, assim que forem estabelecidos os critérios, no âmbito dessa ação judicial, serão feitas as demolições, de modo a evitar que as pessoas retornem a áreas de risco. O Sr. Miguel Oliveira concordou com a necessidade de contratação de mais fiscais, bem como com a intensificação de ações de fiscalização, de modo a assegurar que as pessoas possam morar com segurança.

Sr. Leonardo Canário Carlos, coordenador regional da Região Serrana do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA/RJ)

O convidado assegurou que o Crea/RJ estava à disposição das autoridades para o que fosse necessário diante dos eventos ocorridos em Petrópolis.

Explicou que o Crea é o órgão fiscalizador do exercício profissional, devendo verificar, por exemplo, se as construções são realizadas ou não com participação profissional. No entanto, observou que o Crea não detém poder de embargo, que é atribuído ao município. Informou que o órgão estava em tratativas com o Município de Petrópolis para a celebração de convênio, com o objetivo de promover trocas de informações



sobre obras embargadas pela prefeitura e de obras nas quais o Crea identificasse a ausência de profissional responsável.

Sr. Charles Rossi, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Petrópolis

O convidado mencionou estimativa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) de que os desastres em Petrópolis poderão levar a perdas correspondentes a 5% do PIB da cidade, cerca de R\$ 700 milhões. Relatou que o Município de Petrópolis conta com cerca de 14 mil estabelecimentos formais, que geram aproximadamente 70 mil empregos. Como o número de empregos informais gira historicamente em torno de 40% do número de empregos formais, esse número estaria entre 25 e 30 mil empregos. O número de trabalhadores atingidos pelos desastres seria, portanto, de cerca de 100 mil.

Charles Rossi observou que a cidade de Petrópolis foi muito abalada pela chuva. Citou em particular o setor comercial da Rua do Imperador, do Alto da Serra, da Rua Teresa, da Rua Irmãos D'Ângelo e de alguns bairros da cidade, que ainda estavam sofrendo muito com a tragédia. Destacou a necessidade de medidas urgentes para o setor, que não poderia aguardar por determinadas medidas ou proposições, já que precisaria pagar de imediato aos seus funcionários e fornecedores.

Reconheceu o aspecto propositivo da Comissão Externa Temporária, no sentido de propor ações concretas para auxiliar o empresariado e os trabalhadores de Petrópolis. Avaliou que a retomada dependerá de muitos fatores, especialmente pelo fato de que a imagem da cidade e a capacidade de atrair investimentos ficaram muito desgastadas, o que só poderá ser revertido com muito trabalho.



Entre as medidas tomadas nesse contexto, destacou as políticas de empréstimos por parte das cooperativas de crédito do Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (SICOOB) e da Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AGERIO). Informou que, até o momento da audiência, R\$ 81 milhões haviam sido liberados para o comércio, em valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 500 mil, sem juros, com 12 ou 18 meses de carência. Relatou que 750 contratos estavam prontos para serem assinados e que essa medida vinha surtindo muito efeito na economia. Avaliou ser essa a melhor medida de apoio ao empresariado petropolitano.

Informou que o governo estadual disponibilizou R\$ 200 milhões para o Município de Petrópolis, sendo R\$ 50 milhões especificamente para o setor de turismo. Observou que o Município, com aproximadamente 6 mil leitos no setor hoteleiro, tem de 6% a 7% do PIB relacionados ao turismo, sendo que esse número pode chegar a 10% se for considerada toda a cadeia do turismo.

O Sr. Charles Rossi avaliou como positiva a isenção de IPTU e de ISS para os empresários que sofreram com a pandemia e com a tragédia. Também elogiou o anúncio de que todos os negócios contribuintes do ICMS localizados em Petrópolis passarão a pagar a alíquota de 2%, avaliando que essa medida trará mudanças significativas para a cidade em médio e longo prazo, com a atração de investimentos e a geração de emprego e renda.

Quanto à retomada e à atração de novos negócios para a cidade, defendeu que a “marca Petrópolis” esteja bem posicionada, sendo necessário para tanto a realização de uma campanha de imagem. Em sua visão, a imagem de Petrópolis ficou muito ruim, prejudicando a atração de capitais. Propôs uma campanha para que a cidade seja “vendida de maneira adequada”, atraindo novos investimentos e oferecendo mão de obra, de modo



a gerar empregos. Observou que a cidade conta com cerca de oito universidades, podendo oferecer mão de obra muito bem formada. Além disso, o Município conta com atributos que precisam ser divulgados para atrair novas empresas, em áreas como turismo, indústria, comércio e serviços.

Avaliou, ainda que a retomada depende das contenções e do atendimento às famílias necessitadas, especialmente nas áreas de moradia e saúde mental. Registrou que entre os empresários há muitos casos de depressão e de desesperança, elogiando a iniciativa da Comissão Temporária Externa de abordar esse assunto.

Sra. Zilda Januzzi Veloso Beck, promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ)

A convidada relatou que atua no MPRJ há 22 anos, sendo dez anos na Comarca de Petrópolis, na área de tutela coletiva. Observou que, durante esses dez anos, algumas tragédias foram registradas, sendo que os desastres ocorridos em fevereiro e março de 2022, que superaram os anteriores em número de vítimas e em perdas materiais, demonstraram o quanto Petrópolis é vulnerável às mudanças climáticas. Também evidenciaram que eventos extremos devem ocorrer com mais recorrência e intensidade, a exemplo do que aconteceu em Angra dos Reis, onde, nos dois primeiros dias de abril de 2022, foram registrados mais de 600 milímetros de chuva. Zilda Beck avaliou que essa situação atesta a necessidade de mudança de paradigmas e de criação de protocolos para tornar a cidade mais resiliente.

Relatou que ao tempo da audiência, estava sendo finalizada a fase de resposta ao desastre. Os serviços essenciais haviam sido



restabelecidos, os resíduos das barreiras já haviam recebido destinação, o programa Limpa Rio vinha promovendo a dragagem dos rios e as vias que puderam ser liberadas. As equipes de socorro ainda não haviam sido desmobilizadas, porque alguns lugares não estavam limpos. Havia, porém, a expectativa de desmobilização dessas equipes, de modo que pudesse ser efetivamente iniciada a reconstrução, processo no qual seria necessário pensar sobre a requalificação dos locais atingidos.

A Sra. Zilda Beck discorreu sobre o processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) no Município de Petrópolis, defendendo que esse processo deve ocorrer de forma plena. Em contraponto, observou que o entendimento do Município e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) é o de que a regularização fundiária se confunde com a regularização registral, com a entrega do título. Porém, a lei da Reurb prevê medidas mais amplas, relatando situações em que elas são ignoradas.

Relatou que a região do Morro da Oficina, a Área 1 do Alto da Serra e a Rua 24 de Maio, locais mais afetados em Petrópolis, eram objeto de ação judicial em curso, na qual seria realizada audiência em que defenderia uma mudança de paradigma, de modo que a reconstrução fosse planejada com base na lógica da regularização plena. Isso significaria a adoção de melhorias urbanísticas e sanitárias, ações para contenção de encostas, recuperação de bacia degradada e drenagem eficiente (meso, micro e macrodrenagem). Destacou que o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) havia assumido a responsabilidade de fazer a macrodrenagem nos principais rios (Palatinato, Piabanha e Quitandinha), mas que se essa ação não fosse acompanhada da meso e da microdrenagem e da recuperação da degradação da bacia, o risco seria mitigado, mas não eliminado por completo. Defendeu, portanto, que as ações devam ser integradas.



No que se refere à recuperação do túnel extravasor, observou que os imóveis localizados na rua onde se encontra a estrutura têm sofrido com erosões. Mencionou a existência de conexão indevida de esgoto sanitário, porque a rede não existe, sendo necessário corrigir descompassos dessa natureza.

Quanto à ocupação irregular, registrou que o Município de Petrópolis contava com três fiscais de obra, não sabendo precisar se o número fora ampliado depois da tragédia. Ademais, o Município não contava com demolição administrativa, de modo que a ação se limitava ao embargo da ocupação por parte dos fiscais e à aplicação de multa em caso de descumprimento. Como o Município não promovia as execuções, cabia ao Ministério Público tratar de ações de demolição em ação civil pública. Ademais, o processo de retirada se tornava ainda mais difícil e traumático quando as pessoas já estivessem morando no local.

Para a Sra. Zilda Beck, a demolição administrativa é expressão do poder de polícia. Para ela, moradia não é apenas habitar o imóvel, mas deve ser feita de forma segura e digna. É necessário que se impeça construções em áreas de risco. Mas, mesmo com a efetivação da regularização fundiária, sem uma política de fiscalização eficiente, o problema não será efetivamente resolvido.

A convidada defendeu melhorias no planejamento da cidade, com a identificação de locais a serem desenvolvidos e de instrumentos do Estatuto da Cidade a serem implementados. Relatou que o plano diretor passou por revisão em 2014, sendo prevista nova revisão em 2024, mas que nenhuma das leis complementares do plano foi executada.

Em seguida, a Sra. Zilda Beck discorreu sobre a política



habitacional, que definiu como “porta de saída” do programa de Aluguel Social, do qual as pessoas beneficiadas não podem depender eternamente. Defendeu que os conjuntos habitacionais não podem ser muito extensos. Mencionou os problemas enfrentados pelos moradores do conjunto habitacional Vincenzo Rivetti, em Petrópolis, que conta com 700 unidades próximas a uma comunidade que já enfrentava tráfego intenso. O local enfrenta problemas tanto urbanísticos quanto de segurança. Registrou, inclusive, demanda apresentada frequentemente por uma moradora de conjunto habitacional que deseja retornar para o programa Aluguel Social, o que não é possível.

A convidada observou que a política habitacional não pode se limitar à entrega de unidades habitacionais. Mencionou, por exemplo, a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS (Lei nº 11.888, de 2008), que confere às pessoas que ganham até três salários mínimos o direito a receberem gratuitamente projetos e execução de construção, ampliação e de melhoria de suas moradias. Defendeu que a Athis seja implementada imediatamente, observando que esse tipo de medida não pode ser visto como um favor, como costuma ocorrer, mas como uma política pública. Destacou ser possível adotar a referida política, tendo em vista que a cidade de Petrópolis conta com faculdade de arquitetura, além de se localizar a apenas uma hora da capital.

Outro aspecto abordado pela Sra. Zilda Beck diz respeito à prevenção. Propôs uma reavaliação do sistema de alerta diante da possibilidade de utilização de mecanismos mais eficientes. Observou, por exemplo, que os destinatários dos SMS de alerta são cadastrados de acordo com o CEP, de modo que um morador pode não ser avisado sobre o risco caso esteja fora da sua área de residência original. Ainda em relação à



prevenção, ressaltou que o Município de Petrópolis não conta com radar próprio ou com sensores de umidade do solo, e defendeu a adoção de instrumentos tecnológicos que auxiliem no processo.

A oradora registrou a deficiência do Município de Petrópolis quanto à falta de pontos de apoio e de abrigos temporários, ressaltando que se trata de coisas distintas. Lamentou que, devido à utilização de escolas com essa finalidade, o retorno de crianças à escola foi prejudicado, agravando ainda mais os prejuízos decorrentes do afastamento motivado pela pandemia.

Por fim, defendeu a adoção de uma política de bem-estar animal, que ainda não existe no Município de Petrópolis. Registrou que foram feitos resgates voluntários de animais pela CliniPet Veterinária Popular e pelo Grupo de Resgate de Animais em Desastres (GRAD), mesmo que isso não fosse obrigação dessas entidades.

Durante os debates registrados na audiência pública, a Sra. Zilda Beck defendeu uma ampla discussão sobre o projeto do túnel extravasor da Rua Treze de Maio, afirmando que o projeto então existente agrava as enchentes nas regiões de Corrêas e de Nogueira.

Sr. Paulo Roberto Patuléa, Secretário de Fazenda do Município de Petrópolis

O Sr. Roberto Patuléa disse que a administração municipal de Petrópolis vinha trabalhando para reduzir a carga tributária dos comerciantes afetados pelos desastres, com medidas como as isenções de IPTU e da taxa do lixo. Informou que a cota do IPTU com vencimento em 21 de fevereiro de 2022 do IPTU seria prorrogada para 10 de junho de 2022; a cota de 21 de março de 2022 seria prorrogada para 10 de julho de 2022. Também seria



ampliada a tabela fiscal para pagamentos sem multa dos vencimentos de fevereiro e de março de 2022.

Assegurou que outras medidas em benefício do empresariado petropolitano estavam sendo tomadas, propondo a união de todos em prol da reconstrução da cidade. Defendeu que o povo petropolitano deve ser incentivado a comprar no comércio local, bem como a realização de uma campanha para aquecer a economia e o turismo na cidade.

Vereador Hingo Hammes, presidente da Câmara Municipal de Petrópolis

O Sr. Hingo Hammes agradeceu o Senado Federal por dar voz à Câmara de Vereadores de Petrópolis, relatando sua participação nos trabalhos da Comissão Temporária Externa durante as discussões sobre saúde mental e mencionando os trabalhos das três comissões do Legislativo local, das quais participam todos os vereadores, em um esforço de integração e de participação na reconstrução da cidade. Ressaltou que os objetivos incluem a fiscalização e a apresentação de proposições que resultem em melhorias para o Município.

Em sua intervenção, destacou aspectos relacionados à prevenção de desastres. Informou que em 2021 houve solicitação de um radar para Petrópolis e região, tendo em vista, inclusive, a localização de um Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA) no Município. Sugeriu que o Senado Federal destinasse recursos por emenda parlamentar para a compra do radar, estimando os custos entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões. Destacou que após a instalação, a manutenção deve ser feita pelo governo federal, ou seja, não há geração de custos para o Município.



Informou sobre a expectativa de discussão de um projeto de lei para destinar percentual do orçamento municipal – de 1% a 2% – para construção de muros de contenção de encostas e para demolições administrativas, de modo que essas atividades se tornem política pública permanente do Município e que atividades de prevenção sejam constantes.

Vereador Yuri Moura, presidente da Comissão Especial de Assistência Social e Moradia da Câmara Municipal de Petrópolis

O Sr. Yuri Moura apresentou sua visão sobre o cenário atual de Petrópolis e sobre a evolução histórica da urbanização do Município. Afirmou que nos últimos 40 anos a cidade se tornou um “paraíso imobiliário”. Em empreendimentos privados, como os realizados em Itaipava, os distritos chegaram a ser apresentados em propagandas publicitárias como novos bairros do Rio de Janeiro. O vereador criticou a situação, dizendo que o povo petropolitano foi esquecido no processo, já que não houve política de habitação de interesse social e se agravaram os problemas de quem vive em morros ou em áreas próximas aos rios. Mencionou as ocupações irregulares que ocorrem sem orientação ou fiscalização por parte do poder público e privilégios concedidos a empreendimentos privados de incorporadoras e empreiteiras.

Assegurou que tais privilégios, assim como a interferência de interesses do capital privado, prejudicam as moradias populares. Relatou que a Comissão Especial de Assistência Social e Moradia identificou sete pontos atingidos pelas chuvas do dia 15 de fevereiro de 2022, inclusive com vítimas fatais, em que houve a referida interferência, por meio de obras privadas. Defendeu uma mudança na lógica segundo a qual Petrópolis tem terras disponíveis para moradia de pessoas ricas, mas não para pessoas pobres.



Para reverter tais problemas, o vereador defendeu a adoção de políticas públicas, criticando, porém, o que chamou de criação de “guetos”, por meio da construção de um grande número de unidades habitacionais em locais sem infraestrutura, com desrespeito aos vínculos pessoais, ao tecido social e à cultura de vizinhança. Mencionou os problemas e os riscos do conjunto habitacional Vincenzo Rivetti, prometido para 2011, mas entregue apenas em 2020, onde vivem quase 800 famílias. Em sua visão, o empreendimento não pode ser considerado uma política habitacional nem assegura o respeito devido às pessoas, muitas das quais haviam sido vítimas de tragédias anteriores, representando uma falha no cumprimento dos deveres do Estado.

O Sr. Yuri Moura defendeu não ser possível aceitar discursos genéricos, que se limitem à inclusão de pessoas no programa Aluguel Social ou à promessa de condomínios, que costumam ser entregues com grande atraso e com muitos problemas. Identificando no momento uma oportunidade de redefinição de rumos, propôs que ofertas de construção de conjuntos habitacionais sejam respondidas com propostas mais amplas.

Nesse sentido, discorreu sobre as iniciativas da Comissão Especial de Assistência Social e Moradia. Quanto ao programa Aluguel Social, relatou que a Comissão identificou três eixos de trabalho. O primeiro é relativo ao acolhimento, à orientação e à melhor definição quanto ao programa. O segundo é o mapeamento dos locais atingidos para se garantir a requalificação desses pontos, com medidas corretivas e preventivas, por não haver sentido incluir uma família no Aluguel Social se o laudo de interdição permitir o retorno à residência apenas com a realização de contenção. Classificou essa situação como perda de tempo, desrespeito com a família e erro do ponto de vista estratégico. O terceiro eixo diz respeito ao



inventário de terrenos, prédios e imóveis em geral.

Ainda quanto ao programa Aluguel Social, apontou dificuldades decorrentes da especulação imobiliária, que atingem tanto moradores quanto empresários. Afirmou ser injusta e desigual a concentração de propriedades em poucas famílias e mencionou questões relativas ao laudêmio cobrado em Petrópolis. Embora tivesse críticas à condução da resposta ao desastre nos âmbitos municipal, estadual e federal, reconheceu a dificuldade de se providenciar um grande número de imóveis em muito pouco tempo em uma cidade como Petrópolis, destacando que havia duas mil famílias aguardando moradia. Quanto a esse ponto, informou que diversas recomendações foram feitas à Secretaria Municipal de Assistência e aos governos estadual e federal.

Defendeu a criação de um comitê de gestão do Aluguel Social, objeto de projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal de Petrópolis. Mencionou a existência de uma força-tarefa de vários servidores e secretarias atuando nesse processo, mas defendeu que haja diálogo com os movimentos sociais sobre o assunto, bem como a participação do Conselho Regional de Consultores Imobiliários para pensar nas possíveis soluções. Observou que muitos potenciais beneficiários do Aluguel Social alegam que não conseguem imóveis para locação porque os proprietários ficam com medo de não receber do Município ou do Estado. Registrou que esse temor é infundado, por ser mais seguro ter o ente público como fiador do que alguma pessoa física.

Nesse sentido, defendeu alteração no programa, de modo a permitir o pagamento de caução. Explicou que, enquanto o Estado faz o pagamento ao beneficiário, o Município efetua o pagamento diretamente ao proprietário. Avaliou que essa medida dará maior segurança aos



proprietários para incluírem seus imóveis no programa e se houver destinação dos recursos adequados, será possível atender rapidamente as famílias que estão na fila.

Relatou que o posicionamento da Comissão é contrário ao pagamento direto ao beneficiário, devido a relatos decorrentes dessa prática. Citou por exemplo notícia de que algumas pessoas pretendiam providenciar uma residência com aluguel mais barato, destinando parte do recurso recebido para intervenções na moradia interditada, o que levaria um retorno à situação de risco. Outro relato versa sobre proprietários que cobram a mais do beneficiário, mesmo quando existe termo de garantia. Quanto a esse ponto, afirmou que muitos proprietários de residências alocadas no programa Aluguel Social cobram valores adicionais. Mesmo com o reajuste do benefício ocorrido em 2021, para R\$ 550, o valor ainda estaria defasado, já que muitas pessoas estariam pagando valores que chegavam a R\$ 900. O vereador avaliou que o pagamento direto ao proprietário poderia incluir o compromisso no termo de garantia de se impedir tanto o retorno da família à condição de risco quanto a cobrança adicional.

Quanto ao valor do Aluguel Social, o vereador Yuri Moura defendeu a equiparação dos valores entre as famílias ingressantes e as famílias já incluídas no programa. Mencionou notícias segundo as quais o valor do benefício seria de R\$ 1 mil, sendo R\$ 800 pagos pelo Estado e R\$ 200 pagos pelo Município, mas que isso não se aplicaria às famílias que morassem de aluguel. Para justificar a equiparação, destacou, especialmente, a dificuldade de se providenciar imóveis suficientes para atender a todas as famílias que aguardavam o benefício, cujo número poderia chegar a 3 mil. Propôs que esse tipo de debate seja feito no âmbito de um comitê gestor, de modo a se planejar adequadamente os fluxos do benefício e o acolhimento



dos beneficiários, de modo a reduzir as incertezas dessas pessoas diante do desastre.

No que se refere às intervenções, defendeu a apresentação imediata de um cronograma de obras, bem como esclarecimentos sobre as responsabilidades do Estado e do Município. Registrou, por exemplo, críticas feitas ao governo municipal por uma obra realizada na Rua Washington Luiz, embora a responsabilidade seja do governo estadual. Quanto às obras do bairro Caxambu, embora tenha sido ventilado que seriam de responsabilidade do Estado, teria sido o Município que se apresentou para a execução. Além dessas definições de responsabilidades, o orador ainda defendeu a apresentação de datas para o início das intervenções, bem como o tipo, mencionando o exemplo de pedras que podem cair na Rua Nova: elas seriam implodidas ou passariam por algum outro tipo de intervenção? Em sua definição, todas essas providências dependeriam de entendimentos entre as três esferas de governo, apontando problemas na comunicação entre os entes e a falta de informação à população.

Observou que no bairro Caxambu, é possível fazer a contenção de pedras que rolaram, o que permitiria o retorno das famílias e a suspensão do laudo de interdição, bem como evitar que as famílias dessa região sejam incluídas no programa Aluguel Social. Em sua visão, ações como requalificação de moradias e de bairros e obras corretivas e preventivas devem ocorrer paralelamente ao avanço do programa Aluguel Social.

Em relação ao cronograma de obras mencionado pelo vereador Yuri Moura, a Sra. Zilda Beck se manifestou posteriormente, informando que já solicitara um plano de trabalho tanto para o governo estadual quanto para o Município, em que fossem indicadas as responsabilidades por cada intervenção, bem como as fontes de custeio. Observou, por exemplo, que já



havia definição sobre as obras de macrodrenagem, sendo aguardada uma solução sobre a questão habitacional, a reconstrução da Rua Vinte e Quatro de Maio, das áreas do Morro da Oficina e do Alto da Serra e das demais intervenções.

O vereador informou sobre a confecção de um inventário de imóveis existentes na cidade de Petrópolis, mencionando o levantamento da Comissão Temporária Externa do Senado que apontou 92 imóveis vinculados à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Relatou que, com a participação da sociedade civil, do Núcleo de Arquitetos e Urbanistas de Petrópolis, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH), do Instituto Philippe Guédon, de estudiosos e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Estácio de Sá e de partidos políticos, já foram identificados 11 imóveis disponíveis em Petrópolis. Observou que existem locais, mas que deve haver vontade do poder público para efetuar compras, desapropriações e cessões entre os entes públicos, de modo a construir um grande plano local de habitação de interesse social. Na visão do orador, esse plano não pode se restringir a um grande condomínio, mas pensar em outros aspectos da moradia, com respeito ao Plano Municipal de Redução de Riscos e ao planejamento urbano.

Questionado sobre como está estruturada a política habitacional do Município de Petrópolis, especialmente em relação à habitação de interesse social, e como ela se articula com as políticas estadual e federal, o vereador Yuri Moura respondeu que, entre 2011 e 2012, houve uma discussão sobre um plano local de habitação de interesse social, incluindo o mapeamento da cidade, com a identificação de locais onde seria possível construir casas, de locais que deveriam ser requalificados com regularização fundiária e infraestrutura e de locais onde seria preciso efetuar demolições,



em linha com o Plano Municipal de Redução de Riscos. Registrou que esse documento tinha apontado, no final de 2018, a necessidade de reassentamento de sete mil famílias, incluindo famílias do Morro da Oficina, tendo em vista que a área da Rua Oswero Villaça, de acordo com o plano, é uma área de alto risco.

O vereador propôs que, para se fugir da lógica de programas como o Minha Casa, Minha Vida ou Morar Seguro, que, em sua visão, embora tenham seu valor, não resolvam a política de habitação, é preciso destinar recursos dos Fundos de Habitação de Interesse Social, estadual e federal, de modo a permitir avanços permanentes na política habitacional. O orador observou que esse tipo de política, estruturado em 2010 a partir de conferência dos movimentos sociais, foi se perdendo com a aceleração do crescimento econômico e de grandes condomínios dos programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Verde e Amarela. Avaliou não ser possível falar em estruturação da cidade sem recursos federais, tendo em vista que o Município não tem saúde orçamentária e financeira para fazer esse tipo de política.

Com recursos adequados, um plano elaborado e um conselho gestor em funcionamento, o vereador afirmou ser possível iniciar projetos como a Athis, cuja regulamentação já fora aprovada pela Câmara Municipal de Petrópolis. No modelo da Athis, fiscais da prefeitura, engenheiros e arquitetos, poderiam orientar a população sobre suas construções, melhorias e intervenções necessárias para saírem do risco. Indagado se ações dessa natureza já ocorriam em Petrópolis, respondeu que sim, mas não por iniciativa da municipalidade ou do governo estadual, mas sim da sociedade civil e de escritórios de arquitetura e urbanismo das universidades.

Entre as orientações que podem ser expedidas no âmbito da



Athis, mencionou, por exemplo, que uma casa onde não existem calhas, com interferência no escoamento de águas, pode ficar em uma situação ainda mais insegura, sendo que a simples instalação dessas calhas pode ser suficiente para reduzir o risco.

Entre as iniciativas legislativas previstas no âmbito do planejamento urbano de Petrópolis, o vereador Yuri Moura destacou a necessidade de aprovação do Código Ambiental, que deve auxiliar no trabalho de fiscalização, bem como da lei de abairramento. Registrou que o Município de Petrópolis não tem bairros configurados em lei, sendo que muitas pessoas ainda não contam com CEP, precisando utilizar para correspondência o endereço de pontos comerciais próximos à residência, o que interfere na definição de políticas públicas.

Por fim, assegurou ser possível efetuar intervenções por meio da Athis, com recursos do fundo habitação, então com R\$ 630 mil, mas defendeu a diminuição do ICMS para material de construção, observando que não adianta os profissionais recomendarem intervenções nas moradias, se não houver o material necessário para a sua execução. A redução dos tributos também seria útil para políticas como o ConstruCard, ações da Caixa Econômica Federal e para o comércio petropolitano em geral.

Vereador Marcelo de Souza Lessa

O Sr. Marcelo Lessa informou que em toda a extensão da Rua Otto Reymarus, em Petrópolis, existem casas interditadas e que a rua de ligação entre a Lagoinha e o final da Rua Otto Reymarus foi toda interditada. Relatou que algumas pessoas desse local foram indenizadas, sendo que algumas delas conseguiram apartamentos no conjunto habitacional Vincenzo Rivetti. No entanto, as casas não foram demolidas, e algumas delas estão



sendo vendidas. Classificou essa situação como criminosa, que causa tristeza tanto às pessoas que precisaram deixar o local quanto para quem comprou as casas de boa-fé e precisarão deixar o local. Registrou, ainda, que muitas pessoas ainda estão aguardando inclusão no programa Aluguel Social ou mesmo uma nova moradia.

O vereador criticou a falta de uma equipe de demolição no Município de Petrópolis, bem como o fato de a administração municipal contar apenas com três fiscais de obra. Também criticou a falta de providências quando a ocorrência de obras irregulares é comunicada à Secretaria de Obras.

Após a manifestação do vereador Marcelo Lessa, a Sra. Zilda Beck usou a palavra para tratar da situação da Rua Otto Reymarus. Informou que existe uma ação civil pública conhecida como ação civil pública da tragédia de 2013, na qual é discutido o cumprimento do programa Morar Seguro, que previa a retirada de mil famílias de áreas de risco, com propostas de indenização, de compra assistida e de outras formas de política habitacional. Segundo a Sra. Zilda Beck, essas propostas não avançaram até o final, de modo que muitas famílias ainda aguardavam solução. Na mesma ação também era solicitada a demolição administrativa, nos termos da lei da Política Nacional de Defesa Civil. A oradora observou que, se essa providência não ocorre, as pessoas acabam voltando para as áreas de risco ou vendem ou alugam os imóveis para outras pessoas.

Vereador Fred Procópio, presidente da Comissão Especial de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica da Câmara Municipal de Petrópolis

Ao iniciar sua intervenção, o vereador Fred Procópio destacou



entre as medidas do período posterior ao desastre voltadas à retomada econômica, a isenção de IPTU, ISS e taxa de lixo. Avaliou ter sido uma medida ágil e temporânea, que atendeu bem o comércio local e as pessoas atingidas.

Elogiou a fixação da alíquota do ICMS em 2% em todo o Município de Petrópolis, destacando avanços em relação à criação de um polo industrial no distrito da Posse, embora na região ainda faltasse infraestrutura e logística. Avaliou que a referida alíquota permite que a indústria escolha o local onde se instalar, bem como que o comércio gire com mais agilidade.

O vereador discorreu sobre os pedágios da rodovia BR040 (Rodovia Washington Luís, no trecho do Rio de Janeiro a Petrópolis), em que, em sua visão, prejudicam o desenvolvimento econômico e “estrangulam” a cidade de Petrópolis. Os moradores de Petrópolis pagam pedágio para ir do Rio de Janeiro à cidade e pagam para se deslocar no sentido Areal/RJ. Observou que o posicionamento do pedágio fez com que os moradores de Xerém/RJ pudessem evitá-lo, mas que isso “estrangulou” a cidade de Petrópolis. Nesse sentido, defendeu a democratização do pedágio, de modo que os veículos sejam cobrados desde o ingresso na rodovia, o que permite diluir e reduzir o custo para todos. Essa medida, acredita, trará benefícios para Petrópolis e permitirá o crescimento estruturado.

O vereador Fred Procópio elogiou as medidas adotadas para concessão de crédito por meio da AgeRio.

Em seguida, discorreu sobre o clima em Petrópolis, destacando as mudanças ocorridas em relação ao comportamento histórico das chuvas e das estações. Observou que já não ocorriam, por exemplo, as quedas de



temperatura comuns no mês de abril, e apontou as dificuldades para previsão de chuvas no período do verão.

Nesse cenário, defendeu medidas para oferecer segurança estrutural aos empresários, em busca da retomada econômica, de modo a se evitar que os problemas decorrentes das chuvas ocorram. Mencionou, por exemplo, os alagamentos frequentes da Rua Coronel Veiga, que sequer causavam estranheza devido à recorrência, para defender as medidas estruturais a que se referiu.

No tocante ao túnel extravasor, relatou que muitos problemas vêm sendo observados na estrutura, atribuindo as responsabilidades tanto ao Estado quanto ao Município. Criticou as violações feitas no túnel para despejo de esgoto e conexão de redes de drenagem de água pluvial, já que a estrutura deveria ser selada. Assegurou que os problemas no fundo do túnel ocorreram nos locais onde houve ruptura de rede, com escavações. Registrou, ainda, problemas pretéritos de microdrenagem, captação de água e de saneamento. Relatou ter participado de vistoria realizada pela Companhia Águas do Imperador no local, ocasião em que a empresa se comprometeu a fazer a captação de água pluvial e de esgoto na região do túnel extravasor, possibilitando que o governo estadual possa selar o túnel, evitando novos vazamentos e novas erosões.

Outro aspecto abordado pelo vereador Fred Procópio diz respeito a mudanças efetuadas no túnel extravasor. Ele explicou que a estrutura deveria funcionar como uma espécie de “ladrão de caixa d’água”, de modo que, quando a água atingisse um determinado nível, começaria a extravasar por outra saída, para evitar o enchimento do centro da cidade. Ao longo dos anos, o centro da cidade começou a encher com mais frequência, e, embora não soubesse precisar os responsáveis pela mudança, o túnel



extravasor passou a ser utilizado como principal captador de toda a água que desce do Alto da Serra e do Morin, depois da criação de uma barragem para forçar a entrada da água para a estrutura. O vereador observou que o túnel, criado para funcionar em momentos de cheia, passou a trabalhar continuamente em capacidade máxima. Segundo ele, esse diagnóstico já existe, por parte da empresa Cohidro – Consultoria, Estudos e Projetos, contratada pelo Inea, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Observou, todavia, que faltam diálogo e definição sobre as medidas a serem tomadas.

No que se refere ao planejamento das intervenções, o vereador Fred Procópio relatou que a Comissão de Finanças realizou questionamentos sobre as obras prioritárias para o Município, quais serão assumidas no âmbito local, qual cronograma será adotado, quais as fontes de custeio e as previsões orçamentárias. Ressaltou que essas informações permitirão o acompanhamento sobre a execução das ações prometidas. Registrou terem sido feitos sete pedidos de informação com 99 questionamentos a respeito da retomada econômica e das prioridades de obras. Questões habitacionais foram encaminhadas pela Comissão Especial de Assistência Social e Moradia, de modo a evitar retrabalho, embora a intenção fosse compilar as informações recebidas em documento único. O vereador esclareceu que, ao tempo da audiência, o Poder Executivo ainda se encontrava no prazo regimental para o envio das respostas.

O orador discorreu sobre problemas de comunicação e dificuldade de obtenção de respostas, lamentando a falta de um gabinete de crise com funcionamento adequado. Relatou, por exemplo, a dificuldade e a demora para identificação de um ponto focal da Defesa Civil para responder à Enel sobre questões necessárias ao restabelecimento do fornecimento de



energia elétrica e à definição de prioridades de maquinário para desobstrução de vias e liberação de acesso para manutenção de rede. Relatou que problemas semelhantes ocorreram com a empresa Águas do Imperador. Mencionou, ademais, a falta de definição sobre as intervenções a serem assumidas pelo Município, observando que o conhecimento sobre as intervenções a serem assumidas pelo Estado se dera pelos jornais.

O vereador Fred Procópio disse que o Código de Obras estava em fase final de revisão. Lamentou as dificuldades decorrentes da mudança de governo e na Câmara de Vereadores, da pandemia e dos desastres. Assegurou, todavia, que o projeto passou a contemplar a demolição administrativa. Sobre esse ponto, mencionou diálogo mantido com a Defensoria Pública, tendo em vista a possibilidade de judicialização da questão. Afinal, caso o Ministério Público demandasse uma demolição e a medida fosse impugnada pela Defensoria Pública, o que deveria ocorrer na via administrativa se tornaria uma demolição judicial. Por essa razão, defendeu um debate entre Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com participação da Defensoria Pública e do Ministério Público, de modo a definir modelos e parâmetros para a demolição administrativa e evitar disputas futuras sobre o assunto.

Em seguida, discorreu sobre o chamado autolicenciamento de habitações unifamiliares e bifamiliares. Relatou que, em janeiro de 2022, havia na Secretaria de Obras 1.827 processos de pedido de construção de habitação, sendo que alguns deles já tramitavam há anos. Segundo o orador, ninguém aguarda por diversos anos para obter um alvará ou resposta, e muitas pessoas acabam fazendo a obra de maneira clandestina. Diante da necessidade de um fluxo mais célere, defendeu o autolicenciamento como uma saída para reduzir as filas. Defendeu não ser adequado contratar dezenas



de estrangeiros para cuidar de obras particulares, que já contam com arquitetos e engenheiros, obrigados a efetuar a anotação de responsabilidade técnica e a se responsabilizarem pela obra executada. Ressaltou, todavia, que a medida se aplica a quem procurou regularizar os projetos, não àqueles que fizeram as intervenções sem nenhum tipo de auxílio técnico.

O vereador Fred Procópio defendeu ações relativas à microdrenagem, que estariam nos escopos do Município e da concessionária de águas. Propôs uma revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, ressaltando que, naquele momento, não havia técnicos suficientes para elaborar a proposta e demandando o apoio do Executivo a essa iniciativa.

Ao final de sua intervenção, o vereador afirmou que o problema não se limita ao túnel extravasor, que, em sua visão, representa uma radiografia dos problemas estruturais da cidade, como crescimento desordenado, ocupação de leitos de rios e falhas na microdrenagem. Destacou a necessidade de se buscar soluções no âmbito do convênio celebrado entre o Inea e o MDR para o túnel extravasor do Palatinato e para os problemas da Rua Coronel Veiga e dos Rios Quitandinha e Piabanha, diante do risco de o centro histórico de Petrópolis se tornar um “piscinão”, impedindo a retomada econômica.

Sr. Leonardo Meneghetti, defensor público do Estado do Rio de Janeiro

O Sr. Leonardo Meneghetti discorreu sobre a ação civil pública em que é discutida a questão das demolições. Observou que muitas casas foram interditadas após os desastres, somando-se às casas interditadas anteriormente, sendo que muitas delas terão como destino a demolição. Questionou sobre o tratamento que será dado a essa questão, tendo em vista a necessidade de se observar em todos os casos o princípio da dignidade



humana, ainda que se trate de uma questão técnica. Para ele, a demolição de uma casa não se limita a destruir a estrutura de tijolos, ferro e cimento, porque é como se a vida das pessoas fosse apagada.

Nesse sentido, a ação civil pública busca a definição de critérios humanísticos para a demolição, de modo que as pessoas tenham ciência prévia de que sua casa precisa ser demolida; que seja necessário um laudo técnico específico assegurando que não existe alternativa a não ser a demolição e que esse laudo estabeleça critérios para aferição de potencial indenização a que essas pessoas terão direito, tendo em vista, inclusive, as razões que levaram essas pessoas a morarem nesses locais. Em suma, é preciso observar todo o aspecto humanitário da questão, não sendo possível pautar a reconstrução de um ponto de vista estritamente material.

O orador ressaltou que cerca de 95% das vítimas, incluindo desabrigados, desalojados e falecidos, eram assistidos da Defensoria Pública, evidenciando a importância da decisão aguardada na ação civil pública.

No que se refere às incertezas vividas pela população, o convidado defendeu que o programa de habitação para atendimento às pessoas desalojadas, desabrigadas ou em situação de vulnerabilidade tem que ser executado o mais rapidamente e da melhor forma possível, tendo em vista o entendimento consolidado sobre temporariedade do Aluguel Social. Observou que foram registradas decisões judiciais mandando interromper o pagamento do benefício após um período de dois anos, de modo que a pessoa deixa de recebê-lo, sem ter sido incluída em nenhum programa de habitação, o que devolve o problema para a sociedade.

Defendeu que o Aluguel Social realmente seja temporário, mas que deve ser vinculado à efetiva inclusão dos beneficiários em programas de



habitação, que, por sua vez, devem ser adequados ao princípio da dignidade humana. Em sua visão, não adianta “exilar as pessoas em blocos de cimento”, o que devolve o problema para a sociedade e torna as pessoas objetos. Para ele, é preciso enfrentar tanto a tragédia da cidade quanto a tragédia das pessoas, sem suprimir direitos e restabelecendo as vidas, o que é o mais importante.

Vereadora Gilda Beatriz

A vereadora Gilda Beatriz relatou que tem uma filha com síndrome de Down, com 22 anos, que, no dia da tragédia, enfrentou momentos difíceis, deslocando-se a pé pela cidade com um grupo de pessoas com a mesma condição.

Ela defendeu que os vereadores precisam ser ouvidos, trabalhando em conjunto com o Poder Executivo e com os governos estadual e federal. Em sua visão, os membros do Legislativo municipal estão permanentemente nas ruas e conhecem os problemas e as necessidades da população. Propôs a união de todos para a busca de soluções, especialmente para garantir moradia digna. Criticou a situação do conjunto habitacional Vincenzo Rivetti, com 776 famílias, considerando equivocada a decisão de se colocar tantas pessoas em um mesmo local, o que deveria ter sido evitado por uma questão de humanização.

A vereadora também criticou a falta de direcionamento sobre as ações do poder público, ao mesmo tempo em que elogiou iniciativas do Ministério Público e do Poder Judiciário em prol da melhoria da gestão do processo. Para exemplificar essa falta de direcionamento, relatou ter comparecido à Rua Uruguai, onde, inclusive, foram registradas mortes. Disse ter recebido inicialmente a informação de que o Estado estaria



tomando providências e fazendo um projeto, mas, como a intervenção no local não teve início, passou a cobrar respostas. Somente depois de falar com o prefeito, descobriu que o Estado não tinha nenhum projeto para a área. A partir de então, a administração municipal começou a intervenção, a partir da implosão de pedras com risco de rolagem.

Para a oradora, esse episódio demonstra a importância de o vereador comparecer aos locais e de ser escutado, bem como os problemas da falta de diálogo entre os entes públicos e de informação à população.

Abordou os problemas decorrentes das perdas humanas enfrentadas pela população de Petrópolis, inclusive no que se refere à saúde mental, defendendo a criação de um centro de apoio às vítimas e às pessoas em geral, especialmente àquelas que passaram a ter medo de sair de casa diante dos riscos representados por novas chuvas. Questionou, por exemplo, a abordagem do desenvolvimento econômico, diante do fato de os próprios moradores de Petrópolis terem medo de morar na cidade, e propôs que todos atuem para a solução dos problemas básicos do Município, de modo a garantir sua reconstrução.

Sr. Robson Tomas de Souza, representante da União das Lideranças de Petrópolis

O Sr. Robson Tomas de Souza afirmou que vem acompanhando, desde 1988, todas as tragédias do Município, garantindo que a audiência da Comissão Temporária Externa era a mais representativa que já havia presenciado até então. Creditou tal representatividade à gravidade e à recorrência dos problemas, já que, desde 1988, pelo menos 11 desastres haviam sido registrados, sendo os mais graves os de 1988, de 2011 e de 2022. Observou que as tragédias vêm se agravando e causando cada vez mais



mortes.

Elogiou a atuação proativa do Poder Judiciário, da Ouvidoria Pública e da Defensoria Pública, mencionando a realização de audiências públicas para ouvir a população, a exemplo da audiência realizada no Alto da Serra.

O orador elogiou as ações voltadas ao setor comercial do Município, mas defendeu que ações semelhantes também sejam promovidas em benefício dos demais contribuintes. Mencionou os aumentos do preço do fornecimento de água e da taxa de iluminação pública.

Em seguida, pediu que o Legislativo analisasse o processo de concessão efetuado à empresa Águas do Imperador e a atuação da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (COMDEP), afirmando que não houve participação da sociedade civil ou autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Também pediu atenção às compras sem licitação, ainda que respaldadas pela decretação do estado de calamidade, tendo em vista que pedidos de detalhamento sobre a destinação dos gastos dos recursos transferidos não estariam sendo atendidos.

O Sr. Robson Tomas de Souza afirmou ser representante de grupo com mais de 80 lideranças, de vários bairros. Assegurou que esse grupo não consegue audiência com o Poder Executivo, afirmando que os representantes da administração municipal se limitam a visitar os abrigos, conversar com algumas pessoas, tirar fotos e postar em redes sociais. Criticou a negativa de oferecer atenção e audiência aos representantes da sociedade civil, observando que essa dificuldade aparentemente seria compartilhada pelos vereadores, que nem sempre seriam ouvidos como deveriam. Criticou, por fim, os pedidos de união por parte daqueles que se



recusam a receber os representantes em audiência.

Vereador Octávio Sampaio, presidente da Comissão Especial de Transparência da Câmara Municipal de Petrópolis

O vereador Octávio Sampaio afirmou ter sido autor da indicação legislativa que resultou na isenção de IPTU e de ISS, elogiando o Poder Executivo pelas melhorias efetuadas no projeto e pela sua adequação à legislação federal. Por outro lado, informou ter apresentado projeto para reduzir o valor da conta de água.

No que se refere ao planejamento das intervenções, relatou que o primeiro requerimento foi apresentado na segunda-feira de Carnaval. Reconheceu que naquele momento ainda não era possível que o governo municipal enviasse um cronograma, pois havia acabado de acontecer a tragédia. No entanto, avaliou que, ao tempo da audiência, já havia transcorrido tempo hábil para a apresentação do cronograma.

Para o vereador Octávio Sampaio, Petrópolis nunca teve uma política habitacional séria. Ele classificou a cidade como uma “gambiarra que não aguenta mais nenhum penduricalho” e propôs a busca de soluções para resolver os problemas de forma definitiva, avaliando que a tragédia poderia servir como um marco para tanto.

Relatou que a Comissão Especial de Transparência apresentou 19 requerimentos, com cerca de 150 perguntas, sendo que, até então, nenhuma delas havia sido respondida, ainda que tivesse havido tempo hábil para resposta a ao menos parte dos questionamentos. Ressaltou, no entanto, que o Poder Executivo ainda estava dentro do prazo para resposta à maioria das perguntas.



Criticou a falta de informações sobre as intervenções planejadas pela administração municipal. Sugeriu que fosse solicitada ajuda ao governo federal, criticando a postura do prefeito, que teria chegado a dizer que devolveria R\$ 1,6 milhão ao governo federal, ao mesmo tempo em que teria pedido recursos à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

Informou que a Comissão de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica também apresentou sete requerimentos.

Segundo o orador, o prefeito Rubens Bomtempo teria afirmado em reunião realizada na Alerj que já teriam sido gastos R\$ 28 milhões. No entanto, no momento da audiência, o Portal da Transparência registrava gastos de R\$ 3,5 milhões. Classificou essa diferença como falta de transparência.

No que, se refere às demolições, relatou ter efetuado vistoria no Alto da Serra, juntamente com engenheiros. Disse ter estado no local onde demolições estavam sendo feitas e constatado que não havia engenheiro responsável na área.

No que se refere ao túnel extravasor, defendeu que a obra deveria ser de responsabilidade do governo federal, que conta com mais estrutura do que o governo estadual, especialmente para a realização de uma intervenção que pode chegar a R\$ 700 milhões. Sobre esse ponto, a Sra. Zilda Beck informou que o Estado conta com previsão orçamentária superior a R\$ 400 milhões e que o acordo para execução da obra estava homologado, mas se houvesse acerto entre os governos estadual e federal, o acordo poderia ser alterado. Ela frisou, ademais, que o acordo homologado havia transitado em julgado, de modo que, em princípio, a obra realmente deveria ser executada pelo Estado, embora nada impedisse a celebração de algum tipo de convênio.



O Sr. Octavio Sampaio reafirmou que sua preocupação era justamente a permanência da responsabilidade com o governo estadual, temendo que este não conseguisse executar a obra e manifestando sua preferência que a responsabilidade fosse transferida à União.

Sr. Sérgio Luiz Pereira Servolo, representante da Sociedade Civil

O Sr. Luiz Pereira Servolo solicitou providências para execução de obra emergencial de caráter estrutural na nova galeria da Rua Santos Dumont. Relatou que as últimas chuvas haviam provocado grande avaria na última curva da referida rua, porque no local passa uma adutora que desce o Rio Caxambu, sendo frequente o estouro de bueiros na região. Justificou o pedido de providências porque a rua liga bairros da cidade, tendo importância fundamental para o acesso a regiões como Alto da Serra e Morém. Quanto ao caráter estrutural da obra solicitada, relatou que intervenções anteriores da empresa Águas do Imperador e da Secretaria de Obras acabaram sendo perdidas, com desperdício de recursos, o que creditou à falta de avaliação técnica.

Por fim, o orador solicitou providências em relação à saúde mental no Município de Petrópolis, destacando ter sido Conselheiro da Pessoa com Deficiência durante três anos, até 2019. Relatou que o ambulatório municipal de psiquiatria estaria transferindo para o Centro de Atenção Psicossocial Nise da Silveira (CAPS Nise) pacientes com depressão e dificuldades de enfrentar problemas em razão das tragédias. Porém, o Caps Nise já tinha a atribuição de atender pacientes crônicos, a exemplo do filho do orador, que tem esquizofrenia. Narrou que buscou o Centro em fevereiro de 2022 para retomar o tratamento, mas só conseguiu agendar uma consulta para o dia 29 de abril de 2022. Diante dessa situação, afirmou ter precisado pagar por uma consulta médica para conseguir o Laudo de Medicamento



Especializado (LME) necessário para acesso a medicamentos gratuitos.

Vereador Ronaldo Ramos

O vereador Ronaldo Ramos relatou que, em 2011, quando houve a tragédia do Vale Cuiabá, o governo estadual determinou a demolição de casas, mas a Defensoria Pública obteve uma liminar no plantão judiciário de Paraíba do Sul impedindo que a ação ocorresse da forma como se pretendia, que poderia ser desrespeitosa com as pessoas e as famílias. Ele defendeu a necessidade de se respeitar a história, a cidadania e a trajetória das pessoas, que, com muita dificuldade e trabalho, conseguem construir suas casas, destacando que o fazem em áreas de risco não porque o querem, mas porque sua situação e suas dificuldades a levam a isso. Pelas preocupações manifestadas em relação a esse ponto, o vereador elogiou a postura da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Em seguida, manifestou sua preocupação com a necessidade futura de compensações devido à concessão de isenção de impostos e taxas. Como o IPTU e as contribuições fazem parte da base de arrecadação do Município, questionou como será possível manter os serviços de saúde, educação, transporte subsidiado, manutenção de estradas vicinais, asfaltamento e manutenção da estrutura municipal. Embora tenha reconhecido a necessidade de se conceder as isenções momentaneamente, alertou para a possibilidade de falta de recursos no futuro, o que poderá prejudicar os atendimentos.

Nesse contexto, defendeu uma atuação urgente junto ao governo federal e ao governo estadual para que o Município possa receber recursos específicos para apoio à população, inclusive a “fundo perdido”. Observou que, embora tenham sido concedidos empréstimos com carência aos



comerciantes, em algum momento os pagamentos precisarão ser efetuados. De forma semelhante, o Município concede isenções em um primeiro momento, mas posteriormente terá de pagar a conta e buscar recursos. Quanto aos recursos a serem destinados ao Município, defendeu que sejam verbas específicas e carimbadas, para que não sejam desviadas e seja possível a fiscalização por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

No que se refere à construção de unidades habitacionais, o vereador Ronaldo Ramos defendeu uma revisão da legislação sobre licitações, para simplificar os processos nos casos de construção de conjuntos menores, considerados mais adequados. Reconheceu que a legislação deva ser exigente, de modo que haja transparência e que as fraudes e desvios sejam evitados, mas propôs que o processo seja facilitado no caso de conjuntos menores, para que sejam construídos o mais rapidamente possível. Observou que muitas vezes projetos dessa natureza levam meses e até anos até serem liberados pelos tribunais de contas, devido a questões burocráticas.

Quanto aos recursos necessários para o setor habitacional, defendeu repasses de fundo a fundo, especialmente para as intervenções da Athis, já que, em sua visão, não se pode exigir dos moradores que façam adequações em suas casas, se não forem disponibilizados recursos para tanto.

O vereador Ronaldo Ramos destacou as dificuldades do governo municipal, tendo em vista que já nos primeiros dias do ano, houve fortes chuvas no 5º Distrito, inclusive com danos às estradas vicinais e queda de barreira em frente à Escola Oswaldo da Costa Frias. E pouco depois foi registrado o grande desastre do dia 15 de fevereiro de 2022. Para lidar com tantas dificuldades e problemas, propôs a união de todos em busca de soluções, de ações de prevenção e de atenção à questão social e à moradia.



Sra. Cláudia Renata Ramos, representante da Comissão Vítimas das Enchentes em Petrópolis

A Sra. Cláudia Renata Ramos registrou a participação na audiência de famílias atingidas pelas tragédias de 2011 e de 2013 que ainda recebiam Aluguel Social porque aguardavam alguma solução sobre sua moradia. Disse que as pessoas presentes eram de um grupo chamado Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis. Também havia famílias aguardando o próprio benefício do Aluguel Social, ainda que já estivessem de posse de laudos de interdição e de demolição de seus imóveis.

Manifestou sua expectativa de que a Comissão Temporária Externa não tivesse o destino da Comissão das Chuvas de 2011, já que havia famílias vítimas daquela tragédia que ainda não foram assistidas. Lembrou que as pessoas vinham enfrentando muitos problemas, inclusive de natureza psicológica. Mencionou o relato de uma pessoa presente à audiência sobre uma senhora que vivia em uma casa em uma área afetada, mas que não foi oficialmente interditada, embora já não contasse mais com acesso ou fornecimento de energia elétrica e água.

A oradora discorreu sobre a situação das famílias das regiões do Posto 2, do Corrêas, de Nogueira e da Vila Epitácio. Observou que essas regiões contam com conjuntos habitacionais construídos para famílias afetadas pelas chuvas de 1981, que estariam em péssimas condições. Relatou que famílias dessas regiões foram afetadas pelas chuvas do dia 15 de fevereiro de 2022, inclusive com perdas de casas e de móveis. Algumas dessas pessoas não estariam conseguindo assistência material por falta de laudo da Defesa Civil.

Em seguida, a Sra. Cláudia Renata Ramos leu a seguinte carta:



Em resposta aos desastres.

A audiência realizada no Senado Federal no último 24/03/2022 demonstra que nos deixam, mais uma vez, com algumas coisas sem respostas. Até agora, os moradores vitimados pelas chuvas e deslizamentos e que dependem do aluguel social estão sem respostas. O representante estadual alegou que é preciso mostrar em que áreas pode ser feito o reassentamento dessas famílias. O chefe do executivo municipal demonstra que existe área para esta finalidade e daí o embate. Será que as autoridades poderiam encontrar as respostas nos planos e estudos de gastos para recuperação das cidades da Região Serrana? Pelo que vimos, gastou-se mais de R\$ 168 milhões para a realização de planos e estudos que visam à recuperação das cidades da Região Serrana.

No ano de 2011, o Instituto Estadual do Ambiente, o Inea, realizou licitação no valor de R\$ 65,4 milhões e a Secretaria de Planejamento e Gestão, outros tantos R\$ 3,4 milhões, visando à contratação de serviços de consultoria para a realização de plano de reestruturação e desenvolvimento sustentável dos municípios da Região Serrana do Estado do Rio.

Chama a nossa atenção que o referido plano busca levar soluções para a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades da Região Serrana atingidas pelo desastre de 2011, incluindo as moradias de interesse social para a população de baixa renda. Segundo o item 5.1.2 do edital da Seplag, deveria ser dado acesso de forma participativa à população da carteira de projetos resultante dos investimentos, programas e ações prioritárias. Até o momento, desconhecemos qualquer resultado desse trabalho, especialmente para os moradores de áreas de risco, já que, segundo consta, o plano, dentre outras questões, deveria fornecer informações capazes de combater as desigualdades socioespaciais do território e garantir o uso seguro da ocupação do solo.

Segundo o Relatório Anual do Fundo Estadual de Conservação Ambiental, o Fecam, foram aprovados projetos no ano de 2015, estimados em R\$ 100 milhões, para obras de controle de inundação, drenagem e recuperação ambiental na Região Serrana, através do Projeto Rios da Serra, nos Municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Os dados mostram que, inclusa nesse projeto, além das obras em corpos hídricos, estaria a contratação de empresa para atuar no cadastramento, avaliação e negociação do reassentamento das famílias que residem às margens dos rios; e outras para executar a demolição dos imóveis afetados, em ações sociais, como o Aluguel Social, além de indenizações, iniciando um gradativo processo de redução das ocupações residenciais. E o que se viu até agora? Mais de 400 famílias da tragédia de 2011 ainda sem moradia, e este número cresce a cada dia. É a tragédia sobre a tragédia.

Gastou-se, até agora, uma expressiva quantia na elaboração de



estudos e planos que não demonstram um resultado efetivo e eficaz para a sociedade, em especial para os moradores da cidade de Petrópolis, que dependem do aluguel social.

Quem sabe tenhamos resposta junto aos órgãos de fiscalização; resposta de como foram gastos esses recursos, tanto os oriundos do Governo Federal quanto do estadual. Quem sabe os órgãos de controle, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, possam nos dar essa resposta. Entendo que é preciso unir esforços para esses dois órgãos de controle entenderem o que, como e por que está sendo gasto.

Precisamos de respostas: o porquê de esses gastos tão expressivos não conseguirem atender a necessidade da população petropolitana, sobretudo dos moradores que dependem do aluguel social desde o ano de 2011.

O Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro dispõem de um instrumento valioso, que são as auditorias operacionais para a avaliação de políticas públicas. E é preciso que sejam avaliadas as políticas habitacionais implementadas pelo Estado do Rio de Janeiro em municípios afetados pelos desastres naturais, como dito pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, em coletiva, logo após as chuvas do dia 15/02/2022 em Petrópolis. É um passivo de décadas.

E complementamos essa fala dizendo que o passivo financeiro é possível ser recuperado, para não se dar mais da mesma forma como o passivo social: as centenas de vidas humanas; este, sim, é um passivo permanente que cresce a cada desastre, pois é a tragédia sobre a tragédia. E é um passivo que não se repara. Como pagar o luto dessas famílias, o impacto psicológico dessas tragédias? Também são passivos irreparáveis e permanentes. E mais: compreendemos que esse passivo poderia não se avolumar a cada tragédia se tivéssemos ações contundentes e efetivas.

É preciso a adoção de política habitacional para Petrópolis, efetiva, como previsto no Plano Diretor Municipal; as políticas de Estado implementadas, tanto pela Secretaria de Habitação como pelas de Planejamento, Assistência Social e de Meio Ambiente.

Nós, moradores da cidade de Petrópolis, que dependemos do aluguel social desde o ano de 2011, precisamos entender o motivo pelo qual as políticas públicas habitacionais não são efetivas. Não é sabido e divulgado pelas autoridades que há recursos. Se há recursos, por que não temos projetos implementados se temos tantos estudos realizados há tanto tempo?

Precisamos de respostas, porque precisamos que o Poder Público retire os moradores das áreas de risco e os reassente em locais com



segurança e infraestrutura adequadas. Não podemos esperar pelas próximas chuvas, pois com ela poderá vir a próxima tragédia.

Precisamos, como cidadãos e contribuintes, saber se a vultosa quantia de R\$ 168 milhões, gasta em estudos e planos, pode responder ao nosso clamor por moradia digna e segura. Precisamos e queremos saber dos resultados, das soluções apontadas nesses relatórios e que medidas foram adotadas frente às conclusões desses trabalhos. Encerro pedindo respostas, porque a sociedade petropolitana e da região serrana toda pede respostas.

A oradora agradeceu a assistência prestada pelas instituições presentes à audiência pública. Classificou a luta por assistência às famílias como árdua, o que pode atestar por ser resiliente da tragédia de 2011. Relatou que reside em um conjunto habitacional ainda não concluído, onde existem vários problemas e vícios construtivos, a exemplo do que ocorre no conjunto habitacional Vincenzo Rivetti. Reconheceu, todavia, que mesmo com todos os problemas, esses conjuntos habitacionais representam um local seguro para moradia, e se não fosse eles, a própria oradora poderia não estar na audiência. Isso porque provavelmente estaria morando de aluguel, não necessariamente em um local seguro, mas onde o valor do Aluguel Social permitisse. Quanto a esse ponto, reconheceu a necessidade de se efetuar o pagamento diretamente na conta dos proprietários. Isso porque, no cenário de crise econômica, famílias de desempregados tendem a gastar os recursos do benefício para compra de alimentos e de remédios.

Vereador Gil Magno

O vereador Gil Magno manifestou sua preocupação com a possibilidade de as intervenções no túnel extravasor transferirem águas do centro da cidade de Petrópolis para as regiões de Correias e de Nogueira, prejudicando essas comunidades.

Ele elogiou a união de todos que participaram da audiência



pública, bem como as múltiplas iniciativas para enfrentamento das consequências dos desastres e aos problemas de Petrópolis.

Sra. Edna Queiroga, presidente da Associação de Moradores de Caxambu

A oradora solicitou a realização de uma reunião devolutiva com os representantes do bairro Caxambu, observando que os registros de ocorrência e os protocolos em determinados departamentos haviam sido feitos, mas que os resultados ainda não haviam sido apresentados.

Propôs a criação de comitês participativos, destacando que a entidade que preside e as demais associações da área de abrangência dispunham de levantamentos reais que poderiam ser compartilhados. Criticou o levantamento de dados estatísticos, que chamou de “cifra negra”, bem como levantamentos feitos por drones. Informou que a Associação de Moradores de Caxambu vinha prestando assistência a 108 famílias, e questionou os dados apresentados durante a audiência da Câmara Municipal de Petrópolis, assegurando que o único vereador que esteve na região foi o Sr. Yuri Moura.

Quanto às mais de 30 pedras das Ruas Bartolomeu Sodré e Flávio Cavalcanti, relatou que todos os trâmites relativos ao registro de ocorrência foram realizados, mas que as providências ainda eram aguardadas. Questionou se a vistoria havia sido feita e relatou que, apesar de casas terem sido interditadas, o acesso viário e de pedestres ainda estava liberado, mesmo com o risco de as pedras rolarem.

Relatou que houve uma explosão na Vila Manoel Ferreira da Silva, mas questionou a falta de telas ou redes segurança. Assegurou que



nenhum morador foi avisado nem por sirene, que não existe, nem por apito. Afirmou que outras explosões vinham sendo realizadas na Rua Barão de Águas Claras, mas que os moradores não tinham conhecimento de datas ou horários em que seriam realizadas, nem havia proteção de tela.

Por fim, relatou problemas de segurança, tendo em vista que diversos roubos estavam sendo registrados, particularmente na região do Morro do Pinto. Afirmou que o policiamento ocorria na parte de baixo, mas que criminosos estariam transitando na pista de Esquilo.

Sra. Rafaela Facchetti, do representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piabanha

A Sra. Rafaela Facchetti relatou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Piabanha foi formado há cerca de 20 anos, devendo ser informado da intervenção nas calhas dos rios e acompanhar toda obra. Em sua avaliação, os problemas de uma bacia só podem ser resolvidos dentro da própria bacia.

Quanto às propostas de túneis extravasores para os rios, defendeu que o ideal é a elaboração de um projeto com uma modelagem computacional sinérgica com as providências de montante para jusante, sem transferir água para jusante. Observou que no desastre de 15 de fevereiro de 2022, bairros como Retiro e Corrêas sofreram muito e, se forem feitas intervenções no centro pela Rua 13 de Maio ou pela Rua Nelson de Sá Earp, haverá problemas mais graves a jusante. Por outro lado, afirmou ser necessário cuidar da bacia como um todo, com ações nas encostas, microdrenagem e reservatórios em nível do lote.

Defendeu o licenciamento de novos empreendimentos,



avaliando como imprescindível que o Código de Obras contenha a exigência de que um novo empreendimento precise ter reservatório de água pluvial. Para a oradora, é preciso diminuir o impacto da microdrenagem e retardar a chegada das águas aos rios, de modo que o pico de cheia seja amenizado. Ela avaliou que há soluções de baixo custo, quando comparadas com o desastre.

A Sra. Rafaela Facchetti defendeu que a política habitacional de interesse social deva ser uma política de estado, que proteja a população e o meio ambiente.

No que se refere à sustentabilidade, observou que o Município de Petrópolis se encontra no alto curso da bacia do rio Piabanha, de modo que tudo o que é feito em Petrópolis tem reflexos nos demais distritos e em municípios como Areal e São José do Vale do Rio Preto. Observou, por exemplo, que no desastre de 15 de fevereiro de 2022, o primeiro distrito de Petrópolis foi o mais atingido.

Informou que o Comitê do Piabanha tem trabalhado junto com o Ministério Público e mantém acordo de cooperação técnica com a Câmara Municipal de Petrópolis. Mencionou três projetos de lei municipal aguardando votação: um sobre educação ambiental nas escolas para proteção e despoluição dos rios; outro sobre preservação de nascentes e direcionamento para locais seguros; e outro sobre faixa marginal de proteção.

Por fim, definiu o Comitê do Piabanha como um ente participativo por definição, um fórum tripartite, que conta com representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água bruta.



ANEXO 6
CONTRATOS REFERENTES AO PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES
PARA O MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS*

Contrato	Objeto	Contratação	Investimento	Repasse	Valor Liberado**	Percentual Obra	Situação
0396117-63	Contenção de encostas (1)	14/11/2012	60.200.000,00	60.200.000,00	41.396.826,53	31,53%	Paralisada
0419272-55	Recuperação do túnel do Palatinato e outras intervenções (2)	30/09/2013	4.466.615,40	4.101.825,92	4.101.825,92	Sem informação	Obras iniciada, sem medição
0425080-68	Desocupação de áreas de alto risco de deslizamentos de encostas (3)	13/01/2014	104.057.693,04	75.000.000,00	Sem informação	3,05%	Paralisada

* Consulta realizada em 24 de março de 2022 pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal ao sistema de acompanhamento da Caixa Econômica Federal.

** Valor liberado na conta vinculada do Contrato, bloqueado no caso de pendências jurídicas e/ou técnicas (obras/serviços).

(1) Foi repassado para o agente financeiro a integralidade dos recursos orçados (R\$ 60,2 milhões). Deste valor, R\$ 41,4 milhões foram efetivamente liberados para a conta vinculada ao contrato, em parcelas sucessivas. A última liberação ocorreu



em dezembro de 2021 (R\$ 3,7 milhões). A penúltima liberação havia ocorrido em agosto de 2017. O sistema de acompanhamento da Caixa não registra imagens fotográficas da execução do empreendimento.

(2) A primeira liberação de recursos para a conta vinculada ao contrato se deu em dezembro de 2021 (R\$ 4,1 milhões, distribuídos em três ordens bancárias entre 28 e 30/12/2021). Nenhuma medição foi realizada. Não há relatórios de acompanhamento da execução do contrato de repasse. O sistema da Caixa não registra imagens fotográficas da execução do empreendimento.

(3) Não obstante o empreendimento encontrar-se paralisado e com percentual de execução de 3%, foram realizados repasses de R\$ 75 milhões entre 2015 e 2019. Há, contudo, uma inconsistência nos valores efetivamente liberados à conta vinculada ao contrato de repasse. É possível que os valores repassados tenham sido “devolvidos” e que os 3% de execução física tenham sido financiados exclusivamente com recursos de contrapartida, o que só seria possível averiguar com consulta ao extrato da conta bancária vinculada, a que não tivemos acesso.



ANEXO 7

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMISSÃO

	Senadores	Servidores	Convidados	Passagens	Diárias	Total
1ª Diligência externa (Petrópolis – 17/03/2022)	*	2		R\$ 8.943,38	R\$ 2.743,14	R\$ 11.686,52
Audiência Pública no Senado Federal – Habitação (24/03/2022)			4	R\$ 18.098,65	R\$ 1.826,01	R\$ 19.924,66
2ª Diligência externa (Petrópolis – 04/04/2022)	1**	5		R\$ 26.044,98	R\$ 3.321,34	R\$ 29.366,32
Reunião externa (Brasília – 11/04/2022)			1	R\$ 3.487,19		R\$ 3.487,19
Total				R\$ 56.574,20	R\$ 7.890,49	R\$ 64.464,69

* As passagens não foram adquiridas com recursos alocados à Comissão.

** As passagens dos demais Senadores participantes não foram adquiridas com recursos alocados à Comissão.

